

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 26 DE SETEMBRO E CONTINUADA NO DIA 3 DE  
OUTUBRO DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO DEZASSETE** -----

----- No dia 3 de Outubro de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Senhor Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes,

Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José António Sargo Vicente, Carlos Alberto Rebelo Costa, José Luís Borges da Silva, Sérgio Rui Lopes Cintra, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Carlos Manuel de Melo Barroso, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Emília Cristina Antunes Serra, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Rosa Maria Carvalho da Silva, Pedro Miguel Alvarez Gamito Cruz Santos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, João Paulo Mota da Costa Lopes, José Joaquim Vieira Pires, Paulo Alexandre da Silva Quaresma e Ana Patrícia de Lamy Barreiro. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Helena Sousa Ribeiro. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Manuel Biscaia Pereira. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, devendo ter sido substituída pela Deputada Municipal Ana Patrícia Lamy Barreiro, que por sua vez faltou à reunião. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Barroso. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gonçalves Pereira. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 2 a 9 de Outubro, inclusive, sendo substituído pela Deputada Municipal Emília Cristina Serra. -----

----- João Gordo Martins (PEV), primeiro candidato não eleito do Partido Ecologista “Os Verdes”, comunicou não poder substituir o Deputado Municipal José Luís Ferreira no período de 2 a 9 de Outubro, inclusive. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Maria Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Miguel Cruz Santos. -----

----- José Neves Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José António Sargo Vicente. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Justificou a falta à presente reunião o Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP) Presidente da Junta de Freguesia de Carnide. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, dando, de seguida, as seguintes informações: -----

----- Que estava a ser distribuída uma convocatória para uma Sessão Extraordinária a realizar no próximo dia 17 de Outubro, com um único ponto: “Debate sobre o Estado da Cidade”. -----

----- Que ontem houve uma reunião da Comissão Eventual para a revisão do Regimento, que acabara tarde, portanto não tinham ainda o relatório pelo que a Mesa adiava a apreciação e votação do Regimento, ponto 2 da Ordem de Trabalhos, para a Sessão Extraordinária a realizar no dia 24 de Outubro. -----

----- Que foi distribuído um segundo aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 11 - Proposta 418/2006.** -----

----- **Ponto 12 - Proposta 419/2006.** -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que no período a que se referia esta informação escrita da actividade da Câmara Municipal de Lisboa, foram levantadas suspeitas graves sobre a gestão da cidade. Suspeição sobre comportamentos, que colocaram em causa não só o seu bom-nome como também o de todos aqueles que todos os dias davam o seu melhor em prol da cidade e dos lisboetas. Mas o que fizeram aqueles que quiseram pôr em causa a rectidão das atitudes, foi, uma vez mais, denegrir a imagem dos autarcas, em última análise dos políticos. -----

----- Alguns teriam estranhado porventura o seu silêncio, mas que não confundissem nunca o seu silêncio com a omissão de comportamentos. Daria sempre a cara pela verdade e pela licitude dos actos ou decisões. -----

----- Para si teria sido mais fácil ter dito, como se costumava dizer muitas vezes, “já mandamos instaurar um inquérito”. Todos sabiam que o tempo da justiça estava sempre desajustado ao tempo dos *media*, era mais lento, era muito mais lento! Mas que não contassem consigo para julgamentos antecipados na praça pública, isso podia ficar para outros, eventualmente para alguns jornais ou algumas televisões e para todos aqueles que os alimentavam, alguns com bastante regularidade. -----

----- Disse que quem o conhecia sabia que ele preferia a acção à retórica. Com a seriedade que julgava ter e que sabia que podia ter, perante as acusações de que foi alvo, solicitara, em cada caso, às autoridades competentes que investigassem e tudo e esclarecessem com rapidez, de modo inequívoco, para que a verdade fosse de todos conhecida, para que retomassem a concentração naquilo para que foram eleitos, ou seja, melhorar a vida dos lisboetas. -----

----- Aguardara esta ocasião para se pronunciar, pela primeira vez, sobre as suspeições que foram lançadas sobre si e sobre aqueles que consigo partilhavam a responsabilidade de governar a cidade, e só falava, como o estava a fazer agora, em sede própria, porque este era o órgão a quem devia prestar contas, e porque era perante a Assembleia Municipal que prestava contas a todos os munícipes também ali representados. Portanto, este era o local adequado para prestar esclarecimentos e para ser interpelado. Era este o órgão de fiscalização da actividade da Câmara Municipal, nunca se esqueceu nem nunca se esquecerá disso. -----

----- Estava a falar de assuntos como foram os casos da Av. Infante Santo ou da EPUL, em que muito se escrevera e pouca verdade se disse. -----

----- No caso da Av. Infante Santo, processo que, aliás, já tinha quase dez anos na Câmara Municipal de Lisboa, foram, diria que de forma habilidosa, reproduzidas parcialmente algumas partes dessa história, nomeadamente de despachos que ele próprio proferira, no sentido de tentar confundir a opinião pública sobre a tramitação correcta e exacta do processo. -----

----- Falara-se muito sobre revogação de despachos, sobre dação em pagamento, sobre trocas de pagamento em espécie, mas falara-se parcialmente com o intuito de tentar confundir, tentar levantar a suspeita, e isso não pegava consigo! Estaria sempre na primeira linha daqueles que queriam averiguar tudo o que não estava correcto e que queriam pôr tudo nos eixos. E era por isso que aguardavam serenamente todas as inspecções, que ou foram iniciadas por vontade de outrém, ou pela própria Câmara, porque queriam sempre contribuir para corrigir. E ele próprio, no seguimento desse processo, determinara um procedimento para minimizar o risco de que tais situações voltassem a ocorrer na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sobre a questão urbanística, disse que supunha que também já foi suficientemente esclarecida na resposta ao Sr. Provedor de Justiça. Mas aguardariam, obviamente, que entidades pudessem averiguar dessa legalidade. -----

----- Mas também sobre a EPUL, de repente caíra o Carmo e a Trindade! Uma empresa que foi criada há mais de 30 anos na Cidade de Lisboa, e que tantos e tão bons trabalhos tem feito na cidade em prol das pessoas. E se havia questões que obviamente mereciam ser corrigidas e com as quais não concordava, como algumas que foram ali apontadas nas de gestões que tinham alguns anos, do mandato anterior seguramente. Estava e estaria sempre determinado a corrigir o que não estava bem, a dar a cara pela responsabilidade que pudesse assumir, mas seguramente a criar as condições para que não se verificassem no futuro, por exemplo, situações como aquelas que tinham a ver com as comissões ou nomeações de chefias a título vitalício. Consigo isso não acontecerá! -----

----- Que não contassem consigo para andar a reboque da comunicação social, mesmo com sacrifício da sua imagem pessoal. Entendera esperar pela realização desta Sessão da Assembleia Municipal para prestar contas! -----

----- Alguém de boa-fé poderia crer que quisesse gerir a cidade com recurso a expedientes nublosos? Consigo não! A Câmara Municipal de Lisboa estava sempre disponível para esclarecer até ao limite e até às últimas consequências todas as dúvidas. Todos sabiam como eram construídos cenários, muitas vezes de má-fé, apenas com o objectivo de denegrir e debilitar o Poder Autárquico e os seus autarcas. Nunca porventura na Câmara Municipal de Lisboa houve tanta facilidade à informação e tanta disponibilidade de informação como agora. -----

----- Disse que não fazia política como porventura os tempos modernos pareciam que eram useiros e vezeiros, que era correr atrás dos meios de comunicação e pôr os tribunais à frente dos factos políticos. Pessoalmente não fazia política assim! -----

----- Este era um jogo político para o qual os autarcas de Municípios, com grande dimensão, tinham de estar preparados. Essa imagem recorrente que se dava dos Municípios, que passava para a opinião pública: mais despesismo, mais roturas, mais fraudes, mais irregularidades, descontrolo orçamental e endividamento, às vezes começava a pensar se não seria essa imagem também construída. -----

----- Era preciso criar um clima propício para um endurecimento das relações entre a Administração Central e a Administração Local. A acção do Governo, aliás, era paradigmática em matéria de Poder Local! Nos últimos meses verificara-se um ataque sem precedentes às Câmaras Municipais numa postura centralista e autista. Estava montada uma campanha de suspeição, seguramente para fraccionar e para retirar autonomia, e essa atitude responsável estava a colocar o Estado contra o Estado com consequências imprevisíveis para o País. -----

----- E não se tratava aqui de fazer oposição pela oposição, porque nunca estiveram tão unidos no descontentamento, tanto o PS como o PSD e todos os partidos com responsabilidades autárquicas. Se havia necessidade de conter despesas, com certeza partilhariam essa responsabilidade, mas as autarquias não eram o principal problema do Estado. Se o problema era o défice então que se encarasse o défice como um problema nacional que a todos comprometia, sem excepção: Administração Central, Administração Local, sector empresarial do Estado, Regiões Autónomas. -----

----- Tinham dados, que eram conhecidos, que só duas empresas das muitas que podia enumerar do sector empresarial do Estado tinham um passivo largamente superior ao dos 308 Municípios do País, e era bom não esquecer que parte significativa da dívida e despesas das autarquias resultava de compromissos a que estavam obrigadas em áreas de acção social, apoio a idosos, acompanhamento de crianças, educação e habitação, tudo da competência da Administração Central. -----

----- Teria de haver uma atitude de respeito pelas autarquias. Os autarcas não eram um bando de responsáveis irrealistas, não podiam tapar o sol com a peneira. Muito teria de se ocupar o Governo, seguramente, a corrigir erros de gestão e desperdícios na Administração Central, antes de assestar baterias ao Poder Local. -----

----- Exigia, pois, respeito! O respeito que ele tinha pelas outras instituições era aquele que exigia para a Cidade de Lisboa, nem mais, nem menos. -----

----- Exigia também diálogo. As roturas nos métodos e nos procedimentos não se faziam contra as organizações, faziam-se envolvendo as organizações. Se o Governo quisesse ter sucesso nas mudanças que pretendia concretizar, não poderia nem deveria fazê-lo contra as autarquias. Queriam, pois, ser aliados, parceiros, nesse esforço nacional que havia, seguramente, de correcção das finanças públicas. Que não quisesse o Governo ter as autarquias como adversário. -----

----- No entanto, já várias vezes ali teve oportunidade de dizer que vários *dossiers* têm sido motivo de grande preocupação, e porventura ausência de diálogo com a Câmara Municipal. Estava-se a lembrar quando, há cerca de um ano, o Governo mostrara intenção de encerrar o Aeroporto da Portela, sem que para isso desse uma alternativa credível. -----

----- E que uma empresa pública do sector empresarial do Estado anunciara, sem justificação suficiente, a necessidade de alargar uma plataforma de contentores no Porto de Lisboa, em frente de uma das zonas mais nobres da cidade. -----

----- E quanto à nova Lei das Finanças Locais, que tem contribuído para o descontentamento generalizado dos 308 Municípios do País, esperava que até à sua aprovação na Assembleia da República houvesse espaço para um diálogo cooperante para se corrigir o que não estava bem. -----

----- Mas também foi para as autarquias sintomático que, quando quiseram ter um papel mais activo na forma de gestão do Novo Quadro Comunitário de Apoio, do quadro de referência estratégica nacional, os Municípios tivessem sido praticamente afastados de todo o processo de decisão. -----

----- Foram também confrontados, há já quase dois anos, com a necessidade de se rever a Autoridade Metropolitana de Transportes. Com certeza que estavam sempre abertos porque o que era necessário era ter uma Autoridade Metropolitana de Transportes. Agora, era mau prenúncio quando uma Autoridade Metropolitana de Transportes há quase dois anos anunciada, estava, na prática, a dar sinais de que não iam ter nenhuma Autoridade Metropolitana de Transportes. Por exemplo, o Município de Lisboa não era tido em conta nos seus pareceres sobre a nova rede da Carris, isto é, faziam-se orelhas moucas sobre o papel da capital nesse processo. -----

----- Por outro lado, queriam mostrar também a maior preocupação pela recente decisão do Ministério das Finanças sobre o congelamento e adiamento dos investimentos nas obras públicas, numa altura em que estavam a meia dúzia de meses de inaugurar o Eixo Norte-Sul e a três meses de se lançar o concurso, finalmente, para a conclusão da CRIL. De facto, preocupava-os muito que houvesse um deslizamento temporal desses investimentos cruciais, não só para a Cidade de Lisboa mas também para a sua Área Metropolitana. -----

----- Continuando, disse que a Cidade de Lisboa tinha características próprias só comparáveis com as suas congéneres europeias. Não se podia comparar o que não era comparável, Lisboa era única em Portugal. Não queria com isto fazer processos de intenção, mas Lisboa merecia um outro olhar, uma outra sensibilidade política e também uma outra sensibilidade financeira para compensar os custos da capitalidade. Alguém poderia dizer que até estavam a ganhar com essa capitalidade, seguramente havia ganhos e perdas, tinham esse balanço feito há muitos anos, não era deste mandato. Tanto quanto sabia, pelo menos há 20 anos havia na Câmara um trabalho sério, que foi feito com Vereadores de todas as forças partidárias, o Sr. Vereador Pedro Feist estava presente e também ele fez parte desse trabalho, que fazia justamente o balanço dos custos da capitalidade. -----

----- Mas havia também um conjunto muito alargado de edifícios que pertenciam ao Estado e que, do ponto de vista da reciprocidade que era tão apregoada, deveriam pagar o Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Lisboa também duplicava diariamente a sua população. Lisboa, aliás, parecia um pulmão, como costumava dizer, tinha cerca de 600.000 pessoas durante a noite dos dias de semana, durante os dias de semana tinha o dobro, e durante os fins-de-semana muitas vezes tinha metade. Portanto, era a essa realidade que se tinha de atender, era a essa Cidade de Lisboa que, como outras grandes cidades de áreas metropolitanas, se tinha de atender. -----

----- Referiu que não era legítimo que fossem apenas os lisboetas a suportarem os custos das infra-estruturas que tinham que ser criadas para a população que entrava e saía diariamente da cidade. Como referira, era outra cidade que entrava todos os dias em Lisboa! Por isso, Lisboa era uma cidade que não dormia, uma cidade que não parava, uma cidade dinâmica em construção. -----

----- Mas havia quem dissesse que estavam parados, o que não era verdade! Era preciso ser muito distraído ou muito insatisfeito! Aliás, a informação escrita, que hoje era apresentada, pela primeira vez num novo formato, disso dava conta. E dava conta justamente daquilo que se estava a fazer e que deveria ser feito num primeiro ano do mandato autárquico: preparar as bases para o desenvolvimento de programas, de medidas, de acções e projectos para ir ao encontro das pessoas, porque o que teriam que ter em atenção em primeiro lugar era as pessoas. A cidade não era só feita de edifícios, de ruas, de jardins ou de parques de estacionamento, ela era feita principalmente pelas pessoas, e era pela responsabilidade de gerir os sonhos das pessoas, os desafios que se colocavam à cidade e as necessidades da população que estavam ali. Era para isso em

primeiro lugar, não era para fazer betão, para fazer alcatrão ou para fazer outra coisa qualquer. -----

----- Como diria Garcia Lorca: “as cidades são também os sonhos das pessoas” e competia aos autarcas ser os gestores do cumprimento desses sonhos. -----

----- Seguidamente, disse que pela primeira vez a informação escrita era apresentada de uma forma mais concisa, talvez mais consentânea com aquilo que já tinham ali reflectido várias vezes no sentido de modificar um pouco a sua forma. Fizeram-no desta forma, uma forma talvez experimental ou tentativa, convencidos de que poderia ajudar a uma melhor compreensão dos objectivos que se pretendiam ter com este balanço dos últimos meses de actividade da Câmara. -----

----- Disse, depois, que Lisboa tem sucessivamente mostrado cada vez mais o seu ar cosmopolita. Cada vez Lisboa era mais demandada, era mais procurada para organização de grandes eventos: culturais, científicos, desportivos, de todo o género. Também no turismo, nos vários tipos de turismo, e era por isso que Lisboa estava a crescer no sentido da sua presença nesta ponta da Europa, em que assumia cada vez mais o seu papel de relações e de pontes intergeracionais, interculturais e interétnicas. --

----- E era por isso também que fenómenos de grande divulgação mediática como o Rock in Rio, a Regata dos Grandes Veleiros, Campeonato Europeu de Basquete, em Júniores, e o Congresso Mundial das Empresas de Mobiliário, entre tantas outras, tinham vindo a marcar uma presença constante em Lisboa chamando a sua atenção pelo mundo fora pelas melhores razões, que eram as razões de bem conseguir organizar, de bem conseguir receber e estar muito bem pautada no *ranking* internacional. -----

----- A medida para aferir essa dimensão cosmopolita registava-se num significativo aumento das taxas de ocupação hoteleira, que só nos primeiros oito meses deste ano registaram um aumento superior a 11%. A realização do número de congressos, o número de embarcações e de navios que demandavam Lisboa, o aumento do tráfego aéreo e, curiosamente, também o cumprimento do horário que se registava no Aeroporto de Lisboa, reconhecido internacionalmente. -----

----- E porquê? Basicamente porque têm caminhado no sentido de uma oferta cultural rica, e, porque era também muito importante, permitia-se salientar a segurança, já que, felizmente, em matéria de segurança Lisboa estava, em termos comparativos, muito melhor do que muitos destinos turísticos do mundo. E esse era um factor cada vez mais preferencial para que Lisboa fosse escolhida para organização de grandes eventos. -----

----- A periferia da cidade trazia vantagens no âmbito da segurança, mas a segurança dos lisboetas era todos os dias garantida pelas polícias, a quem prestava a sua sincera homenagem, e pelo trabalho também abnegado do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. -----

----- Prosseguindo, disse que ia realçar alguns dos aspectos referidos na informação escrita que foi distribuída e, sem querer atribuir uma ordem de importância quanto à forma como ia referenciá-los, começava por citar a proposta de plano de pormenor, em modalidade simplificada, do plano de alinhamento e cêrceas para a Av. da República; --



----- Aproveira-se a abertura da discussão pública do plano de pormenor, em regime simplificado, do plano de conservação, reconstrução e reabilitação urbana do Palacete Ribeiro da Cunha; -----

----- Foi possibilitada a participação da Câmara Municipal como membro da Rede Europeia das Cidades para Políticas Locais de Integração de Imigrantes; -----

----- Foi aprovado o Regulamento de Concurso Público, destinado a jovens, promovido pela Câmara tendo em vista a venda de fogos construídos pela Cooperativa do Casalinho da Ajuda; -----

----- Foi também aprovada a minuta do protocolo a ser celebrado entre o Município de Lisboa e a empresa aderente ao Projecto Mãos à Terra; -----

----- Foi aprovada a composição do Conselho de Gestão da Colecção Francisco Capelo; -----

----- Foram aprovados, e submetidos à Assembleia Municipal, os Regulamentos específicos dos parques de estacionamento da EMEL, e também já foi aprovada em Câmara a revisão dos Estatutos da EMEL, que reputava da maior importância para a disciplina e ordenamento do tráfego na cidade; -----

----- E também foi aprovada, e submetida à Assembleia Municipal, a proposta de alteração em regime simplificado do plano de pormenor do eixo Luz/Benfica; -----

----- Foi aprovado o envio da primeira versão da proposta do plano de urbanização do Vale de Santo António para a CCDRLVT; -----

----- Foi aprovado um projecto de renovação da rede da Carris, pese embora, como era sabido, não se tivesse dado o melhor seguimento a esse parecer; -----

----- Foi aprovado que os serviços municipais procedessem à instrução dos termos de referência para a elaboração de um plano de pormenor para a subunidade operativa do planeamento e gestão oito, do PUALZE; -----

----- Na reunião de Câmara do dia 9 de Agosto, foi aprovado o plano de emergência externa do Grupo de Operação Conjunta do Aeroporto de Lisboa, para posterior submissão à aprovação da Comissão Nacional de Protecção Civil; -----

----- E ainda em finais de Agosto foram aprovados os critérios de realojamento temporário ou definitivo, proposta subscrita pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto e pela Sra. Vereadora Gabriela Seara; -----

----- Foi aprovado o relatório final do júri de concurso – e reputava isso da maior importância – para adjudicar o fornecimento e instalação de um sistema de controlo e vigilância de tráfego na Cidade de Lisboa, instalação de sinais ocultos e sistema de detecção do excesso de velocidade e sistema de visualização por CCTV. Isto queria dizer que ia começar, na próxima segunda-feira, a instalação de 21 radares de controlo de velocidade na cidade de Lisboa, que com certeza iriam contribuir para uma maior disciplina no respeito pelas regras da circulação e, seguramente, uma forte diminuição da sinistralidade dentro da cidade. -----

----- Na sequência de uma Sessão de Câmara, com afirmações extremamente infelizes, foi aprovado, por escrutínio secreto, um voto de confiança no Dr. José Adelino Mourato Testas, como instrutor do processo de inquérito, subscrito pela Sra. Vereadora Marina Ferreira, com 12 votos a favor e 4 abstenções. Isso relevava do ponto de vista da confiança que mantinham no pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, na forma como

tinham vindo a trabalhar por forma a criar cada vez melhores condições, não só através dos Serviços Sociais, como do Quadro de Pessoal, como também através da abertura de concursos e fechar os concursos que estavam abertos há muito tempo na medida do possível, porque entendiam que a Câmara de Lisboa era os seus funcionários, que deviam ser mobilizados, cada vez mais capacitados profissionalmente e aptos para que Lisboa estivesse ao melhor nível das cidades de Portugal em termos de prestação de serviços aos seus munícipes. -----

---- Mas também a educação foi tomada como bandeira neste mandato, e, assim, a Câmara reforçara as suas atribuições e competências no âmbito da área da educação, assumindo junto do Ministério da Educação como entidade promotora do enriquecimento curricular – a que desejava dar um especial destaque também – através do qual cerca de 16.000 crianças do ensino básico poderiam beneficiar de um complemento pedagógico tendo componentes a inglês, actividade física e desportiva, música e até mesmo introdução à cidadania, envolvendo 27 agrupamentos escolares e 97 escolas. Deu-se, portanto, cumprimento ao compromisso de garantir a possibilidade de permanência das crianças na escola, entre as 8 e as 19 horas, indo ao encontro das necessidades das famílias que, como era sabido, tinham enormes dificuldades em poder ir levar e buscar as crianças dentro dessas horas. -----

----- Disse que se iniciara o ano lectivo 2006/2007 com os concursos públicos internacionais para o fornecimento das refeições adjudicadas, o que acontecia pela primeira vez, não tendo sido necessário recorrer a ajustes directos de última hora como acontecera ao longo de vários dos últimos anos, e isso envolvera um esforço financeiro de cinco milhões de euros. -----

----- Por outro lado, foi também pela primeira vez convocado o Conselho Municipal de Educação, cuja primeira reunião já decorrera. -----

----- Mas também desejava salientar as questões relacionadas com a memória e o património colectivo da sociedade portuguesa em geral, e em particular os da vivência contemporânea nos séculos XIX a XXI, que tinham vindo a adquirir uma crescente importância junto de diversos sectores da sociedade. Nesse período, aliás, merecia especial atenção a Proclamação da República, que dentro de quatro anos comemoraria o seu primeiro centenário, e a que a Cidade e o Município de Lisboa estavam profundamente ligados, e o período designado como Estado Novo, factos, eventos e figuras que entre 1926 e 1974 protagonizaram a luta pela democracia e pela liberdade, foram por isso vítimas de medidas repressivas, que importava sublinhar, e de um silenciamento que era fundamental não deixar que se transformasse num apagar para o futuro de factores determinantes da história colectiva. -----

----- E foi assim que, com a sua maior satisfação, viu que o Sr. Vereador Ruben de Carvalho aceitara que o designasse para que sobre essa matéria elaborasse um relatório, para ser apresentado à Câmara Municipal até 31 de Janeiro de 2007, em que apresentasse propostas fundamentadas para a salvaguarda dessa memória colectiva. ----

----- Em termos internacionais, disse que nas cidades do Arco Atlântico a Câmara esteve na Assembleia Geral, que decorrera na Figueira da Foz, e passara a assumir a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano das Cidades do Arco Atlântico

onde, nos mandatos que agora se concluíram, desenvolvera diversos estudos. Para já, o empreendedorismo e a revitalização das zonas industriais, e outro que seria publicado em breve com estudos comparativos na área da reabilitação urbana. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa presidia agora, desde essa Assembleia-Geral, à Comissão de Cultura e Património da Conferência das Cidades do Arco Atlântico. -----

----- Ainda no âmbito das associações internacionais que a Câmara estava envolvida, destacou a União das Cidades Capitais Ibero-Americanas, em que na última Assembleia-Geral a Câmara esteve presente e passara a presidir a uma nova Comissão que foi criada, em que se reconhecendo justamente a experiência e qualidade dos serviços municipais de Bombeiros e Protecção Civil, criara-se um Comité Executivo de solidariedade perante catástrofes a que Lisboa presidirá nos próximos dois anos. -----

----- E também no âmbito da UCCLA foram concluídas as obras de ampliação e beneficiação da Escola UCCLA, em Bissau, que iria poder albergar até 500 crianças e que representara um esforço financeiro de quase meio milhão de euros. -----

----- Portanto, era neste quadro que desejava deixar testemunho, de uma forma muito sintética, do que foi a actividade da Câmara e de aspectos relacionados com essa actividade. Estavam à beira de cumprir o primeiro ano do mandato, estavam também seguramente à altura para no próximo dia 17, aquando do debate sobre o Estado da Cidade, apresentarem e discutirem o balanço desse primeiro ano de mandato. Estavam confiantes no trabalho que estavam a desenvolver, estavam conscientes do ambiente difícil, nacional e autárquico, que estavam a viver, mas estavam totalmente empenhados a prosseguir as políticas que delinearam, que foram referendadas nas últimas eleições e que mereceram o apoio, muito alargado, do povo de Lisboa. -----

----- Era com essa determinação que continuavam a trilhar os caminhos da sustentabilidade, do desenvolvimento e, acima de tudo, com a correspondência da gestão autárquica aos problemas, às necessidades e aos sonhos dos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que não tinha previsto fazer nenhuma intervenção, mas a forma como o Sr. Presidente da Câmara iniciara o seu discurso obrigava-o a intervir. -----

----- Em primeiro lugar, para dizer, com toda a sinceridade, que para o PS nunca estivera em causa a honradez pessoal do Sr. Presidente da Câmara. Não tinha dúvidas nenhuma que o Sr. Presidente da Câmara era um homem íntegro, sempre o dissera e continuaria a dizer, mas devia também dizer que, não estando em causa para o PS a sua integridade pessoal, o Sr. Presidente da Câmara tinha manifestado uma enorme incapacidade para gerir algumas situações noticiadas em diversos órgãos da comunicação social e, com a sua inabilidade habitual, contribuíra para que se adensassem no espírito das pessoas, das cidadãs e dos cidadãos, legítimas dúvidas sobre a forma como a Câmara Municipal era gerida e, fundamentalmente, como era gerida uma empresa municipal que estava na ordem do dia, a EPUL. -----

----- Houve declarações contraditórias do Sr. Presidente da Câmara e de alguns Vereadores da sua equipa, e houve omissão de resposta em muitas situações que talvez, sendo dadas atempadamente, pudessem esclarecer qualquer tipo de dúvidas. Para o PS, nessa matéria, havia apenas uma dúvida que ainda não estava esclarecida e que a

Câmara Municipal e o seu Executivo não foram capazes de esclarecer, que era o relacionamento da IMOHIFEN com uma empresa mediadora imobiliária privada. Para o bom-nome da EPUL e também da Câmara Municipal, politicamente falando, era necessário um rápido esclarecimento. -----

----- Por outro lado, sobre essa empresa também havia uma situação politicamente insustentável, e não se referia agora nem queria entrar por aí porque com certeza haveria pessoas mais dotas e órgãos próprios que poderiam dar esse parecer sobre a legalidade ou não do prémio eventualmente auto-atribuído pelo Conselho de Administração, mas era politicamente insustentável que numa empresa com sérias dificuldades financeiras, como foi dito, por exemplo, na altura da aprovação do Plano do Vale de Santo António, que um dos primeiros actos de gestão desse Conselho de Administração fosse aprovar esse mesmo prémio de gestão. -----

----- Ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara tinha vindo à Assembleia Municipal colocar a questão, porque não estando em causa de maneira nenhuma a sua integridade, para o PS isso era um assunto fora de questão, estava naturalmente em causa a própria capacidade política como tinha gerido o *dossier*, ou alguém tinha gerido por si, mas o Presidente da Câmara era sempre o primeiro responsável. Era de facto um azar de quem era eleito e andava na vida política, ou um privilégio de quem andava na vida política, consoante se quisesse ver as coisas. -----

----- Sobre outro exemplo que o Sr. Presidente tinha dado, também desejava dizer que quanto ao empreendimento da Av. Infante Santo, a Câmara Municipal manifestara os mesmos defeitos que ele próprio apontara em relação ao outro *dossier*. Declarações contraditórias por parte dos responsáveis e uma grande retardação de reacção nessa matéria, ficando legitimamente a dúvida sobre a forma como as coisas eram geridas na Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente quis ser Presidente da Câmara, foi reeleito, impusera-se, e bem pelos vistos, tinha razão, e ganhara as eleições como candidato ao próprio partido que o apoiara, portanto também tinha que assumir as responsabilidades e ainda bem que hoje tinha vindo assumi-las em determinado sentido, embora o PS continuasse à espera de todos os esclarecimentos para que pudesse fazer um juízo final, que revertiam no Moção que apresentaram na última reunião da Assembleia Municipal, sobre esse *dossier*. -----

----- Quanto ao mais não se alongaria muito, a declaração do Sr. Presidente da Câmara era esperada, tudo o que acontecia de mau na Câmara Municipal era por culpa do Governo. Ou era porque a Lei das Finanças Locais ia obrigar a Câmara a grandes constrangimentos, mas podia dizer que não era assim, até se podia fazer um debate sobre essa matéria, talvez na altura em que a Câmara apresentasse o Orçamento Municipal, e questionar algumas das opções que a Câmara tomara ao longo do seu ano de mandato, em detrimento de outras, por que é que havia dinheiro para umas coisas e não havia para outras, por que era que, por exemplo, e não estando contra, havia dinheiro para o Rock in Rio e não havia dinheiro para recuperar as escolas. Isso tinha a ver com as opções políticas que a Câmara tomava, mas em relação às quais também teria que responder. -----

----- Mas o PS ia-lhe fazer a vontade! É que o Sr. Presidente da Câmara quando tomara posse disse que uma das primeiras solicitações a fazer à Assembleia Municipal era pedir um debate de urgência sobre o novo aeroporto de Lisboa. Até agora não o solicitara, mas o PS já tinha apresentado um requerimento para que se fizesse uma sessão da Assembleia Municipal, não era um seminário ou um colóquio, era um debate com o Sr. Presidente da Câmara sobre o novo aeroporto de Lisboa. Teria muito que dizer sobre essa matéria, porque enquanto Ministro defendera uma coisa, enquanto Presidente da Câmara defendia coisas diferentes e também teria que se aquilatar nessa matéria. Assim o Sr. Presidente da Câmara quisesse fazer o debate e pressionasse o seu partido para agendar urgentemente um debate sobre o novo aeroporto de Lisboa. Depois podia-se fazer o *show-off*, seminários, convidados, tudo a dizer mal do Governo, mas primeiro fazia-se o debate no Parlamento da Cidade. O PS queria fazer essa vontade, foi uma promessa do discurso do Sr. Presidente da Câmara, na tomada de posse, que até agora não estava cumprida. -----

----- Quanto ao mais, o PS estaria no debate sobre o Estado da Cidade para fazer a análise sobre a visão de cidade que cada um tinha, que naturalmente não teria que ser similar, seria contraditória em muitos casos, mas era na pluralidade das opiniões que também Lisboa podia ficar mais enriquecida. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara falara na segurança, mas não referira que o Conselho Municipal de Segurança ainda não tinha reunido nenhuma vez. Havia vários conselhos municipais que ainda nem sequer tinham tomado posse, por exemplo aquele que tinha como função acompanhar o problema da deficiência, e havia alguns problemas na cidade que também competia à Câmara avançar. -----

----- Por fim, saudou a presença dos moradores do Bairro dos Lóios e das Amendoeiras, onde também era preciso que a Câmara colaborasse de uma forma permanente. Sabia que havia essa intenção, prestava essa justiça, para que esse assunto pudesse ser resolvido o mais rapidamente possível. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara permitia uma leitura como se fosse uma espécie de boletim médico sobre o estado de saúde da cidade, emitido de três em três meses. -----

----- Nas referências e nas omissões, era possível detectar pontos significativos desse estado de saúde e sobre eles formular juízos e solicitar esclarecimentos. Por uma questão de economia de tempo, formularia exclusivamente duas ou três questões. -----

----- A primeira era sobre o intitulado Projecto Urbano do Aterro da Boavista, listado na informação, na página 5, à mistura com temas das mais diversas escalas e gravidades, e sem outra informação para além de esclarecer que se tratava de um plano de pormenor (perguntava se era um plano de pormenor ou um projecto urbano) em modalidade simplificada e que a acção do Município era de acompanhamento. -----

----- Disse que tiveram oportunidade, nestas férias, de repetir, dez anos depois, uma experiência inolvidável para quem a vivia, que era a entrada no Tejo a bordo de um paquete, com a velocidade exacta, um ponto de vista privilegiado, experiência que desta vez, contudo, se viu envolvida de uma certa amargura. Cascais estava

desfigurada, Oeiras era medonha, Paço de Arcos e Algés eram o subúrbio desde o topo das colinas até junto ao rio. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que Almada estava estabilizada e que tomara muitas das cidades da periferia terem a exactidão e a gestão de Almada. -----

----- Mas o esplendor voltava quando passavam Pedrouços e chegavam frente a Lisboa. A Torre de Belém, o CCB, os Jerónimos, a Central Tejo, a Cordoaria, a Ponte, o Vale de Alcântara e Monsanto, salvos por vontade popular da presença afrontosa de torres, as colinas, o Terreiro do Paço o Castelo e Santa Apolónia, um filme entusiasmante para todos os que seguiam a bordo, excepto para os lisboetas, que sabiam que no Aterro da Boavista, mesmo em frente da Colina de Santa Catarina, aquela onde os nostálgicos da partida iam ver sair os navios, aí mesmo, junto ao rio, se iria erguer uma espécie de Edifício Coutinho como o de Viana do Castelo. Sem dúvida mais esbelto e mais alto, *signé* por um grande costureiro da arquitectura internacional, mas igualmente intruso e que certamente enfrentaria, a construir-se, longe fosse o agoiro, a ira e as exigências de demolição de gerações vindouras. -----

----- A questão que colocava ao Sr. Presidente da Câmara, à Sra. Vereadora do Urbanismo e ao Sr. Vereador da Cultura, era porquê esse atentado ao património da cidade, portanto à sua riqueza colectiva? Por que razão queriam transformar Lisboa numa espécie de Hong-Kong de pacotilha? Porquê? Não queriam certamente encarar a figura que Vasco Graça Moura escrevera em obra recente: “autarcas nédios / gente com alma de algeroz / que fazem prédios, prédios, prédios / desfigurando o rio e a foz”. -----

----- Era esse o papel dos poetas, dizerem as coisas sem rebuço. -----

----- Continuando, disse que era por aparente omissão na informação escrita que se referia ao Parque Mayer e mais por a comunicação social se ter referido a peregrinações de membros do Executivo ao escritório de Frank Gehry e convencê-lo a continuar a ocupar-se do projecto do Parque Mayer. -----

----- Sabiam que desde há muito era fecunda a troca de ideias para o desenvolvimento da arquitectura entre os países. Em Lisboa estavam ligados a nomes estrangeiros os Jerónimos, o Convento de Mafra, São Vicente, a Baixa, os primeiros planos de urbanização de Lisboa e o Centro Cultural de Belém. Sem chauvinismo evocava, contudo, em relação ao Parque Mayer, o dizer do povo a D. João I, na Revolução de 1380, quando ele se propunha ir a Londres pedir ajuda: “Bom Londres é Portugal, mestre, bom Londres é Portugal. O problema aqui resolver-se-á aqui”. -----

----- Não os movia uma atitude corporativa porque entendiam que a autoria daquilo que se vier a construir no Parque Mayer deveria ser uma autoria colectiva, que envolveria todos os que se quisessem manifestar. Aqueles que entendiam que o capitel era uma peça a conservar integralmente, ou aqueles que entendiam que era preciso inovar mesmo que isso significasse intervenções profundas, aqueles que sonhavam com um ambiente denso e animado e os que preferiam o Jardim Botânico e se descesse tranquilamente a Av. da Liberdade, os que queriam a Av. da Liberdade como um espaço de relação e os que queriam vê-la transformada numa auto-pista. -----

----- Seriam todos esses a pronunciar-se, porque a situação era esta: “o Parque Mayer é nosso, custou-nos os olhos da cara”. Foram-se os anéis ficaram os dedos, malbaratou-se

a grande herança que eram os terrenos da Feira Popular, não adiantava chorar sobre o leite derramado, mas aquilo que o maior número quisesse seria o que o Parque Mayer viria a ser. -----

----- Terminou perguntando qual o ponto da situação e por que razão a Câmara desperdiçava uma grande oportunidade de fazer um planeamento participativo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que ouviu com a maior atenção a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e achava interessante que ele tivesse falado de oito a dez minutos sobre quem andava neste mundo para denegrir imagens de pessoas, para levantar falsas suspeitas e outras coisas mais. Pedia desculpa de se lhe dirigir directamente, mas achava que o Sr. Presidente da Câmara nunca ali tinha ouvido ninguém do BE levantar suspeitas pessoais sobre o António, o Manuel ou o Joaquim. O que já ali ouviu muitas vezes foi o BE, como também na Câmara o seu Vereador, colocar perguntas sobre vários procedimentos na Câmara e nas empresas municipais que consideravam errados. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara veio ali apresentar a informação escrita dizendo que vinha esgrimir contra os que falavam contra o bom-nome da cidade! O bom-nome da cidade? Quando se levantavam questões dizendo que isto ou aquilo estava bem ou mal era o bom-nome da cidade que se estava a pôr em causa? Era necessário que tivessem calma, ainda não chegaram à França de Luís qualquer coisa, por enquanto ainda o Presidente da Câmara é o Presidente da Câmara, chamado Prof. Carmona Rodrigues, e a Cidade de Lisboa é a Cidade de Lisboa com as centenas de milhar de habitantes que tem. Portanto, era preciso que separassem as coisas. -----

----- Pessoalmente, o que acharia interessante ver da parte do Sr. Presidente a Câmara ao intervir ali para apresentar a informação escrita, não era lutar contra moinhos de vento mas sim chegar ali e dizer: “Senhores Deputados, venho aqui para vos dizer que recebi um relatório do Provedor de Justiça, que foi ver as obras da Av. Infante Santo, e esse relatório do Sr. Provedor de Justiça, que por acaso até foi membro do partido que me apoia aqui, que é uma pessoa que ninguém põe em causa a sua seriedade, mandou-me um relatório que eu gostaria de distribuir aos Senhores Deputados porque os Senhores Deputados deviam conhecer esse relatório, que nas suas conclusões diz assim: -----

----- 1º – Solicito-lhe, Sr. Presidente da Câmara, que envie a Polícia Municipal para a obra de imediato; -----

----- 2º – Solicito-lhe, Sr. Presidente da Câmara, que embargue a obra; -----

----- 3º – Solicito-lhe, Sr. Presidente da Câmara, que inicie um inquérito à Direcção que tratou da obra.” -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara, em vez de informar os Deputados Municipais do relatório de um órgão institucional e constitucional do País, vinha dizer que havia quem andasse ali a levantar suspeitas?! O Sr. Presidente da Câmara não distribuíra o relatório do Provedor de Justiça, um órgão constitucional do País, não informava os Deputados Municipais disso e dizia que havia quem andasse a levantar suspeitas do bom-nome das pessoas! Mas chegaram aonde? Já não valia a Constituição da República também? Se queriam acabar com o Provedor de Justiça que acabassem. -----

----- Disse que não entendia, não entendia e até achava grave o que era pior, e por isso se estava a dirigir directamente ao Sr. Presidente da Câmara, por quem, aliás, tinha grande consideração e até amizade pessoal. Mas se diziam que isto, aquilo e aqueloutro estava mal queriam saber. -----

----- Por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara falara que levantaram suspeitas sobre a EPUL, mas era um facto que numa reunião da Comissão de Acompanhamento para a Construção dos Estádio do Benfica e do Sporting, onde esteve presente o Presidente do Conselho de Administração da empresa, Dr. Sequeira Braga, este disse que o que a EPUL estava a fazer era ilegal, e não era quilo que tinha sido aprovado em Câmara nem na Assembleia Municipal. Por unanimidade de todas as forças políticas pediram esclarecimentos sobre isso, mas já lá iam quatro anos e continuavam à espera que esclarecessem o que foi pago ao Benfica e ao Sporting. -----

----- Por outro lado, o Dr. Santana Lopes era Presidente da Câmara e o Prof. Carmona Rodrigues, agora Presidente, era então Vice-Presidente, e ele próprio trouxe ali um caso concreto sobre a EPUL, o Sr. Presidente da Câmara disse que ia pedir esclarecimentos e que a Assembleia seria esclarecida, mas nunca foi. -----

----- Ou seja, ia para ano e meio que trouxe ali o caso de um trabalhador indiferenciado da EPUL que foi despedido, recebera uma indemnização de 200.000 euros, em recibo verde o que era ilegal porque desde logo deixara de descontar para a segurança social porque as indemnizações teriam que ser pagas no seu recibo de trabalhador normal, e quando o Dr. Santana Lopes disse que fizeram isso porque estavam sempre a dizer que era preciso acabar com o desperdício nas empresas municipais, estavam a fazer despedimentos e para isso era preciso fazer acordos com os trabalhadores. Mas quando, de seguida, apresentara um novo recibo do mesmo trabalhador que depois de ter sido despedido começara a receber logo no mês seguinte 7.000 euros através de um contrato de avença, o Dr. Santana Lopes teve a coragem de chegar ali e dizer: “eu não entendo isto, eu quero saber para depois explicar”. Mas era um facto que já tinha passado ano e meio e continuavam sem saber como era que isso podia acontecer. -----

----- Isso vinha escrito na comunicação social, o próprio dera entrevistas referindo que era muito importante a sua prestação de serviços! Podia continuar ali a colocar situações concretas, isso seria levantar suspeitas sobre alguém? -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara, em vez de vir pedir aos Deputados Municipais que assumissem o seu papel fiscalizador e o ajudassem a controlar o aparelho, o ajudassem a baixar as despesas para ter mais dinheiro na Câmara, o ajudassem a fazer obra, vinha dizer que se calassem porque cada vez que levantassem uma dúvida ou colocassem perguntas estavam a levantar suspeições sobre alguém. Mas não poderiam mais perguntar? Cada vez que ali perguntasse, como um Deputado Municipal de qualquer outra bancada, seria levantar uma suspeição? Então para que era que estavam ali? Por que era que não conheciam o relatório do Provedor de Justiça? -----

----- Por tudo isso, entendia que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi completamente lamentável. Tanto mais que depois de todas essas suspeitas, a prática do que aconteceu foi que a Câmara lhes veio dar razão ao dizer para devolver os subsídios e que não haveria mais comissões agora para empresas imobiliárias intermediárias, etc.



----- Disse, ainda, que estava muito de acordo que o Sr. Presidente da Câmara tivesse ali assumido a sua posição em relação à questão dos custos da capitalidade, matéria em relação à qual já ali apresentaram duas moções que foram aprovadas. Mas desejava dizer-lhe sobre essa matéria que, estando unidos nessa luta e que a Lei das Finanças Locais teria que traduzir esses custos, se ele próprio fosse Presidente da Câmara não teria estado calado até agora, teria unido todas as forças, presentes na Assembleia e na Câmara, teria feito conferências, debates, etc., para pressionar politicamente o Governo, porque isso não se fazia só numa conversa com o Sr. Ministro, ia-se fazendo pressão política pública. A Cidade de Lisboa não tinha que pagar o custo da capitalidade, os cidadãos de Lisboa não tinham responsabilidade por essa coisa secular da centralidade absoluta para a qual a Câmara pagava a recolha de lixos, a electricidade, ruas, passeios, esgotos, etc., completamente de graça já que não pagavam um único imposto à Câmara.-----

----- Só que não conseguia ter o protagonismo que o Prof. Carmona Rodrigues podia ter porque ele era o Presidente da Câmara, e por isso lhe solicitava que, se estavam de acordo com isso, todas as forças políticas, presentes na Câmara e na Assembleia, desenvolvessem acções para pressionar o Governo para que essa alínea caísse da lei. Independentemente de outras coisas, neste caso estavam de acordo e deveriam unir esforços para conseguir essa vitória no debate que ia haver na Assembleia da República. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, disse que considerando que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara era omissa sobre duas situações concretas, pretendiam solicitar esclarecimentos em relação às mesmas. --

----- Em primeiro lugar, uma notícia publicada num jornal diário de 23 de Setembro, dava nota que a Câmara Municipal de Lisboa não havia ainda procedido aos pagamentos aos agentes da PSP, relativos aos festivais da sua responsabilidade, em particular o Rock in Rio. A mesma notícia referia que em causa estavam mais de 50.000 euros no que dizia respeito aos festivais deste ano, mas a Câmara mantinha ainda 30.000 euros relativos a 2004 e 2005, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se confirmava essa notícia e o que levava a esse atraso, e, se era verdade, para quando a regularização dos pagamentos. -----

----- Em segundo lugar, o Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal requalificara o património verde da Av. Estados Unidos da América, investindo muito dinheiro no corte de choupos em risco e na plantação de novas árvores. Ainda hoje continuava a investir-se dinheiro nesse espaço, pagando-se os serviços de manutenção a uma empresa de jardinagem. Passados cerca de oito meses já muitas árvores se encontravam mortas, secas e abandonadas, e o que era estranho é que essas árvores já mortas continuavam a ser regadas com regularidade, e outras mais antigas já existentes no local antes dessa requalificação não levavam uma pinguinha de água. -----

----- Por outro lado, havia ainda no local muitas árvores adultas que mereciam uma poda, havia ramos partidos na iminência de caírem em dias mais ventosos ou chuvosos.

Lembrou que Outubro era o mês em que deveria ser feita a poda das árvores, mês em que as plantas tinham menos vigor vegetativo. -----

----- Sobre esta questão o que gostariam de saber era se as árvores mortas iam ser retiradas e substituídas por outras, também por que razão as árvores novas eram regadas e as outras não eram cuidadas, e, ainda, se se pretendia fazer a poda das árvores adultas antes que os ramos caíssem e pudessem magoar seriamente algum transeunte ou mesmo danificar alguma viatura. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que saudava o Sr. Presidente da Câmara pela forma desassomburada como subiu à tribuna para defender a sua imagem dos ataques que tinha vindo a ser alvo, relativamente a acontecimentos e a matérias que, muitas delas, não eram sequer da sua responsabilidade porque antecediam, de longe, o período em que ele estava na Câmara. -

----- Depois, disse que o PSD, pela intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, percebia quem era que estava na origem de toda essa campanha de imagem, essa campanha de comunicação social, relativamente a essa questão, porque foi perfeitamente claro pela forma como ali se expressara. Mas, naturalmente, o que o Deputado Municipal Miguel Coelho queria, era que cada vez que saísse uma notícia sobre um qualquer problema que tivesse origem na Câmara, passada ou presente, que o Sr. Presidente da Câmara viesse a público tentar defender-se e tentar empolar ainda mais a questão de forma a que essas matérias, em vez de morrerem por si, durassem infinitamente para que daí pudesse haver algum crédito para aquilo que era a intenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, e naturalmente do partido que defendia. -----

----- Naturalmente o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha toda a vantagem em que a imagem do actual Executivo fosse aquela que melhor conviesse ao desiderato da sua intenção de vir a candidatar um socialista no próximo mandato. Era legítimo que o fizesse, era legítimo que o defendesse, mas teria que ter em consideração que as pessoas não eram todas iguais, e se algumas reagiam, emocionalmente, e respondiam a cada ataque, como seria naturalmente o desejo do Deputado Municipal Miguel Coelho, outras guardavam as alturas certas para poderem, nos locais próprios, dizer de sua justiça e aquilo que lhes ia na alma na medida em que se sentiam atacadas. -----

----- Foi isso que o Sr. Presidente da Câmara ali fez, e muito bem, dizendo à Assembleia Municipal, órgão fiscalizador, tudo aquilo de que ultimamente tem sido alvo e pelo qual não se considerava responsável. -----

----- Era evidente que existiam problemas, problemas que eram claros e todos os conheciam. Aliás, muitos desses problemas, por exemplo no caso da EPUL, eram perfeitamente conhecidos pelo próprio PS que mantinha um representante na empresa, julgava mesmo que era o único que se mantinha ao longo dos últimos 10 ou 15 anos, pelo que se alguém teve continuidade na EPUL relativamente à sua gestão foi aquela que coube ao PS. Portanto, o PS devia estar muito bem informado de todos os passos que durante os últimos 10 ou 15 anos foram dados na EPUL, consequentemente não podia invocar desconhecimento. -----

----- Relativamente à Lei das Finanças Locais, disse que também saudavam a coragem do Sr. Presidente da Câmara naquilo que ali referira, porque, de facto, o que o Governo

pretendia fazer das Finanças Locais era um atentado à independência e à boa forma de execução das Câmaras Municipais. Era um prejuízo evidente para as Câmaras e consequentemente para as populações. -----

----- Sabiam que a alguns comissários políticos mais lhes interessava defender aquilo que eram as propostas do Governo do seu partido que propriamente defender os interesses da cidade, e neste caso concreto o que estava em causa era o interesse da cidade. Não podiam hoje estar a favor do Governo porque era da cor mesmo prejudicando Lisboa, e no passado estar contra o Governo que não era da cor e também prejudicava Lisboa. Teriam que estar sempre contra quem quer que fosse que prejudicasse a cidade, e não alterar a posição de acordo com a cor política do Governo. Era preciso que fossem coerentes, e o Deputado Municipal Miguel Coelho, que tinha história também na Assembleia Municipal de Lisboa, não era coerente porque no passado, quando algumas acções do Governo atingiam os interesses da cidade, ia à tribuna e naturalmente protestava por isso, e agora defendia até à exaustão tudo aquilo que o seu Governo propunha, fossem as leis mais iníquas e aquelas que mais prejudicavam Lisboa. Isso não fazia sentido, não era justo, não era honesto.-----

----- Continuando, disse que hoje não viu defender os custos da capitalidade pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. No entanto, o Deputado Municipal Miguel Coelho e o PS, em mandatos anteriores, quando a Câmara era do PS e o Governo do PSD, defendia ao transe os custos da capitalidade. O PSD, na Assembleia Municipal, sempre defendera os custos da capitalidade, sempre ali disseram que Lisboa tinha que ser compensada por ser a Capital do País, por ser o centro da Grande Área Metropolitana, Lisboa teria que ser compensada por ter no seu concelho quase todos os Ministérios e todas as repartições da Administração Central. Disseram isso ontem, diziam-no hoje e continuariam a dizê-lo onde quer que fosse. -----

----- E estavam aptos para fazer o *forcing* que o Deputado Municipal Carlos Marques referira, com outros partidos que também se quisessem juntar, no sentido de reivindicar, junto do Governo, que Lisboa fosse ressarcida dos custos da capitalidade.---

----- Ninguém tinha dúvidas disso, só havia dúvidas para o PS, porquê? Não era um facto que Lisboa era prejudicada por ser capital? Não era um facto que Lisboa perdia milhões de euros de impostos em termos de IMI e outros impostos relativos a edifícios governamentais que estavam sediados em Lisboa? Não era um facto que Lisboa viu crescer duas torres, junto ao Instituto Superior Técnico, sem possibilidade da Câmara intervir porque a Administração Pública podia construir como queria e lhe apetecia, denegrindo completamente a imagem de uma área de grande relevância arquitectónica e paisagística como era a Alameda D. Afonso Henriques? Não era verdade tudo isso? Por que é que nessa altura não viram ali os arautos da desgraça dizerem alguma coisa contra isso? Nessa altura todos se calaram! -----

----- Portanto, era preciso que afirmassem sempre os interesses da cidade, doesse a quem doesse, custasse a quem custasse, mesmo que isso muitas vezes, pelo menos na parte que lhe tocava, não pudesse ser completamente identificado com aquilo que o próprio Executivo desenvolvia, porque sempre que entendesse que qualquer coisa era injusta ali diria que era injusta e não seria nunca porta-voz de ninguém. De quem seria

sempre porta-voz, e estava certo que também todos os seus colegas de bancada, era dos interesses da cidade. -----

----- Sobre a informação escrita, disse que houve intenção de lhe dar outra apresentação e colocar todos os assuntos na base dos eixos que o Sr. Presidente da Câmara defendia que a cidade se devia desenvolver. Confessava que apreciava a intenção de alterar a forma como a informação escrita vinha sendo apresentada, mas também achava que não era esta ainda a forma ideal para que pudessem ver, com alguma precisão, aquilo que mais interessava ver, porque num enumerado enormíssimo de actividades, muitas delas com interesse relativo, não seria naturalmente possível que os Deputados Municipais pudessem fazer uma apreciação geral daquilo que de importante se desenvolvera nos três meses a que a informação dizia respeito. -----

----- A filosofia de referir os eixos era importante, mas isso deveria ser feito naquilo que se dirigia mais à preocupação das pessoas. Não valia a pena fazer descrições exaustivas de pequenas coisas ou de coisas que podiam ser muito importantes, mas que lhes diziam muito pouco, embora essas pudessem ser remetidas para um índice ou um anexo. Mas dizer-lhes aquilo que na área da política dos bairros, na área da política da inovação, na área da política do empreendedorismo, etc., pudesse representar uma valorização clara e evidente para os lisboetas, aquilo que pudesse dar mais felicidade, que pudesse ajudar a resolver alguns problemas. -----

----- Recordava-se, por exemplo, – e aqui ia uma reivindicação ao Sr. Vereador António Prôa, que lhe ia perdoar com certeza – da questão dos jardins. Sinceramente neste momento sentia alguma sensibilidade nesse aspecto porque tinha cinco netos com quem muitas vezes ia passear nos jardins e, na maior parte dos casos, os jardins da cidade eram sanitários caninos, o que dificultava imenso que as crianças pudessem andar e brincar à vontade na relva desses jardins porque se sujeitavam às piores consequências. O que sugeria, a exemplo do que acontecia noutras cidades, era que aos canídeos fosse completamente vedado o acesso a essas zonas relvadas onde também as crianças tinham direito a brincar e não só os cães. -----

----- Em Paris, por exemplo, todos os jardins tinham uma ligeira grade e um letreiro bem evidente a proibir a entrada a cães. Essa seria uma medida que todos agradeceriam ao Sr. Vereador António Prôa, principalmente os avós que quando tinham que ir passear as crianças sentiam grande dificuldade para que elas pudessem livremente expandir os seus movimentos, a sua alegria e a sua capacidade para se divertirem. Era um apelo que fazia e que esperava viesse a sortir efeito nos próximos tempos. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o sol quando nascia era para todos, pelo que o Deputado Municipal Victor Gonçalves não podia pretender que só porque era da oposição não pudesse falar e que o melhor era estar calado. Não podia ser assim! -----

----- Disse que teve o cuidado de fazer uma intervenção dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, onde reconheceu de imediato a sua integridade pessoal, mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves teria que perceber que o papel de um partido da oposição na Assembleia Municipal de Lisboa, que era o Parlamento da Cidade, era pedir

informações e esclarecimentos à Câmara. Portanto quando as dúvidas surgiam os esclarecimentos tinham que se pedir. -----

----- Agora, podiam pedir-se de diversas maneiras, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves compreenderia que o PS, como todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, têm tido uma postura correcta na forma como se dirigiam à Câmara. -----

----- A propósito dos custos da capitalidade, disse que era muito bonito o discurso do Deputado Municipal Victor Gonçalves, mas quando ainda no tempo em que o actual Presidente da República era Primeiro-Ministro e houve um aumento zero na Lei das Finanças Locais, não se lembrava ver o Deputado Municipal Victor Gonçalves insurgir-se nessa altura contra a Lei das Finanças Locais em defesa da capitalidade e da Cidade de Lisboa. E ao que sabia esta Lei das Finanças Locais não iria reduzir a transferência de verbas para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Terminou repetindo a frase com que começara, “o sol quando nascia era para todos”, portanto não valia querer calar à força os partidos da oposição porque isso nem lhe ficava bem. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que nem tinha força nem tinha vontade para calar o Deputado Municipal Miguel Coelho. Naturalmente longe de si a intenção e a manifesta impossibilidade de o calar a si ou a algum da sua bancada, porque tinha todo o direito de falar as vezes que quisesse, dizer as coisas certas ou erradas que naturalmente lhe iam na alma, mas também teria que se confrontar com aquilo que eram as críticas às suas intervenções. Não era só fazer críticas. -----

----- Era óbvio que quando intervinham se sujeitavam a receber aplausos e a receber críticas, era a lei da vida, era a lei de quem estava na política. Nem sempre o que diziam era aplaudido por todos, ou sequer às vezes por alguém. -----

----- Portanto, continuaria a ir à tribuna sempre que entendesse que alguém era injustiçado, que era denegrida a imagem de alguém, que alguém era injustamente classificado, cada vez que não se defendessem os interesses da cidade, cada vez que julgasse, pelo menos na sua óptica, que Lisboa era prejudicada. Em suma, iria sempre à tribuna enquanto a voz não lhe doesse. -----

----- Em relação aos custos da capitalidade, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha má memória, porque nessa altura estava na Vereação, era Presidente da Câmara o Eng<sup>o</sup> Nuno Abecasis, e quantas vezes na Câmara Municipal de Lisboa afirmaram ser necessário a Câmara ser compensada pelos custos da capitalidade! Aliás, estavam presentes a Deputada Municipal Ana Sara Brito e o Sr. Vereador Pedro Feist, que na altura estavam na Vereação, que não o deixavam mentir. -----

----- Quem era, nessa altura, o maior defensor de que Lisboa deveria ser ressarcida por ter na cidade os Ministérios, etc., era exactamente o Eng.<sup>o</sup> Nuno Abecasis! Era ou não era? O Deputado Municipal Miguel Coelho não tinha razão, havia ali pessoas do seu partido que, se quisessem, podiam dizer isso mesmo. Teve muito gosto em ter estado na Câmara nesse tempo com Vereadores como Ana Sara Brito, Pombo Cardoso, Anselmo Aníbal, Vasco Franco, Vítor Reis, etc., e qualquer deles podia testemunhar isso. -----

----- Terminou dizendo que a memória do Deputado Municipal Miguel Coelho estava um bocado depauperada. -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Cintra (PS)**, substituto do Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, disse que não se sentia com capacidade para transmitir algum ensinamento ou sugestão ao Sr. Presidente da Câmara sobre a forma como apresentava a informação escrita, desejava que outros Deputados Municipais com mais capacidade o fizessem, mas aproveitava esta circunstância para, primeiro que tudo, saudar o Executivo camarário pelo facto de ter criado a figura do guarda-nocturno para a Freguesia das Mercês. -----

----- Essa era uma matéria que no Executivo da Junta de Freguesia a população de há muito vinha a lutar, e gostariam também, nesta fase, de se colocarem à disposição do Município para colaborar em todas as iniciativas que, de agora em diante, levassem à concretização efectiva da entrada em funções do guarda-nocturno, na área da freguesia.-

----- Perguntou depois à Câmara o que sucedeu, até há bem pouco tempo, com a II Bienal da Luz, que decorrera nalgumas áreas da Cidade de Lisboa, porque enquanto autarcas e enquanto moradores da Cidade de Lisboa numa área onde decorrera essa iniciativa, a única informação que tiveram da parte do Executivo camarário foi na anterior reunião da Assembleia Municipal. Souberam primeiro pelos órgãos de comunicação social em que consistia esse evento, do que formalmente tiveram conhecimento da parte da Câmara. -----

----- A Câmara podia argumentar que não era o organizador principal, mas havia um princípio que desde sempre foi transmitido, e que era necessário agora relembrar, que era que se para o bem as Juntas de Freguesia serviam para divulgar todas as iniciativas, também deveriam servir para ter a atenção do Executivo e dos organizadores quando decorriam iniciativas na cidade, e não se conseguia transmitir à população, aos comerciantes e aos turistas o que efectivamente estava a suceder nas ruas da cidade. ----

----- Obviamente, os comentários foram mais do que muitos. Pelos comentários dos comerciantes, pelos comentários que vieram até nos órgãos de comunicação social, foi visível para todos que as opiniões foram bastante negativas pelo facto da iniciativa ter decorrido sem nenhum tipo de informação. -----

----- Por outro lado, desejavam também saber a razão por que o panfleto que foi distribuído, a todas as Juntas de Freguesia, na última reunião da Assembleia, não foi atempadamente distribuído a todas elas, porque nenhuma Junta de Freguesia teve capacidade de informar as populações da iniciativa que estava a decorrer. -----

----- Perguntou, ainda, que motivos levaram a que fossem colocados, sem conhecimento nenhum, sem que as forças da autoridade também estivessem presentes para auxiliar na segurança e vigilância das pessoas, papéis de cor vermelha, verde e azul, que no caso concreto da zona do Príncipe Real provocaram, e ainda estavam hoje a provocar porque estavam ainda colocados nos candeeiros de iluminação pública, um sentimento de insegurança bastante grande que levava a que pelo menos as senhoras e os senhores que estavam no centro-de-dia da Freguesia das Mercês, sediado na sede da Junta, fossem solicitar aos funcionários e aos membros do Executivo da Junta que os

acompanhassem, às 19 horas, para atravessar o jardim da Praça do Príncipe Real. Eram essas as situações que gostavam de ver resolvidas. -----

----- Obviamente não estavam contra a iniciativa, entendiam que ela, como matéria cultural da cidade, era importante. O que gostariam era que o compromisso que pediam à Junta de não colocar nada na via pública sem pedir autorização à Câmara, não tinham autorização para colocar sequer um pilarete, que a Câmara quando executava iniciativas destas tivesse pelo menos a capacidade de informar atempadamente as Juntas de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por saudar o Deputado Municipal Silva Dias, por na sua qualidade de arquitecto ter sido nomeado, e já empossado, Provedor de Arquitectura junto da Ordem dos Arquitectos. Queriam prestar-lhe esta homenagem na Assembleia Municipal de Lisboa e desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho de tão honroso cargo. -----

----- Depois, disse que mais uma vez a Câmara Municipal não cumpria a lei, já que não apresentara, juntamente com a informação escrita, a documentação das demonstrações financeiras, o que, aliás, era uma situação recorrente. -----

----- Quanto à alteração verificada no formato da informação escrita, disse que ela não era positiva. O habitual texto introdutório dizia pouco mas sempre dizia algo sobre o que se fazia e, sobretudo, tornava cada vez mais claro o abandono, pela Câmara, de áreas importantes e tão propagandeadas como a reabilitação urbana, que parecia ser uma frente de trabalho decisiva da Câmara Municipal. -----

----- Agora, ficava à mercê da especulação e do afastamento de habitantes dos bairros mais populares. O Sr. Presidente da Câmara dizia que não havia betão, que havia uma qualidade de vida, mas, na realidade, a Câmara preparava condições para que os grandes investidores, aqueles que de facto semeavam betão na cidade, pudessem ganhar imenso dinheiro sem que a Câmara interviesse para corrigir essa situação terrível de não haver habitação, nomeadamente para as camadas mais jovens. -----

----- Seguidamente, disse que havia algumas questões que desejavam colocar. O tempo era pouco, era escasso, mas ainda lhes queriam reduzir mais esse tempo. -----

----- Em primeiro lugar, a questão do hotel do Príncipe Real. Estava um plano em modalidade simplificada à medida dos interesses do promotor? Gostariam que a Câmara esclarecesse esse assunto. Ultrapassava, ou não, o limite de 20% de ocupação do logradouro que o PDM impunha? -----

----- Tinham preocupações com o impacto visual também no Jardim Botânico. Tratava-se de 10.157 m<sup>2</sup> de construção, 7.071 m<sup>2</sup> de edifícios novos, com parque de estacionamento subterrâneo para 30 viaturas. Havia necessidade de criar uma zona especial de protecção para o Jardim Botânico, até porque estavam sob a ameaça de construção no Parque Mayer. -----

----- Outra questão que queriam colocar ao Sr. Presidente da Câmara era saber qual era efectivamente a intervenção da Câmara na questão do Túnel do Rossio. Refer e Teixeira Duarte rescindiram o contrato! Houve ou não chantagem da Teixeira Duarte nesse processo? Eram questões levantadas nos jornais, sabiam de algumas delas e tinham, obviamente, todo o direito de as colocar ali. Era um facto que havia prejuízo

para os utentes, para os trabalhadores, para os comerciantes da Baixa, havia uma comissão de comerciantes, que recentemente colocara na zona envolvente faixas negras, portanto no Rossio, porque havia um prejuízo gravíssimo para aquela zona da cidade. -----

----- Referindo-se ao Café Império, disse que as notícias que apareciam sobre aquilo que de facto foi a sua recuperação não eram de molde a descansarem. A Câmara já analisara o que estava no jornal Público, de 13 de Setembro, sobre essa matéria? Deixara de ser o café popular e de qualidade que era? Recordou que a Assembleia aprovara uma recomendação, por unanimidade, no sentido de que a Câmara acompanhasse o processo com o IPPAR, pelo que era preciso ver se aquela era realmente uma situação de qualidade e de interesse para a cidade. -----

----- Depois, disse que desejavam saudar aquilo que seria a abertura do centro de saúde no Bairro do Calhau, em São Domingos de Benfica. Defenderam isso numa das últimas reuniões da Assembleia, e esperavam que realmente fosse aberto. -----

----- Criticavam a criação de um quadro de pessoal de direito privado, proposto pela Vereadora Marina Ferreira, na Câmara, para contornar o concurso externo de acesso à função pública. -----

----- Sobre a EPUL, disse que era verdade que continuavam a aparecer escândalos nos jornais. Agora a EPUL contratava advogados apesar de ter Gabinete Jurídico, de Fevereiro de 2004 a Agosto de 2006 a empresa pagara 277.000 euros a nove escritórios de advogados. O Escritório Barroca, Sarmento Neves recebera 150.000 euros entre o final de 2005 e Abril de 2006, onde estagia uma filha de um dos administradores da EPUL. Coincidência, dizia Albano Sarmento, um dos sócios do escritório! Só que eram tantas coincidências, tantos prémios e tantas situações, que desejava que, para além destes esclarecimentos da Câmara, fosse também respondida a questão que colocara no período de Antes da Ordem do Dia da passada reunião, que era se a Sra. ex-Vereadora Eduarda Napoleão já tinha devolvido os prémios que recebera, pois declarara a um jornal que ainda não tinha decidido e o PCP gostava de saber se efectivamente já tinha devolvido. -----

----- Por fim, depois de perguntar directamente ao PS se já retirara a confiança política a um administrador que tinha no Conselho de Administração da EPUL, disse que o PCP entregara um requerimento, com data de 8 de Abril de 2006, no qual, através da Sra. Presidente da Assembleia, solicitava à Câmara os planos de actividades e orçamentos de 2006 de todas as empresas municipais, incluindo a EPUL, assim como os relatórios e contas de todas as empresas municipais, incluindo a EPUL, e, ainda, a dívida bancária relevante de cada uma das empresas municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 42/98. Até agora não tiveram resposta e seria bom que a tivessem. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, associou-se, em nome da Mesa, à manifestação de regozijo pela nomeação do Sr. Deputado Municipal Silva Dias para o referido cargo. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que ia fazer a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e depois um



comentário sobre o período que era coberto pela informação, que lhe parecia ser susceptível de merecer alguma atenção. -----

----- Começando então pela informação escrita, disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu, na sua intervenção, que nunca houve tanta informação a propósito da acção do Executivo como agora. Não sabia se a dimensão da informação escrita e o número de páginas com que actualmente eram bombardeados era superior aquele que existia antes deste Executivo, se fosse pensava que essa informação era muito pouco produtiva pois parecia-lhe que a informação escrita, tal como era apresentada, funcionava mais como uma espécie de peneira com a qual se pretendia tapar o sol, o sol a que todos tinham direito, isto é, a informação a que todos tinham direito. -----

----- Mas dava dois exemplos concretos sobre a quantidade de informação inútil, na sua opinião completamente inútil, que lhes era fornecida nesta informação escrita. -----

----- Primeiro, suspeitava mesmo, e aqui achava que tinha direito à suspeição, que o Sr. Presidente da Câmara nem sequer olhara para a informação escrita, porque se tivesse olhado teria achado no mínimo estranho que o número de medidas com que era apresentada a síntese inicial da actividade da Câmara fosse cerca de três vezes superior ao número de acções que supostamente deveriam servir para concretizar as medidas. Havia aí qualquer coisa que não batia certo, ou o número de medidas era exagerado relativamente àquilo que eram efectivamente medidas, ou então existia uma errada classificação de acções que faziam parte desse relatório de medidas, mas que, no fundo, não se tratava senão de acções. -----

----- Portanto, havia aí um erro base de classificação que se o Sr. Presidente da Câmara tivesse pensado um pouco sobre o que tinha à sua frente teria certamente chegado à conclusão que na medida em que o conceito de acção servia para concretizar medidas, não fazia sentido que o número de medidas fosse superior ao número de acções. A não ser que o Sr. Presidente da Câmara quisesse confessar a sua incapacidade política de executar as medidas que estavam no enunciado da informação escrita. -----

----- De facto, parecia-lhe que era esse o caso: a incapacidade política que o Sr. Presidente da Câmara confessava na sua intervenção, porque, na realidade, tentara emendar a mão abordando questões que o Deputado Municipal Victor Gonçalves disse, e bem, que faziam falta nesta informação escrita. E o que era que fazia falta na informação? Era a relação da Câmara com a cidade, com a Assembleia Municipal, porque essa ausência de relação, esse autismo político da parte da Câmara provava-se num acto concreto ocorrido neste período da actuação camarária a que se referia a informação, quando o Sr. Presidente da Câmara confessara a sua incapacidade para obrigar a Carris a não aplicar uma reestruturação que ia contra os cidadãos e que a própria Câmara tinha essa opinião. -----

----- Ou seja, uma empresa que servia a cidade tinha o dislate de aplicar uma reestruturação contra a própria opinião da Câmara!? O que era isso senão uma confissão completa de uma total incapacidade política por parte do Executivo municipal de fazer as empresas que actuavam na sua área, sobretudo aquelas que tinham o exclusivo de serviço público, de aplicar um serviço que prestasse efectivamente serviço toda a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção era falar de uma zona da cidade, concretamente a Baixa-Chiado, zona que era não só o coração de Lisboa como também do País. Costumava dizer-se que quem não cuidava do seu coração morria, mas finalmente a Câmara estava a produzir obra nesse aspecto. A Câmara tinha iniciativas que pretendiam dinamizar essa zona, agora tinham medidas concretas que estavam no terreno, o que convinha também frisar. -----

----- E uma dessas medidas concretas era a candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial da Humanidade, que queriam e esperavam que se viesse a concretizar porque essa medida seria com certeza uma grande melhoria a nível do edificação e da requalificação de toda a área da Baixa-Chiado. Esperavam que, finalmente, Lisboa tivesse uma zona que fizesse parte do Património Mundial da Humanidade. -----

----- Essa medida por si só já seria importante, mas mesmo assim havia outras que convinha frisar, como, por exemplo, a criação, por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, do Comissariado da Baixa-Chiado, porque se não fosse o actual Executivo municipal e o seu Presidente por certo não teriam esse Comissariado, que ontem mesmo fez a apresentação pública do seu projecto, que pensava que seria um projecto que iria revolucionar aquela zona e ao qual as freguesias que estavam na área por certo iriam dar o contributo que com certeza seria necessário e eficaz. Por certo não iriam ser desconsideradas na execução do programa do Comissariado. -----

----- E se essas iniciativas por si só não fossem suficientes, havia ainda outras de menor importância que convinha também lembrar, que foram realizadas ao longo dos últimos três meses, nomeadamente nos meses do verão, e que foram a realização do Festival de Magia, que se realizou nas ruas da Baixa, que teve grande afluência de público e animou muito aquelas ruas que tanto necessitavam; a realização, durante cerca de três dias, de um Festival de Música Jazz, que também trouxe o seu quê de alegria e animação às ruas da Baixa; e, por outro lado, discordando aqui do seu colega Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, realizara-se também o Festival da Luzboa que no seu entender foi uma boa iniciativa. Na zona da Baixa-Chiado, concretamente na Rua Garrett, Largo de São Carlos e fachada do Centro Comercial Chiado, foi uma iniciativa que foi aplaudida pelos moradores e pelos comerciantes. -----

----- Alias, a nível da Junta de Freguesia realizaram reuniões públicas com moradores e associações de comerciantes, e todas as pessoas que residiam ou que tinham as suas actividades comerciais na zona tiveram informação. Portanto, se ali as pessoas tiveram informação, nas outras freguesias, eventualmente, teriam sido as Juntas que não contactaram a entidade organizadora. -----

----- Por outro lado, desejava também frisar que foi a primeira vez que se realizara a comemoração dos 115 anos da Polícia Municipal, que decorreria em frente aos Paços do Concelho. Durante os seus longos anos de existência a Polícia Municipal já deveria ter tido comemorações com a dignidade que teve esta, que foi uma iniciativa que veio dar algum carinho à Polícia Municipal numa altura que de certa forma a polícia não era bem vista pelos cidadãos. E isso, para além de contribuir para a estima da Corporação,

de certa forma contribuía para a animação da zona com a parada, o desfile e a actuação das viaturas. -----

----- Terminou dizendo que a sua Junta, e se calhar outras Juntas da Baixa, estavam satisfeita com a actuação do Executivo municipal e com a actuação do seu Presidente. --

----- **A Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, disse que ao aceitar o desafio de presidir à Junta de Freguesia da Charneca, porque achava que era de facto um grande desafio, teve uma expressão que ainda subscrevia, que foi “vou escrever a Charneca no mapa de Lisboa”. E isto porque, efectivamente, a Charneca não estava ainda inscrita no mapa de Lisboa! -----

----- Votada durante tantos anos ao ostracismo, a Charneca apresenta o aspecto apresenta. O edificado era logo a primeira expressão visível desse estado de coisas, mas não só o edificado. Se parassem um bocado, se atentassem um pouco mais noutros indicadores, na população etc., viam que efectivamente se tratava de uma freguesia de tudo carenciada. -----

----- Era uma zona periférica e, por isso mesmo, apelava ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores, particularmente à Sra. Vereadora Gabriela Seara, que não esquecesse essa zona tão periférica dos planos de recuperação urbana. Ainda mais concretamente se referia a um bairro da freguesia, o Bairro do Reguengo, que de facto estava totalmente isolado. -----

----- E, a propósito, desejava perguntar para quando se previa a conclusão do centro-dia dessa zona, que esteve prevista para o mês de Julho passado, o edifício estava concluído, mas faltava a adjudicação dos arranjos da área envolvente do átrio e também dos muros que circundavam essa área. Sem isso feito nada poderia funcionar, e daí a pergunta para quando a adjudicação desse complemento da obra, de todo imprescindível para o início das actividades. Obviamente o centro fazia muita falta aos idosos da zona, para além de que também seria um local de trabalho para muita gente. -

----- Por outro lado, ainda falando em requalificação urbana, desejava lembrar um outro bairro, esse sim incluído num projecto de requalificação mas que tardava em ser executado, o que prejudicava imenso todas as expectativas das pessoas que aí residiam que não faziam obras porque sabiam que iam mudar mas não sabiam quando iriam mudar. Um ou outro imóvel que iam sendo demolidos não eram demolidos nas devidas condições, têm ficado meias paredes no ar e não se têm feito as terraplanagens devidas, o que dava ao conjunto um aspecto fantasmagórico para além de provocar diversos tipos de esconderijos propícios a todo o tipo de marginalidade que estava a proliferar cada vez mais. -----

----- Estes, disse a terminar, eram alguns dos aspectos para os quais chamava a atenção porque eram zonas muitíssimo problemáticas, gerir essas zonas não era uma utopia mas quase e, portanto, a concertação do esforço de todos era absolutamente imprescindível.

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara falara na abertura do ano lectivo, e a semana passada o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto falara de modo quase como que a Assembleia o deveria saudar pela forma como a Câmara tinha feito a abertura do ano lectivo. Possivelmente o Sr. Vereador, esperava que não, iria ter na

próxima segunda-feira a comunicação social a dizer que a Escola de Santo Amaro, em Alcântara, ex-escola 66, iria ser encerrada a cadeado. Certamente iria ter que ver isso, a não ser que resolvesse a questão até segunda-feira. -----

----- E por que era que essa escola ia ser encerrada a cadeado? Estava de férias em Agosto e disseram que tinha sido contactado, ou a Junta, o que era mentira, para fazer obras de adaptação nas salas de alunos deficientes, o que não era verdade. No dia da abertura da escola os alunos deficientes não tiveram aulas porque as obras não estavam feitas e foi a Junta que levava lá um empreiteiro e estava a executá-las. -----

----- Por outro lado, há muito tempo que estava para ser feito um refeitório novo na escola, ele esteve nas prioridades da Câmara mas, de repente, desaparecera das prioridades. O problema que se punha era que as crianças iam todas para a Escola Francisco Arruda, tinham que ir de camioneta ou a pé que era uma coisa que não passava pela cabeça de ninguém, e numa reunião em que esteve presente assumiu-se o compromisso de fazer um equipamento no recreio da escola, mas que não era aquilo que lá acabara por ser feito, porque o que efectivamente foi feito foi uma tenda sem condições, nem sequer o ar condicionado montaram com a argumentação de que as crianças podiam lá meter os dedos, coisa que também não lembrava a ninguém. -----

----- Sobre o enriquecimento curricular, que já deveria ter começado, falava-se que havia de começar um dia, não se sabia quando, e o apoio à família, que deveria também começar agora, só em Dezembro começaria. Enfim, esse tipo de trapalhadas, como o Deputado Municipal Miguel Coelho gostava de dizer, nessa escola eram frequentes. ----

----- Por isso, ontem mesmo foi realizada uma reunião de pais e o que aí ficara decidido foi que se até segunda-feira não fosse resolvido o problema da escola ela iria ser encerrada a cadeado e iam ser chamados os órgãos de comunicação social. -----

----- Em relação à EPUL, disse que era aquele caso que todos conheciam: “zangam-se as comadres descubrem-se as verdades”. Agora foi a EPUL, onde estava o PSD e o PS, qualquer dia se calhar era a Carris, a EMEL, as SRUs, enfim! Era como as telenovelas, todos os dias havia uma coisa nova, mas neste caso esperava que não houvesse mais. ---

----- Disse, depois, que pensava que o Sr. Presidente da Câmara não tinha nada a ver com isso, mas era costume as Juntas de Freguesia serem convidadas para o 5 de Outubro. A sua Junta foi contactada ontem, por telefone, ele já lá não estava, a perguntar se o Presidente da Junta ia ou não estar presente nessa cerimónia. Hoje de manhã, quando chegara à Junta, disse que desconhecia porque não tinha qualquer convite para isso mas entraram em contacto com o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, e foi então mandado, por fax, um convite há pouco. -----

----- Essa não era uma forma de relacionamento. Era preciso que se lembrassem que os membros da Juntas e da Assembleia Municipal eram os chamados “homens bons” da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que ia dar nota de uma coisa que considerava importantíssima. Já que alguém ali atacava sucessivamente as atitudes da Câmara, tinha estado ali a pensar que em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa a sua Junta promovera um acto de cidadania, único em Portugal, que foi expor o Plano de

Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente, enquanto proposta de plano, para que as pessoas pudessem tomar conhecimento do mesmo, pudessem tomar todas as notas e levantar todas as questões para que quando ele fosse a discussão pública pudessem saber do que estavam a falar. -----

----- Estavam desde quinta-feira passada com uma média de 70 pessoas por dia, e estranhava imenso não ter visto até hoje, a não ser uma Deputada Municipal do PS, nenhum Deputado Municipal da oposição marcar presença num acto de cidadania tão importante quanto esse. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de São José pela iniciativa que teve e disse que esteve para ir mas coincidia com o funcionamento da Assembleia da República e não pode estar, mas teria oportunidade de estar numa outra ocasião. -----

----- Depois, dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que não deixava de ser curioso que no período da Ordem de Trabalhos referente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, ele tivesse decidido interpelar o PS. Ainda não eram Câmara Municipal de Lisboa em termos de presidência, haveriam de lá chegar novamente, mas isso denotava que o Deputado Municipal Modesto Navarro estava um bocado obcecado. Devia adormecer e acordar a pensar no PS. -----

----- Mas, de qualquer modo, respondia-lhe. -----

----- Em primeiro lugar, o PS não tinha nenhum representante no Conselho de Administração da EPUL. Havia lá uma pessoa que era militante do PS, uma pessoa honrada e uma pessoa séria, e só por isso até merecia que o Deputado Municipal Modesto Navarro tivesse tido o cuidado antes de pôr a questão como pôs. -----

----- Mas o PS entendia sobre essa matéria, tal como já tinha dito, que não era politicamente defensável o acto que era atribuído ao Conselho de Administração da EPUL, e pediram esclarecimentos à Câmara sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, começou por dizer ao Deputado Municipal Miguel Coelho que ficasse descansado porque ele não adormecia e acordava a pensar no PS. Não! Infelizmente, a sua preocupação com o PS era aquela que ali disse na semana passada, era o PS não defender os interesses da cidade na Assembleia Municipal e defender os interesses do Governo e da Administração da Carris. Essa é que era a verdade dos factos e, perante isso, o PS às vezes devia ter mais cautela quando se insurgia contra certas situações na Câmara e nas empresas municipais porque, efectivamente, não era só na EPUL que tinha um administrador, também tinha noutras administrações. -----

----- Portanto, era preciso que fossem claros porque o que perguntou ao PS foi se já tinha retirado a confiança ao administrador que tinha no Conselho de Administração da EPUL. O Deputado Municipal Miguel Coelho respondera-lhe, e acreditava porque era a parte fundamental da resposta, que o consideravam um administrador honrado, mas, na sua opinião, na Administração da EPUL um administrador honrado já lá não estava, já se tinha demitido. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que efectivamente havia uma grande diferença entre a postura do

PS e a do PCP. O Deputado Municipal Modesto Navarro podia dizer o que quisesse, que o PS não defendia os interesses da cidade, que defendia os interesses do Governo, já no anterior mandato o PCP dizia que era a oposição e o PS não, mas a verdade é que foram a votos e, em termos municipais, não obstante tudo, o PS tinha muitos mais votos que o PCP e muito mais representatividade no Município de Lisboa. Portanto, por aí se via quem era que defendia os interesses da cidade e quem não defendia. -----

----- Mas havia uma outra coisa que queriam dizer. É que aqueles que criticavam o Governo é que erravam o alvo, porque quanto mais ali criticavam o Governo menos credibilidade tinham e mais credibilidade tinha o próprio Governo, como aliás disse já outro dia ao PCP e também ao PSD. -----

----- Sobre a EPUL disse que já estavam conversados: o Dr. Arnaldo João era uma pessoa honrada, e dizia isso com toda a sinceridade. -----

----- Mas o Deputado Municipal Modesto Navarro fez uma insinuação ao dizer que havia outros administradores noutras empresas que eram do PS. Estaria a insinuar que eram desonrados? Não percebera porquê essa referência! Estava a insinuar? Não sabia, mas ficava-lhe mal fazer essa observação. Aliás, isso significava que o PCP estava obcecado com o PS, o Deputado Municipal Modesto Navarro teria que consultar com certeza algum especialista nessa matéria, porque ele não tinha capacidade para resolver esse problema. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, depois de saudar os moradores do Bairro das Amendoeiras que se encontravam presentes e manifestar o prazer que lhes dava que assistissem aos trabalhos da Assembleia, disse que se dúvidas houvesse sobre a bondade da forma, frontal, como o Sr. Presidente da Câmara ali colocara as questões, porventura incómodas, sobre a gestão municipal, essas dúvidas ficaram claramente dissipadas neste bate-bola entre o PS e o PCP em matéria de ética e de honorabilidade de pessoas que estavam ali a ser colocadas em causa sem que sequer se pudessem defender. E, sobretudo, quando havia processos de investigação em curso, que seguiriam os seus termos normais e depois, quando houvesse decisões e questões claramente definidas, então as responsabilidades seriam devidamente apuradas sem se correr o risco de se colocar ali em causa a ética e a honorabilidade de pessoas que não estavam ali para se defender. -----

----- Portanto, agradecia ao Sr. Presidente da Câmara a forma como, frontalmente, ali colocara as questões, que seriam porventura incómodas para ele próprio, que seriam porventura incómodas para todos, mas que tinham que ser resolvidas e estavam a ser investigadas. -----

----- Depois, disse que não podia deixar de notar também que toda a oposição, depois de durante anos ter recebido a informação escrita do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, e nas gestões do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares ter “comido e calado”, pedia agora à Câmara que mudasse a forma de apresentação da informação, chamando-lhe até um pastel. A Câmara mudou e aqui d’el rei que estava tudo mal, afinal era melhor a solução anterior. -----

----- Correndo o risco de ser injusto, tinha que dizer que aquilo que ali parecia acontecer era a pouca pró-actividade de alguns Deputados Municipais, que gostariam

que em vez de terem que fazer algum trabalho de casa a Câmara lhes trouxesse, tintim por tintim, aquilo que foi a actividade municipal. Não era essa a função! A Câmara fazia a informação que entendia fazer à Assembleia, a Assembleia ajuizava da informação que recebia, e era assim que cada um ficava colocado no seu patamar devido. -----

----- Mas o que efectivamente acontecia, era que a oposição não fazia o trabalho de casa, ou antes, fazia-o mas através das notícias que saíam na comunicação social, porque a avaliação que ali era feita não era sobre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara ou sobre aquilo que era colhido na sua informação escrita, que efectivamente tinha muita informação, mas sim naquilo que constava na comunicação social. Valia o que valia, era uma técnica, era uma estratégia, mas não era essa a do PSD porque o PSD o que queria era ver, observar e ouvir tudo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha para dizer sobre o que foi a actividade municipal. -----

----- Naturalmente, este modelo de informação era a primeira vez que era apresentado, e como todas as primeiras vezes era necessário melhorar, era necessário consolidar, e com certeza que, a prazo, teriam uma informação mais sucinta mas porventura mais esclarecedora para quem não queria fazer muito o trabalho de casa. -----

----- Seguidamente, disse que o período em análise foi aquele em que o Sr. Secretário de Estado da Administração Local veio afirmar que existiam empresas municipais que eram puramente fictícias, e algumas eram formas de endividamento escondido das autarquias. No que respeitava a Lisboa e à Assembleia Municipal, que nos termos da lei tinha competências para a criação de empresas municipais, essas suspeições de um membro do Governo não deixariam de recair sobre todos os membros da Assembleia, mas em especial sobre a maioria PS/PCP que gerira a cidade nos anos noventa e que criara a grande maioria dessas empresas municipais, que o Secretário de Estado de um dos partidos da então coligação no poder classificara de fictícias ou como forma de esconder o endividamento dos Municípios. -----

----- Aliás, esse foi também o período em que o mesmo Secretário de Estado veio afirmar que a decisão da Câmara de utilizar uma titularização de rendas da GEBALIS nos bairros sociais, era uma ilegalidade face a uma futura lei a aprovar. Se isso não fosse grave, diria que pelo mesmo raciocínio poderiam dizer que o Sr. Secretário de Estado estava a ocupar ilegalmente o lugar, porque, mais tarde ou mais cedo, iria ser substituído por outro membro do Governo. -----

----- E foi nesse período que a Carris, no mínimo com a distração do Governo e ignorando a Câmara, alterara a sua rede de carreiras em Lisboa, deixando por servir diversas zonas e municípios, no que constituía uma decisão gravosa para a qualidade de vida na cidade. Era tempo de ressuscitarem a ideia de se conferir à Câmara Municipal de Lisboa maior intervenção, e intervenção vinculativa, nas decisões das empresas de transportes no que respeitava a Lisboa, como era tempo também de perguntar, uma vez mais, em que gaveta colocara o Governo a Autoridade Metropolitana de Transportes. E exortava ali o PS a juntar-se à cidade para, com as responsabilidades que tinha no Governo do País, dar a volta a essa situação, instituir a Autoridade Metropolitana de

Transportes para dessa forma contribuir, decisivamente, para uma mobilidade correcta e eficaz na Cidade de Lisboa. -----

----- Igualmente no período em análise se verificara uma trapalhada no Túnel do Rossio, envolvendo o Governo, a Refer e o concessionário das obras, que se arrastavam com evidentes prejuízos para a cidade, bem como para aqueles que nela viviam e trabalhavam. -----

----- Mas esse foi também o período em que a Câmara Municipal continuara a desenvolver o seu trabalho, destacando-se, entre outras, o desenvolvimento da reabilitação urbana em Lisboa Oriental, Ocidental e na Baixa Pombalina, a intervenção decisiva que a Câmara teve para a abertura do ano escolar em condições, em especial enquanto parceiro activo no enriquecimento curricular, permitindo o envolvimento das Juntas de Freguesia com medidas que, pela primeira vez, desoneraram os orçamentos familiares pela intervenção directa das autarquias. E aí realçava, uma vez mais, a postura de grande humildade e de grande abertura da Vereação, de novo confirmada com a iniciativa do Vereador Sérgio Lipari Pinto, na passada reunião, a informar a Assembleia Municipal do que foi o papel da Câmara em todo o processo. Portanto, para quem há pouco dizia que havia pouca informação, havia ali informação que era dada sem sequer ter sido ainda pedida. -----

----- Referiu depois várias realizações, nomeadamente: -----

----- O acesso à Internet sem fios nos jardins de Lisboa, com o Projecto Jardins Digitais, que todos os partidos propuseram em campanha, mas que o Executivo municipal estava, efectivamente, a concretizar. -----

----- O novo impulso à disciplina do estacionamento em Lisboa, com a adopção de novas regras que visavam prestar um melhor serviço aos utentes da cidade. -----

----- A abertura pública, no período de verão, do Parque Bensaúde; -----

----- A reabertura da Biblioteca Maria Keil; -----

----- O louvor público ao Regimento de Sapadores Bombeiros e à Polícia Municipal, que recentemente celebrara 115 anos, como forma de estimular entidades que tinham uma intervenção decisiva na segurança da cidade; -----

----- O despacho do Vereador António Prôa de fixação de novas regras para as telas publicitárias na cidade, naquilo que significava de melhoria no espaço público; -----

----- O início da instalação da rede social, uma matéria fundamental para uma verdadeira política social e de solidariedade; -----

----- A visibilidade internacional de Lisboa, garantida, por exemplo, pela primeira regata dos Tall Ships ou o Lisbon Village Festival, eventos que tinham efeito remunerador para a cidade e teriam, a prazo, retorno para diversas actividades. -----

----- Mas havia uma análise que era sempre curiosa fazer quanto aos períodos das informações escritas, que era aquilo que dizia respeito às propostas apresentadas em Câmara, e que observava qual foi o sentido da votação. -----

----- No período em análise, em 207 propostas 144, ou seja mais de 70%, tiveram mais de 9 votos, isto é, tiveram votos que ultrapassaram a maioria PSD/CDS-PP, 42 propostas, cerca de 20%, receberam os votos da maioria. Podia dizer que nas que foram aprovadas para além da maioria, havia, por exemplo, propostas como sejam: “A



submissão à Assembleia Municipal dos regulamentos específicos dos parques de estacionamento de Lisboa, da EMEL”; “A abertura do procedimento, por ajuste directo, para a aquisição de serviços e realização de trabalhos referentes à manutenção permanente dos sistemas de sinalização semaforica da cidade”; “Submissão à Assembleia Municipal da proposta de alteração, em regime simplificado, do plano de pormenor do eixo urbano Luz/Benfica”. -----

----- Havia, por exemplo, uma proposta subscrita pelos Vereadores do PCP, que foi aprovada por unanimidade, para os serviços municipais procederem à instrução dos termos de referência para a elaboração do plano de pormenor, no âmbito de uma determinada subunidade do PUALZE. E havia também uma proposta para aprovar critérios de realojamento, temporário ou definitivo, o que significava que ao contrário daquilo que por vezes era expresso, e não querendo retirar daí nenhuma ilação, a realidade do voto do Executivo municipal era de conforto num conjunto elevado das propostas apresentadas pela maioria. E conforto significava, de alguma forma, apoio. ---

----- Disse que ouviam ali a oposição atacar o trabalho da Câmara, ouviam a oposição referir situações que têm tido eco na comunicação social, que também para a maioria eram naturalmente importantes, mas a espuma do combate político e das notícias, e o *surf* que alguma oposição fazia nessas ondas, não lhes podiam fazer esquecer os aspectos positivos da actividade da Câmara, nem a perspectiva negativa sobre as autarquias locais que o Governo, através do Secretário de Estado da tutela, parecia evidenciar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu o orador anterior dizer que o Sr. Presidente da Câmara falara com muita verticalidade sobre os acontecimentos que ocorreram na Cidade de Lisboa, nomeadamente quanto a algumas empresas municipais, e também no caso da Av. Infante Santo, pelo que lhe perguntava se achava ou não achava bem que na informação escrita, que foi entregue a todos, constasse o relatório do Provedor de Justiça, um órgão constitucional do País. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, começou por dizer que o Deputado Municipal Carlos Marques sabia mais do relatório que ele e felicitava-o por isso. Tanto queriam saber, mas entendiam que não deviam condenar ninguém previamente. Há dias atrás falaram sobre isso como com certeza o Deputado Municipal Carlos Marques se recordava bem, e o PSD apresentara uma Moção – que inclusive foi tida por alguma imprensa como um ataque à Câmara – que visava pedir todos os esclarecimentos sobre as situações que se passavam na EPUL. O que não podiam aceitar era que, estando os processos a ser investigados, se condenasse previamente quem ainda não foi julgado e, sobretudo, quem não estava presente para se defender, por uma questão de ética, que o PSD prezava na vida autárquica. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Monteiro (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, no uso da palavra, disse que tendo para apreciação uma extensíssima informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, vinha dizer que, desde a última vez que ali interveio, em relação à sua freguesia continuava tudo na mesma. As actividades

que se tinham vindo a fazer eram aquelas que estavam protocoladas e que à Junta de Freguesia cabia executar, porque, de resto, a nível de intervenções da Câmara na freguesia não as tinha visto. -----

----- Sabia que eram 53 freguesias, portanto eram muitas, mas a Freguesia de Santos-o-Velho continuava a ser ignorada. A população da freguesia era idosa, merecia respeito, merecia que os seus problemas fossem resolvidos como eram os das outras freguesias. Queriam tratamento igual àquele que era dado às outras freguesias da cidade. -----

----- Disse que foi eleito como foi eleito o Sr. Presidente da Câmara, por isso merecia ser institucionalmente respeitado como ele próprio respeitava o Sr. Presidente da Câmara. E, de facto, passaram-se duas situações que lamentava profundamente. Não foi pelos órgãos de comunicação social que soube, mas sim pelo *site* da Câmara, de um protocolo feito com a Barraca, instituição sediada na sua freguesia, e lamentava que viesse a saber desse protocolo através do *site* da Câmara, como lamentava também que tivesse pedido esclarecimentos aos Srs. Vereadores em relação ao que a freguesia iria beneficiar com esse protocolo, que proveitos teria ele para os jovens da freguesia, porque para a cidade já lá constava o que iria ser, agora para a freguesia onde a Barraca estava inserida não via nada. Gostava que essa resposta lhe fosse dada, o que até gora não aconteceu. -----

----- Em relação às novas normas educativas, disse que Santos-o-Velho não tinha escolas mas tinha crianças, e era de lamentar que o Pelouro da Educação não tivesse contactado, com o devido tempo, a Junta de Freguesia para que pudessem dialogar já que tinham um ATL, uma associação que trabalhava há 11 anos numa escola da Freguesia dos Prazeres, e devido a esta reforma tiveram que deixar de trabalhar nessa instituição. -----

----- Terminou dizendo que pediu reuniões aos Srs. Vereadores, que já estavam marcadas e seriam realizadas este mês, e esperava que elas fossem frutíferas para que os problemas de Santos-o-Velho, que foram esquecidos até ao momento, começassem a serem resolvidos uma vez por todas. -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Cintra (PS)**, substituto do Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, disse que queria esclarecer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires de que o Executivo e a Assembleia de Freguesia das Mercês não estavam contra a iniciativa da Bienal da Luz. O que estavam contra era que tratando-se de uma iniciativa que decorreria na área da freguesia e que provocara um conjunto de queixas junto do Executivo da Junta, que de certeza absoluta também existira junto dos serviços da Câmara Municipal, com pedidos de informação constantes para os quais não tinham capacidade de resposta. Foi essa a questão que levantara. -----

----- Por outro lado, informava também que durante o período em que decorreria essa iniciativa houve dois assaltos com violência, na área da Praça do Príncipe Real, o que, segundo informação dada pela esquadra da polícia do Bairro Alto nas reuniões que vinha tendo com as Juntas de acordo com o plano da polícia de proximidade, não sucedia nessa área há bastante tempo. -----

----- Concluiu dizendo que todas as iniciativas que a Câmara pretendesse realizar na Freguesia das Mercês, com o apoio da Junta, estariam sempre dispostos a colaborar, mas todas as iniciativas que pretendesse realizar sem o apoio da Junta estavam também dispostos a divulgar, como sempre o fizeram. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, novamente no uso da palavra, disse que a iniciativa Luzboa, que se realizara este ano pela segunda vez, era uma iniciativa que não dependia da Câmara mas sim da sociedade civil que realizara o evento e que para o efeito contactara a Câmara, e a Câmara, obviamente, apoiara como apoiaram outras entidades, nomeadamente algumas parcerias com apoio ao nível da divulgação de folhetos e através de um mapa que foi distribuído aos Deputados Municipais. -----

----- Disse, depois, que os contactos que houve entre a entidade organizadora e a Junta aconteceram porque a Junta contactara a Luzboa no sentido de divulgar essa iniciativa perante os residentes e comerciantes da zona, e foi a Junta que, por sua iniciativa, fez a divulgação pública desse evento. -----

----- Por outro lado, uma vez que a iniciativa não era uma iniciativa própria e exclusiva da Câmara, obviamente que as críticas do Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, a nível dos contactos e a nível da informação, não teriam que ser feitas à Câmara mas à entidade que organizara esse festival porque a Câmara se limitara apenas a ser um parceiro. Aliás, frisava que esse festival foi bastante divulgado pela comunicação social, quer ao nível dos jornais, quer ao nível da televisão e da rádio. -----

----- Obviamente, se houve problemas na zona devido à luz vermelha, podia concordar porque as coisas nem sempre corriam como eram planeadas, mas isso era uma questão artística. Parece que havia ali três cores e isso podia ter levantado problemas ao nível da segurança, não discordava dessa opinião, mas era óbvio que quando se fazia uma iniciativa artística por vezes ocorriam esses problemas. Isso, porém, não invalidava o mérito do evento, que, quanto a si, foi efectivamente um sucesso. -----

----- Aliás, desejava saber quantas vezes determinadas iniciativas tiveram a honra de terminar os noticiários da SIC, em horário nobre, com a divulgação de um evento que trouxe animação à zona da Baixa-Chiado, que foi um facto elogiado por toda a gente, e ali na área ninguém criticara. Poderia ter sido um problema da cor, mas se calhar para o ano em vez de ser vermelho seria branco para que ficassem contentes. -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Cintra (PS)**, substituto do Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que gostava de saber quem foi que esteve a fazer a colocação das películas nos holofotes, que tipo de colaboração é que existira, assim como gosta de saber também que tipo de informação tinha o Presidente das Junta de Freguesia dos Mártires, que não chegara à sua freguesia. -----

----- Disse que não trocavam questões artísticas por segurança das pessoas, e as queixas que receberam de moradores e comerciantes eram as bastantes para as intervenções que ali fizeram, e toda a discussão que ontem houve na Assembleia de Freguesia sobre essa matéria deveria ser levada ao conhecimento das Juntas de Freguesia para merecer, no futuro, melhor colaboração e melhor atenção. -----

----- Acentuou que em momento algum estiveram contra esta iniciativa, o que estavam contra era que iniciativas que decorriam na área da freguesia não previssem e acautelassem a segurança e uma série de questões que eram fundamentais e que a Câmara exigia às Juntas quando intervinham no espaço público. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o contacto que houve para a divulgação do evento foi por iniciativa própria da sua Junta de Freguesia que contactara a entidade organizadora, pelo que se a Junta de Freguesia das Mercês tivesse também contactado a entidade organizadora por certo teria tido mais informação. -----

----- Por outro lado, esse evento foi aprovado em reunião de Câmara com os votos favoráveis do PS. Portanto, se os problemas de segurança existiam logo na altura também poderiam ter sido eventualmente esclarecidos e, se calhar, em vez de ter sido com aquela cor poderia ter havido uma alteração. -----

----- Rematou dizendo que quando podiam ter intervindo sobre isso não se lembraram e só depois do evento realizado é que vinham com esta situação, com a qual, aliás, não discordava porque era evidente que se havia problemas de segurança eles teriam que ser devidamente acautelados. Mas o que era um facto é que o PS, em reunião de Câmara, aprovara o evento. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, no uso da palavra, disse que estavam a falar da realização artística Luzboa, uma organização da sociedade civil como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires. A sociedade era civil, mas a iluminação era pública. E a verdade era que invocava, entre outras coisas, o facto de ter sido Presidente da Junta de Freguesia das Mercês. Não tirando mérito à Luzboa, entendia que a escolha do local foi má. -----

----- Sabia que o Sr. Presidente da Câmara, com essa actividade – e reconhecia também o mérito que teve o apoio do Sr. Vereador António Prôa – pretendia tornar porventura mais atraente e mais artística uma zona da cidade que precisava de alguma atenção. Mas o que desejava dizer é que esta discussão, se calhar por a luz ser vermelha se desfocara um bocadinho, e estavam ali a discutir se a Junta do Sacramento sabia, se a Junta dos Mártires sabia, mas a verdade – esta a chamada de atenção que desejava fazer – era que mártires foram as pessoas que viram drasticamente reduzida a questão da segurança na Praça do Príncipe Real. -----

----- Se o Sr. Presidente da Câmara tivesse ocasião de passar pela Praça do Príncipe Real, não lhe chamaria certamente o *red light district* mas ficavam muito perto. -----

----- Portanto, em nome da Cidade de Lisboa e daqueles que também representava, desejava chamar a atenção para esta questão. Não desejava entrar em discussões entre o PS e o PSD nesta matéria, entre a luz amarela, vermelha ou laranja, mas nem de laranja gostava de ver a Praça do Príncipe Real! -----

----- Por conseguinte, esta questão teria de ser pensada da próxima vez que a Câmara apoiasse esta iniciativa, porque como ali já ouviu dizer, e muito bem, as questões de segurança sobrepunham-se às questões de iluminação. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por saudar também o Sr. Arqtº Silva Dias pela sua nomeação como Provedor da Ordem dos Arquitectos, a quem desejou a maiores felicidades e disse confiar que faria melhor trabalho. -----

----- Mas pegando nas palavras do Deputado Municipal Silva Dias, obviamente não concordando que algumas das apreciações que fez relativamente à questão do Parque Mayer, que aliás já ali foram rebatidas por iniciativa do Presidente da Junta de Freguesia de São José, uma iniciativa que ia justamente no caminho da participação pública que era assim que deveria ser sustentado o planeamento. Por isso, dava ali nota pública do agradecimento ao Sr. Presidente da Junta de São José por essa iniciativa. ----

----- Por outro lado, sobre o projecto do aterro da Boavista, lembrou que se tratava de um projecto num aterro que tinha já algumas dezenas de anos, em frente a uma zona conhecida da cidade. Juntamente com a Sra. Vereadora Gabriela Seara têm feito *démarches* no sentido discutir a questão da construção em altura na cidade, e sempre disse que era contra a construção em altura nas zonas históricas da cidade. Ali, porém, tinha que dizer que lhe agradava bastante o projecto que estava em apreciação e que já merecera também um parecer da CCDRLVT. -----

----- Mas também era importante chamar a atenção que não estavam a falar de um edifício que fosse mais alto que os edifícios São Miguel, São Gabriel e São Rafael, no Parque das Nações, como não era um edifício mais alto que as torres da Av. José Malhoa, não era o edifício mais alto de Lisboa. Isso que ficasse claro! Havia muitos outros edifícios mais altos em Lisboa, já construídos, e com uma história porventura muito menos participada e discutida, por vezes legal até se calhar, do que este. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques, depois de agradecer o tom mais elevado da voz para que ouvissem melhor, disse que se se melindrara com a sua intervenção sinceramente não conseguia descobrir nela qualquer referência a si nem à força política que o apoiava. Mas, no entanto, parecia que acusara o toque. -----

----- Disse que se o Deputado Municipal Carlos Marques não tinha o relatório era porque não o pediu. No mandato anterior, com certeza devia lembrar-se, pedira-lhe a ele próprio, dado que o BE não estava representado no Executivo camarário, que muita da documentação que era discutida em Câmara tivesse em atenção a possibilidade de lha endereçar, ou para o BE na Assembleia Municipal. E assim o fez! -----

----- Hoje, o BE estava no Executivo camarário e foi aí distribuído não só o relatório do Provedor como até a resposta que lhe foi dada, que, pelos vistos, até era do conhecimento do Deputado Municipal Carlos Marques e por isso não sabia do que era que se queixava. Pessoalmente entendia que o relatório não devia fazer parte da informação escrita do Presidente da Câmara, mas estaria, como sempre, a disposição para dar resposta satisfatória aos pedidos dessa natureza que lhe fizessem. -----

----- Referiu que muito do debate que se passou na apreciação da informação foi sobre a Luzboa, o que era um bom sinal porque, se calhar, foi um dos problemas mais importantes da cidade nos últimos três meses. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que o Túnel do Rossio era matéria que obviamente o preocupava e em relação à qual tem procurado colher informações, mas o Deputado Municipal Modesto Navarro sabia tão bem quanto ele que não era a Câmara quem tinha em primeiro lugar informação sobre essa matéria. Com certeza que a Câmara acompanhava a questão, estava preocupada com isso, tem tentado obter essa informação mas ainda a não tinha. -----

----- Relativamente ao Café Império, disse que todos, embora de modo geral uns mais do que outros, se empenharam para que aquilo continuasse um café. Agora, se era de qualidade ou de menor qualidade isso não sabia porque não foi lá. Apenas lá foi quando mandara embargar as obras, na altura devida. -----

----- Quanto à questão dos gastos com os juristas da EPUL, disse que abstraindo outras considerações de ordem estratégica ou política, a questão era que a contratação que foi ali referida de cerca de 270.000 euros para alguns pareceres jurídicos, dizia respeito a uma operação imobiliária de 85 milhões de euros. E isso, por qualquer padrão comercial normal, era visto como uma verba mais do que aceitável! Poder-se-ia discutir se podia ter sido feito com prata da casa ou neste ou naquele gabinete, mas em termos factuais estavam a falar de uma operação de 85 milhões de euros que exigira pareceres jurídicos de 270.000 euros, portanto um valor que com qualquer padrão de referência era aceitável. -----

----- Acerca do requerimento feito a solicitar os planos de actividades das empresas, disse que, segundo o informaram, eles seriam entregues na próxima semana, estavam a ser terminados junto do Gabinete do Sr. Vice-Presidente. -----

----- Sobre o que foi dito pela Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, disse que como a Sra. Presidente muito bem sabia a Câmara tem dado o maior apoio às iniciativas para os idosos, no entanto o centro-de-dia aguardava uma melhor oportunidade de arranjar verba para se avançar. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal José Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, disse que os convites para o 5 de Outubro, tanto quanto sabia e era da sua memória enquanto membro da autarquia, sempre foram feitos da mesma maneira, nem mais nem menos. Este ano, aliás, com um a mais, o Dr. Jorge Sampaio que no ano passado era Presidente da República e hoje é ex-Presidente da República. Informou, ainda, que acabara de confirmar agora que o fax que foi para a Junta era cópia da carta que seguira. Mas com certeza o Sr. Presidente da Junta não acreditava que ele fosse modificar um protocolo da Câmara sobre essa matéria? Não iria, seguramente, por sua iniciativa. -----

----- Sobre a escola n.º 76, referiu que o que podia dizer era que o enriquecimento curricular já foi protocolado e adjudicado. Obviamente agora tratava-se de fazer acordos com o agrupamento escolar em que estava inserido, que era a Francisco Arruda. E relativamente à componente de apoio à família já foi assinado o protocolo entre a Câmara Municipal, a Associação de Pais e o próprio agrupamento. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que ficava muito satisfeito quando ele falava de inabilidades e coisas que tais. Lembrava-se que há ano e meio, também com grande simpatia, o Deputado Municipal Miguel

Coelho o aconselhara ali a ter um fim de mandato condigno e que estavam numa situação que parecia uma comissão liquidatária. Mas depois da vitória que teve há um ano atrás, ficava muito satisfeito quando lhe vinha agora com conselhos desses porque era sinal que estavam no bom caminho. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Miguel Coelho falara também no juízo final. Não sabia a que se referia com o juízo final, se era o que vinha na Bíblia ou se era o seu ajuizamento, mas pessoalmente estava muito confortável sobre o juízo final, fosse ele de que tipo fosse. -----

----- Em relação à Ota, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho podia ver a capa do Expresso de 28 de Maio de 2003, onde se via que ele, enquanto Ministro da tutela, mandara parar a Ota, o que, aliás, foi até objecto de grande contestação, não só no PSD como também no PS e outras forças políticas. Portanto, estava com um à-vontade muito grande nessa matéria e estaria ali, como sempre esteve. Aliás, ainda há pouco tempo esteve também num debate na sede do CDS-PP, no Largo Adelino Amaro da Costa, com o Dr. João Soares, justamente a defender o aeroporto de Lisboa. “Não sou a favor da Ota, sou a favor da manutenção de um aeroporto internacional em Lisboa”. -----

----- Por fim, disse que ficava satisfeito por algumas observações que foram feitas sobre o novo formato da informação escrita. No entanto, não recebeu ali nenhuma sugestão! Isto é, disseram que este novo formato porventura não seria o mais adequado, não seria o melhor, mas também não disseram qual era o que seria, pelo que continuava à espera de contributos. Se eles viessem a tempo da próxima informação seriam bem-vindos, senão tentaria a própria Câmara arriscar-se a fazer um formato melhor. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que seguramente o Sr. Presidente da Câmara não fez nenhum processo de intenção, o que não entendera foi o que ele disse na sua intervenção, e por isso vinha defender a sua honra e a da sua bancada. -----

----- É que não tinha dito que não conhecia o relatório! Aliás, o relatório foi motivo de um debate televisivo superior a meia hora. Portanto, as pessoas conheciam-no. -----

----- A questão tinha a ver com um acto político, porque não entendia que na informação escrita do Presidente da Câmara, depois de um órgão institucional lhe entregar um relatório sobre dúvidas numa determinada matéria, ele não fosse integrado na informação. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara sabia como foram feitos os convites para o 5 de Outubro deste ano e como eram feitos nos anos anteriores? Nos anos anteriores os convites eram cartõezinhos, em cartolina, que eram enviados aos convidados, como, aliás, tinha para o dia 4, noutra cerimónia da Câmara. -----

----- Este ano, como não lhe mandaram e pediram por telefone a confirmação se ia ou não ia e ele disse que não ia aparecer convidado num evento para o qual não tinha convite, e como não fizeram convites mandaram hoje, por fax, aquilo que deviam ter mandado pelo correio. -----

----- Portanto, o convite este ano não era igual ao dos anos anteriores, porque então era um cartãozinho enviado por carta, e desta vez foi por fax. -----

----- Depois, sobre a Escola n.º 76, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara sabia que apesar de serem assinados os protocolos as escolas só iriam receber em Dezembro, e até Dezembro era muito tempo. Quem lá trabalhava recebia ao fim do mês, e aquilo que os serviços do Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto diziam era que só recebiam em Dezembro.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, disse que como a Câmara não tinha tempo, o Sr. Presidente responderia depois às questões postas, de outra maneira. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 312/2006 – APROVAR OS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DA EMEL DISCRIMINADOS NA PROPOSTA E REVOGAR AS DELIBERAÇÕES MUNICIPAIS Nº 64/AM/99,53/AM/2000, 89/AM/2000, 2/AM/2001, 35/AM/2001 E 62/AM/2003, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 312/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- - nos termos do art.º 70.º, n.º 2 do Código da Estrada, os parques e zonas de estacionamento podem ser afectos a veículos de certas categorias, podendo a sua utilização ser limitada no tempo ou sujeita ao pagamento de uma taxa, nos termos fixados em regulamento; -----

----- - de acordo com o regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, recentemente aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril, o preço a pagar pelos utentes dos parques de estacionamento nos estacionamentos de curta duração (até 24 horas), tem de ser fraccionado, no máximo, em períodos de 15 (quinze) minutos e o utente só deve pagar a fracção ou fracções de tempo de estacionamento que utilizou ainda que as não tenha utilizado até ao seu esgotamento; -----

----- - em decorrência, o Conselho de Administração da EMEL – Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. deliberou, em 29 de Junho de 2006, propor ao Município de Lisboa a alteração e a actualização dos tarifários e dos Regulamentos Específicos dos Parques de Estacionamento em Exploração pela EMEL, EM; -----

----- - de acordo com a referida proposta e com o estudo que a fundamenta constata-se que, de um modo geral, as tarifas dos Parques de Estacionamento em Exploração pela EMEL são muito baixas e estão degradadas, desfavorecendo as estratégias de regulação e gestão da oferta de estacionamento na cidade, e que os tarifários estão desajustados à função de alguns parques face à sua inserção na malha urbana da cidade e ao tipo de procura existente; -----

----- - não obstante o referido regime legal obrigar ao fraccionamento do preço a pagar pelos utentes dos Parques de Estacionamento em períodos máximos de 15 (quinze) minutos, a EMEL propõe, de forma inédita para o sector, uma política tarifária ao



minuto por fracções de €0,05 (5 cêntimos) após a 1.ª fracção de 15 (quinze minutos) numa perspectiva mais próxima do utente e do munícipe; -----

----- - além de se proceder à profunda reformulação da política tarifária e a diversas actualizações pontuais, procede-se ainda, a um ajustamento global dos períodos de funcionamento de todos os Parques de Estacionamento em Exploração pela EMEL, EM, de acordo com a respectiva tipologia/função e com a procura específica verificada ao longo dos últimos anos; -----

----- - se justifica, ainda, revogar expressamente os Regulamentos Específicos de Parques de Estacionamento que não se encontram presentemente sob exploração da EMEL e aprovar novos Regulamentos Específicos dentro da inovadora política tarifária; -----

----- Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- Nos termos do art.º 70.º, n.º 2 do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril, dos artigos 53.º, n.º 2, a) e 64.º, n.º 1, u) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do art.º 16.º, e) da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto: -----

----- 1 – Aprovar os Regulamentos Específicos dos seguintes Parques de Estacionamento Municipais em Exploração pela EMEL – Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, EM, anexos à presente proposta e que dela fazem parte integrante: -----

----- 1.1. Estrada da Luz -----

----- 1.2. Corpo Santo -----

----- 1.3. Av. Lusíada -----

----- 1.4. Sete Rios -----

----- 1.5. Av. Álvaro Pais -----

----- 1.6. Rua Gomes Freire -----

----- 1.7. Av. dos Combatentes -----

----- 1.8. Areeiro -----

----- 1.9. Biblioteca Nacional -----

----- 1.10. Pavilhão Carlos Lopes -----

----- 1.11. Universidade -----

----- 1.12. Colégio Militar -----

----- 1.13. Campo Grande -----

----- 1.14. Calçada do Combro -----

----- 1.15. Portas do Sol -----

----- 1.16. Rua Teixeira de Pascoaes -----

----- 2 – Revogar as seguintes Deliberações Municipais: -----

----- 2.1. Deliberação n.º 64/AM/99, de 21 de Setembro, publicada no Boletim Municipal n.º 293, de 30 de Setembro (Aprova os Regulamentos Específicos dos Parques de Estacionamento Municipais do Corpo Santo, do pavilhão Carlos Lopes, do Mercado 31 de Janeiro, da Estrada da Luz, da Rua Gomes Freire, de Entrecampos, das

Olaias), excepto na parte relativa ao Regulamento Específico do Parque de Estacionamento Municipal do Mercado 31 de Janeiro; -----

----- 2.2. Deliberação n.º 53/AM/2000, de 27 de Junho, publicada no Boletim Municipal n.º 334, de 17 de Julho (Aprova os Regulamentos Específicos dos Parques de Estacionamento Municipais do Colégio Militar e da Av. Álvaro Pais); -----

----- 2.3. Deliberação n.º 89/AM/2000, de 21 de Novembro, publicada no Boletim Municipal n.º 356 de 14 de Dezembro (Aprova o Regulamento Específico do Parque de Estacionamento Municipal da Av. Lusíada); -----

----- 2.4. Deliberação n.º 02/AM/2001, de 16 de Janeiro, publicada no Boletim Municipal n.º 365, de 15 de Fevereiro (Aprova os Regulamentos Específicos dos Parques de Estacionamento Municipais da Universidade, do Areeiro e de Sete Rios); ---

----- 2.5. Deliberação n.º 35/AM/2001, de 8 de Maio, publicada no Boletim Municipal n.º 379, de 24 de Maio (Aprova os Regulamentos Específicos dos Parques de Estacionamento Municipais da Rua da Beneficência, da Biblioteca Nacional, do Campo Grande e do Calhariz de Benfica); -----

----- 2.6. Deliberação n.º 62/AM/2003, de 22 de Julho, publicada no Boletim Municipal n.º 498, de 4 de Setembro (Aprova o Regulamento Específico do Parque de Estacionamento Municipal da Av. dos Combatentes).” -----

----- (Os regulamentos específicos, anexos à proposta, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.) -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela era o exemplo claro do que era o tempo político, o momento legal e o tempo legal. -----

----- E começava por aí porque muitos dos utilizadores dos parques de estacionamento neste momento se interrogavam sobre qual a razão porque tendo entrado em vigor um diploma que estipulava a tarifação dos parques de estacionamento aos 15 minutos, continuava a haver 15 parques de estacionamento na cidade que não estavam a cumprir esse normativo. E não estavam a cumprir porque os tempos políticos e os tempos legais eram diferentes! -----

----- Entendera o Governo, em Abril deste ano, publicar um decreto-lei que impunha às Câmaras Municipais a aprovação de regulamentos municipais para adequação dos seus tarifários, das suas taxas, ao cumprimento da lei, esquecendo-se que os prazos de aprovação de regulamentos não se compadeciam com o prazo que estava previsto para a entrada em vigor desse diploma. E daí que apresentasse esta proposta, que estava atrasada no tempo e atrasada politicamente. -----

----- O regime que constava do Decreto-Lei 81/2006 estabelecia a tarifação máxima de 15 minutos em todos os parques de estacionamento de curta duração, ou seja, até 24 horas. Mas esta proposta ia claramente além desse desafio do Governo, naquilo que lhes parecia, enquanto Câmara Municipal, que correspondia ao entendimento do interesse do utilizador, que era cada vez mais aproximar as tarifas daquilo que as pessoas efectivamente consumiam. -----

----- Mas entendiam que relativamente a esse normativo o Governo foi pouco ousado, porque se o que se pretendia era que os utilizadores, e beneficiando de uma série de experiências internacionais que já existiam, pagassem o tempo que existia, não viam qualquer razão para que a tarifação não pudesse ir além dos 15 minutos. -----

----- Daí que esta proposta visasse adequar a estrutura de parques de estacionamento da EMEL à nova legislação, mas também a uma política de mobilidade que há muito vinha sendo defendida e que entendiam ser esta a oportunidade para a começar a implementar. -----

----- Assim, e ao contrário do que existia até agora em termos de tarifário, propunham o estabelecimento de três tipos de parques da EMEL relativamente à utilidade que tinham para a cidade: os parques de longa duração no Colégio Militar e na Universidade; os parques de média duração na Av. do Combatentes, Biblioteca Nacional, Areeiro, Pavilhão Carlos Lopes, Rua Gomes Freire, Sete Rios, Av. Álvaro Pais, Teixeira de Pascoais, Calçada do Combro e Portas do Sol; e os parques de curta duração na Estrada da Luz, Corpo Santo e Av. Lusíada. -----

----- Com excepção dos parques de estacionamento em estrutura, que eram os parques da Calçada do Combro e das Portas do Sol, cujos preços resultavam da necessidade de amortização a longo prazo do investimento realizado, as tarifas dos diferentes parques não correspondiam a uma perspectiva que potenciasse o preço como regulador da opção da mobilidade individual. -----

----- Assim, propunham que esses parques passassem a ter tarifários que se regiam pelos seguintes princípios: -----

----- Primeiro princípio, as alterações, mais do que meras actualizações, deviam assentar numa lógica coerente e ajustada aos diferentes tipos de oferta, corrigindo, quando necessário, disfunções existentes. -----

----- Segundo princípio, as alterações deviam atender à coerência global da estrutura da oferta dos parques na cidade. -----

----- Terceiro princípio, os tarifários deveriam, tendencialmente, aproximar-se da utilização efectiva ao minuto, numa perspectiva mais adequada aos clientes. -----

----- Assim, para os parques de estacionamento à superfície, a tarifação inicial proposta era de 15 minutos, sendo que o restante período de utilização era cobrado ao minuto, com cobranças, por razões de disponibilidade de moeda, a partir dos 5 cêntimos. -----

----- Depois, nos parques de curta duração, tinham preços progressivos; nos parques de média duração tinham um tarifário constante mas com uma tarifa máxima diária correspondente a cinco horas, ou seja, a partir das cinco horas de permanência a utilização era grátis; e para os parques de longa duração propunham um tarifário regressivo até às quatro horas. A tarifa máxima correspondia aproximadamente a quatro horas. -----

----- Nos parques em estrutura, Calçada do Combro e Portas do Sol, disse que desejava assinalar que existiam, actualmente, assinaturas mensais diversificadas, diurnas, nocturnas, ou por 24 horas, e que existiam regimes especiais muito bons para os residentes. No parque da Calçada do Combro as assinaturas de apoio às áreas de acesso

condicionado do Bairro Alto, Bica e Santa Catarina, e no parque das Portas do Sol para as zonas de acesso condicionado que agora empreenderam, como a do Castelo. -----

----- Relativamente ao Parque da Rua Teixeira de Pascoais, disse que tratando-se de um parque de vocação residencial, com equipamentos muito antigos, entendiam que não se justificava o investimento em novos equipamentos e continuavam a propor a tarifação aos 15 minutos, tal como era de lei.-----

----- Terminou dizendo que era esta a proposta que entendiam que correspondia aos interesses dos lisboetas. -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PS tinha alguma dificuldade em votar a favor da proposta em discussão por algumas ordens de razão. -----

----- Em primeiro lugar, porque tinham alguma dificuldade em saber qual era a verdadeira política de estacionamento da EMEL, e isso era notório porque os Deputados Municipais que estavam em algumas Comissões e que tinham que discutir a política de estacionamento na cidade, ainda não conseguiram perceber qual era, de facto, a política de estacionamento da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em segundo lugar, porque não estava esclarecida, e os Deputados Municipais do PS também não, desejava saber por que era que a EMEL entregava a responsabilidade da gestão dos parques de estacionamento a empresas privadas. -----

----- Depois, como não estava claramente definida uma política de estacionamento para a cidade, ficava ainda por esclarecer, com esta proposta, quais eram as tipologias dos parques dissuasores e dos parques em geral. Se eram políticas dissuasoras, se eram políticas periféricas, se eram políticas de interior de cidade, e como era que elas se inseriam na política de estacionamento e também com a oferta pública de transporte. ---

----- Isso não estava claro e daí o PS não poder votar favoravelmente a proposta. -----

----- Por outro lado, na sequência do que a Sra. Vereadora acabara de esclarecer, talvez como proposta pedagógica em relação a quem utilizava os parques, se o pagamento era diferente conforme os parques, talvez fosse interessante que quando se pusesse o tarifário na entrada de um parque se pusesse também os preços dos outros parques, até porque assim as pessoas poderiam escolher qual o parque para estacionar tendo em atenção os preços. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por agradecer a intervenção da Sra. Vereadora, dizendo que respondera, parcialmente, a algumas das dúvidas que tinham e que avolumara muitas outras. -----

----- Extrapolando esta proposta para além de unicamente uma questão de quantificação de taxas, chegavam a dois grandes problemas da cidade: a circulação e estacionamento nas zonas históricas, e a ausência de uma política clara e coerente nessa matéria e, por arrastamento, o problema da EMEL. -----

----- Se houvesse uma tal política de estacionamento e circulação, saberiam como era que estava implementado o problema das cargas e descargas, que passara pela Assembleia Municipal e parecia ter morrido, se deveria ou não existir um parque de estacionamento no Largo Barão de Quintela e em que proporção deveria servir residentes e forasteiros, ou se a capacidade de estacionamento na Av. da Liberdade

deveria aumentar. Lia-se na memória descritiva do plano recentemente apresentado que sim, mas tratava-se de uma proposta dos autores do plano ou figurava no programa preliminar que lhe foi fornecido? No plano para a Baixa-Chiado os critérios pareciam divergentes desse e, a propósito, esperavam que o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora responsável tivessem oportunidade de lhes apresentar, em breve, o plano. ----

----- E porque vinha a talho de foice falar da relação da EMEL com os cidadãos, disse que a sua análise era uma análise sentida como cidadão, e lembrava que estava explícito na génese da EMEL a intenção dessa empresa contribuir para a melhoria do espaço urbano a partir da sua capacidade e dos seus recursos. Hoje, as multas subsistiam mas não se vislumbravam melhorias na maioria do espaço urbano: nem a sinalização horizontal, nem os pavimentos, nem os lancis. Não havia dúvida nenhuma que hoje a população via com grande antipatia a EMEL, uma empresa que parecia ter uma polícia privativa, e até diria uma justiça privativa. Arrestava os bens sem decisão judicial, levava-lhes os carros às vezes por dívidas de poucos cêntimos, penhorava-os e só os libertava depois de pagarem as coimas, as multas, o reboque, o estacionamento, os emolumentos, etc. -----

----- Perante esta constatação não sabiam dizer se a alteração das tarifas propostas vinha contribuir para o esclarecimento da situação e, por isso, não se sentiam, em consciência, com capacidade para aprovar a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que lamentava começar por referir que não lhe parecia que uma proposta que tinha na sua parte prepositiva um conjunto de regulamentos específicos de parques de estacionamento da EMEL, configurasse uma nova política de mobilidade para a cidade, porque uma nova política de mobilidade para a cidade era muito mais do que regulamentos de parques de estacionamento de uma empresa municipal. Isso é que gostaria de ver submetido à discussão na Assembleia Municipal, porque dava a ideia que estavam a começar a casa pelo telhado e não pelos alicerces. -----

----- Portanto, queria começar por entender em que medida esses regulamentos de estacionamento que agora eram propostos para aprovação confirmavam aquilo que era a política de mobilidade, nomeadamente de estacionamento, para a Cidade de Lisboa. --

----- E a primeira perplexidade da proposta era que nos seus aspectos justificativos a Sra. Vereadora Marina Ferreira sentira-se na necessidade de a enquadrar numa nova política de mobilidade para a cidade, mas depois, em termos de documento escrito, não tinham uma linha sobre política de mobilidade na proposta. A única coisa que tinham era regulamentos. -----

----- Ora, não votava discursos, isto é, não aprovava políticas de mobilidade baseadas em discursos por mais bem intencionados e consistentes que eles fossem. Votava políticas de mobilidade quando elas se transcreviam em documentos relativamente aos quais se podia opinar, concordar ou discordar. -----

----- Por outro lado, a proposta, como disse a Sra. Vereadora Marina Ferreira na sua intervenção, estava num tempo político manifestamente deslocado, porque esse só seria quando ali discutissem a política de mobilidade. Por enquanto era um tempo legal o que

os levava ali a discuti-la, já que a Câmara tinha a obrigação legal de aprovar para o regulamento de estacionamento da EMEL aquilo que foi aprovado pelo Governo. -----  
----- Portanto, que não viesse agora dizer à Assembleia que estavam a aprovar uma política municipal, porque política municipal não era isto. Isto era uma gota na política municipal. -----  
----- E a propósito da política municipal que a Sra. Vereadora exprimira com este tipo de proposta, desejava dizer também que se o objectivo da proposta fosse configurar uma nova política de mobilidade para a cidade ao nível do estacionamento, a Sra. Vereadora tinha a obrigação política de lhes falar, por exemplo, sobre qual era a política de estacionamento de superfície para a cidade. De que forma era que a política de estacionamento à superfície iria ser articulada com os regulamentos que agora propostos? Não ouvira uma única palavra sobre o assunto! De que forma era que esta política de estacionamento, que estava a ser aplicada apenas para os parques de estacionamento da EMEL, englobava os parques privados de estacionamento que existiam na cidade? Como? Quais eram os padrões que condicionavam a actividade desses parques de estacionamento privado, e que configuravam, esses sim, a política de mobilidade sobre o estacionamento para a Cidade de Lisboa? Esta teria sido uma boa oportunidade para abordar esse tipo de problemas. -----  
----- Quanto à classificação que a Sra. Vereadora referira que era introduzida na proposta, e que pessoalmente só vislumbrara essa novidade na discussão que houve em Câmara sobre a matéria porque de resto não constava absolutamente nada sobre o assunto, a Sra. Vereadora dizia que, a partir de agora, a Câmara Municipal iria ter uma orientação que lhe permitiria classificar os parques de estacionamento da EMEL em três tipos funcionais: uns de dissuasores, outros de média duração e outros nas zonas históricas. -----  
----- Sobre essa matéria tinha a dizer, por exemplo, que chamar parque dissuasor a um parque de estacionamento que não dissuadia rigorosamente ninguém de usar os transportes, esse parque não era dissuasor coisa nenhuma. As pessoas que antes não pagavam num parque de estacionamento e que agora iam passar a pagar, essas seriam dissuadidas mas era de usar esse parque de estacionamento. Só se podia classificar um parque de estacionamento de dissuasor se, para além da tarifa que se fosse capaz de lhe impor, ele fosse articulado com outro tipo de medidas que desencorajassem as pessoas de usar o transporte privado. E nenhuma dessas medidas fazia parte dessa classificação de parques dissuasores! O parque dissuasor era entendido apenas como uma tarifa horária que era mais baixa que aquela que era praticada noutros parques de estacionamento da cidade. -----  
----- Na sua opinião, que lamentava se não fosse a mesma da Sra. Vereadora Marina Ferreira, isso não era dissuasor de coisa nenhuma, era simplesmente uma maneira de arrecadar receitas sem que elas estivessem integradas em políticas dissuasoras do uso do transporte individual dentro da cidade. Políticas dissuasoras do uso do transporte individual dentro da cidade tinham de ser articuladas com o uso do transporte público colectivo. Isso é que efectivamente poderia servir como elemento dissuasor para a redução do tráfego, sobretudo do tráfego de atravessamento. -----

----- Portanto, não sendo essa a fundamentação da proposta, o BE considerava que o que estava em causa era muito mais que aquilo que a Câmara estava a propor, e porque a Câmara não tinha o discernimento de avaliar o *timing* político da proposta tal como o BE o avaliava, por essa razão não podiam concordar com ela. -----

----- Sobre o regulamento propriamente dito, disse que para além de se associarem a algumas das observações que foram feitas, com propriedade, nas intervenções anteriores, desejava deixar expressa uma ideia que deveria fazer parte do regulamento mas que, infelizmente, não fazia porque não estava de acordo com o conceito de mobilidade que a Sra. Vereadora expressara, e que era a seguinte. -----

----- Na opinião do BE, o estacionamento de muito curta duração não deveria ser tarifado. Por exemplo, o estacionamento até um quarto de hora, que era a imposição legal que o Governo propunha na legislação, a Câmara poderia até sair por cima neste debate se adoptasse um conceito de estacionamento tarifado semelhante àquele que se usava em muitos países europeus, onde, como se sabia, o estacionamento de curtíssima duração, até 15 minutos, não era tarifado justamente para que as pessoas percebessem, através de uma política tarifária, e diferença que existia entre utilizar o carro em actividades que estavam dentro do trânsito normal durante o dia, ou utilizar o carro para o levar para o centro da cidade e depois deixá-lo aí estacionado. -----

----- Que essa diferença fosse perceptível, e que não fosse perceptível para as pessoas que os poderes locais o que queriam era sacar dinheiro de qualquer maneira, portanto que a preocupação do economicista não prevalecesse sobre a preocupação da gestão da mobilidade dentro da cidade, por essa razão em muitas cidades europeias o estacionamento de muito curta duração não era tarifado. E a Câmara Municipal poderia ter aqui um rasgo de cosmopolitismo se estivesse atenta a esse tipo de políticas de estacionamento que se praticavam noutros países europeus e as desenvolvesse também na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que o Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril, veio estabelecer o novo regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, estipulando no seu artigo 2º que as condições de utilização e as taxas devidas deviam ser aprovadas por regulamento municipal. -----

----- Era nesse sentido que a Câmara vinha agora apresentar, através da proposta em apreciação, a alteração e actualização dos tarifários e dos regulamentos específicos dos parques da EMEL. A Câmara aproveitava não só para criar taxas tarifadas ao minuto, como também, segundo a Sra. Vereadora Marina Ferreira, simultaneamente Presidente da EMEL, proceder a um aumento dos preços, mas deixando de fora o estacionamento na via pública. -----

----- Ora, o condutor que entrava num parque com cancela tinha, obrigatoriamente, que retirar um bilhete e pagá-lo à saída. Mas quem estacionava à superfície podia muito mais facilmente ser tentado a iludir os fiscais e fugir ao pagamento devido. -----

----- Primeira questão: se se pretendia dissuadir o estacionamento ilegal ou anárquico em cima de passeios, onde estava a lógica de serem mais caros os estacionamentos em

parques do que à superfície? Não deveriam os parques ter preços mais acessíveis para atrair utilizadores e retirar os veículos das ruas? -----

----- Procurara ainda encontrar uma tipologia de classificação em três grupos consoante a localização dos parques, com preços distintos dependentes da duração de permanência dos veículos no seu interior. -----

----- Segunda questão: então porquê penalizar o estacionamento de longa duração em vez do de curta duração? Se estacionar mais tempo fosse proporcionalmente mais acessível, o condutor teria tendência a deixar o carro no parque e usar os transportes públicos. Depois, se bem que o preço pudesse ser um factor dissuasor do uso do automóvel, em muitos casos continuava a ser mais barato utilizar o transporte individual do que o transporte público. -----

----- Terceira questão: se o objectivo era o de melhorar a mobilidade diminuindo o trânsito na cidade, que diálogo já foi encetado pelo Executivo para conjugar os parques junto a interfaces com as empresas de transportes públicos, na procura de vantagens para os portadores de passe social? -----

----- Disse que em Março passado o Sr. Presidente da Câmara afirmara, na Comissão para Acompanhamento do PDM, que o Executivo estaria disponível para a construção de parques em concelhos limítrofes, como forma de dissuadir a afluência de automobilistas à cidade, mas, mais recentemente, a Sra. Vereadora garantira que mais dois silos, em zonas centrais, iriam por diante: um na Graça e outro no Mercado do Chão do Loureiro. Curiosamente, noutra estacionamento central como o das Portas do Sol, quando um terço dos 150 lugares estava preenchido parecia que já era muito. Estava quase às moscas porquê? Talvez porque havia quem optasse por deixar o carro na própria rampa de acesso, já na rua, onde não se pagava nada. -----

----- Quarta e última questão: não seria vantajoso apostar numa alternativa de parques dissuasores na periferia, complementados por medidas que atraíssem os utilizadores? Não traria isso como resultado um melhor fluxo dos transportes públicos dentro da cidade? Mais e melhores transportes públicos não conduziram a novos postos de trabalho e a um melhor ambiente urbano? -----

----- Terminou dizendo que, aparentemente, as contradições eram muitas e o PEV tencionava, por isso, votar contra esta proposta se não obtivesse resposta a estes esclarecimentos. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que ia repetir uma frase que ouvira agora mesmo de um Deputado Municipal, sussurrada à Câmara: “é difícil ser prior numa freguesia destas”. E, de facto, era muito difícil ser prior numa freguesia destas! Mas tinham que se habituar às dificuldades e tentar superá-las. -----

----- Depois, deu os parabéns à Sra. Vereadora Marina Ferreira pela proposta que apresentara, e dava os parabéns porque pensava que se todas as bancadas olhassem e percebessem bem aquilo que era a intenção, que aliás foi transmitida pela Sra. Vereadora, subjacente à proposta, naturalmente não podiam votar contra ela nem sequer abster-se. Teriam que votar a favor se, como pensava, estavam interessados em resolver os problemas da cidade. -----



----- O problema da mobilidade era um problema muito vasto! O problema da mobilidade, como a Sra. Vereadora com certeza sabia melhor do que ele, era praticamente insolúvel. Há uns anos, em Milão, diziam-lhe que por mais que se fizesse nunca mais se resolveria completamente, de maneira satisfatória, o problema da mobilidade numa grande capital. De facto, era impossível, haveria sempre problemas, haveria sempre filas, haveria sempre chatices, haveria sempre carros mal estacionados, haveria sempre pessoas a protestar. -----

----- Mas podiam caminhar no sentido de tentar resolvê-los. E os problemas da mobilidade em Lisboa não se puseram agora, nem há 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 10 anos, esses problemas punham-se há muito tempo! Os parques que a Câmara possuía, que agora eram da responsabilidade da EMEL, eram parques que não existiam desde ontem ou anteontem, eram parques que existiam há muito tempo e nunca para eles houve uma intenção, alguma coisa fizesse sentido, alguma coisa que tivesse lógica, e era pela primeira vez que aparecia uma proposta que tinha lógica, que fazia sentido, que tentava enquadrar o estacionamento num projecto de mobilidade. -----

----- Diriam que não era completo, que não era total, que faltavam os parques dissuasores na periferia da cidade, que se calhar faltava resolver o problema com os parques explorados por concessionários privados. Mas teriam que ir por partes: este era um problema que existia em relação aos parques da EMEL. Era preciso dar-lhes um sentido na forma como eles faziam a oferta de estacionamento aos cidadãos. -----

----- E então o que se pensara?! Para já tinham que modificar as tarifas, eram obrigados por lei a fraccionar em períodos de 15 minutos o tarifário desses parques. Mas a Sra. Vereadora foi mais longe na defesa do interesse público, ao não fraccionar só em 15 minutos mas sim ao fraccionar num minuto a partir de 15 minutos. Portanto, favorecia ainda mais os utentes! -----

----- Mas por que era que não se coordenava essa política com a política dos parques privados? A Sra. Vereadora explicara isso na reunião de Câmara e toda a gente o sabia! Mesmo as pessoas que já intervieram, como era o caso do Deputado Municipal Heitor de Sousa, a afirmar que a Sra. Vereadora não coordenara a política dos parques da EMEL com a política dos concessionários privados, sabia perfeitamente que as concessões dos parques privados foi uma coisa feita autonomamente. Foi um concurso que eles fizeram, um contrato que eles fizeram, e a Câmara não tinha poder para dizer que agora eles não levavam dez mas levavam cinco, porque logo de seguida eles questionariam quem lhes pagava os custos e diziam à Câmara que por perdas que iriam ter teriam que ser indemnizados por “x” ou “y”. O Deputado Municipal Heitor de Sousa sabia isso melhor do que ele, mas não queria ali expressar o seu conhecimento, o que era pena. -----

----- Portanto, a Câmara não podia fazer uma interligação entre uma coisa e outra, mas podia, naquilo que lhe dizia respeito, tentar criar uma harmonia, uma lógica, relativamente ao estacionamento, criando três zonas diferenciadas de acordo com aquilo que era a situação de cada parque em relação à cidade no seu todo, quer na sua coroa periférica, quer na sua coroa intermédia, ou quer no seu miolo, nas zonas mais

populacionais, nas zonas onde o estacionamento era mais caro, era mais necessário e deveria ser mais rotativo. -----

----- Isso estava ali expresso! E para saber essa política – disse dirigindo-se à Deputada Municipal Teresa de Almeida – bastava ler os regulamentos, porque se olhassem para eles as dúvidas eram perfeitamente esclarecidas. Viam que em relação a cada um dos parques essa política estava aí plasmada! Não era preciso dizê-lo, via-se que os parques que eram mais periféricos tinham uma tarifação baseada naquilo que era uma maior permanência, no fundo uma dissuasão para utilizar o transporte privado, os parques intermédios tinham uma diferenciação em relação aos periféricos, e os da zona histórica naturalmente eram muito mais violentamente taxados para obrigar a que as pessoas optassem muito mais por um estacionamento de pequena duração. Isso estava mais que expresso na proposta, toda a gente via, só não via quem não queria. -----

----- Agora, poderia a Sra. Vereadora neste momento aproveitar para negociar com as Câmaras periféricas a criação de parques dissuasores no exterior da cidade de forma a que os carros não viessem para Lisboa? Claro que essa era uma intenção da Câmara, todos sabiam que já houve negociações com algumas dessas Câmaras nesse sentido, mas era um processo que decorria e que obviamente não decorria da vontade da Sra. Vereadora que não podia chegar junto dessas Câmaras e impor a sua vontade. Mas com certeza podia caminhar nesse sentido. -----

----- Portanto, pela primeira vez havia uma intenção de uma política de mobilidade, pela primeira vez havia uma lógica, e os Deputados Municipais da oposição chegavam ali e diziam que isso não tinha lógica nenhuma! Então qual era a lógica da oposição? Era a confusão que havia no passado, não conter absolutamente nenhuma regra e ser tudo igual? -----

----- Em relação ao problema do estacionamento à superfície, disse que o Deputado Municipal Silva Dias veio ali dizer que a EMEL actuava como uma polícia. E pessoalmente achava muito bem que actuasse, que cada vez mais actuasse e fiscalizasse devidamente os maus estacionamentos. Se era para ter dinheiro, se isso dava receita ainda bem que dava receita porque justificava que valia a pena, porque era preciso que se regulasse o estacionamento desgarrado que se verificava à superfície. Era preciso que a cidade tivesse regras, e se o Deputado Municipal Silva Dias não queria regras era só agora, porque dantes queria! Era preciso haver regras e as regras eram para se cumprir, quem não cumpria naturalmente era penalizado, era multado e o carro era rebocado. Mas ainda bem que era assim, porque antigamente a polícia estava-se nas tintas. Aliás, a oposição muitas vezes ali disse, noutros mandatos, que era inadmissível a polícia não tomar a mínima atenção relativamente ao mau estacionamento, e agora queixavam-se porque essa atenção era tida à custa da Câmara! Onde estava a lógica? ---

----- Terminou dizendo que as intervenções da oposição é que não tiveram lógica, mas tinham agora um momento importante para se redimirem que era votar favoravelmente esta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves com esta nova tarifa nos parques dissuasores, que supostamente ia passar a existir, passaria a pagar, se

usasse esses parques, uma tarifa 30% superior sem nenhuma contrapartida, pelo que a sua pergunta era se ia lá deixar o carro ou iria andar com o carro para estacionar noutro lado qualquer. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que parecia ser sina sua sempre que abria a boca vir uma crítica do Deputado Municipal Victor Gonçalves, mas talvez isso até cimentasse a amizade que tinham um pelo outro. O Deputado Municipal Victor Gonçalves insistia sempre, sempre, em chamar-lhe de compreensão lenta. -----

----- Explicou que não tinha referido que a EMEL devia facilitar, devia ser corrupta, que não devia multar, que não devia educar, mas sim que os resultados desse saque à multa não se viam em benefício. -----

----- Recordou um episódio ocorrido no passado, que até teve alguns contornos de ridículo, que foi o facto da EMEL, com o dinheiro das multas, ter arranjado a Praceta João do Rio, porque então perceberam que sim senhor, a EMEL multava mas até tinha um jardim bem arranjado. -----

----- Portanto insistia que a EMEL devia cumprir a sua missão cívica, que multasse com todo o rigor, mas que vissem aplicados os resultados das multas. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que o Deputado Municipal Silva Dias sabia que ele tinha uma grande consideração e amizade por si, e que se muitas vezes o tentava ali contrariar no fundo até era por respeito, já que o Deputado Municipal Silva Dias era uma voz permanente na bancada do PCP relativamente a muitas matérias, e sendo uma voz que trazia a opinião do PCP teria que concordar que ele pudesse estar em desacordo com aquilo de que era porta-voz. -----

----- Como, aliás, tinha também toda a consideração pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, o que, contudo, não era inibidor de o criticar relativamente àquilo que ali veio dizer. É que, de facto, não era verdade o que o Deputado Municipal Heitor de Sousa disse relativamente ao aumento de 30%, já que o preço era o mesmo só que agora contado ao minuto, pelo que até havia uma redução. -----

----- Mas não valia a pena estar ali a fazer contas, mesmo que fosse mais caro 30% deixava lá o carro porque senão ia pagar mais noutro parque ou então ia sujeitar-se a ser multado. Portanto, entre uma coisa e outra preferia deixar lá o carro. -----

----- Relativamente ao dinheiro das multas, disse que o Deputado Municipal Silva Dias sabia com certeza que as multas não eram receita da Câmara mas sim do Estado. As receitas do estacionamento, as mais-valias e lucros que eventualmente a EMEL possuísse é que revertiam para a Câmara e eram um proveito da Câmara já que a EMEL era uma empresa totalmente municipalizada. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, disse que começava a perceber o encanto da Assembleia Municipal, era a história do velho, do rapaz e do burro, porque fizesse-se o que se fizesse-se ou estava de mais, ou estava de menos, ou estava assim assim, e isso era encantador e uma grande motivação, porque lhes permitia estabelecer as políticas e pô-las a votação no local próprio, nas urnas. -----

----- Mas não era isso que ali vinha apresentar. Inserira as propostas de alteração de regulamentos, e apenas de regulamentos porque era isso que tinham que apresentar, numa política de mobilidade que entendera que devia apresentar à Assembleia, sucintamente. -----

----- Como todos sabiam, as políticas de mobilidade eram cada vez mais complexas, eram políticas que tinham a ver com a complexidade da própria vida urbana, portanto não se compadeciam com os alongados tempos de intervenção que existiam na Assembleia Municipal, mas por isso mesmo estava sempre disponível para discutir com os Deputados Municipais, para ir em Comissão, como já teve oportunidade de o fazer, apresentar aquilo que era a política de mobilidade que o Executivo estava a tentar desenvolver. E com estes regulamentos, com o regulamento do estacionamento à superfície que teria oportunidade de trazer à Assembleia Municipal tão rápido quanto pudesse ser agendado porque na Câmara já tinha sido aprovado, como muitas outras propostas que trariam à Assembleia, a política de mobilidade ia-se fazendo. -----

----- Portanto, como o próprio nome indicava ia andando, ia-se construindo, o que era preciso é saber para onde é que se ia. E para saber para onde se ia era importante trazer à Assembleia Municipal qual era o caminho que se propunham seguir, e era isso que justamente estavam a fazer. Não punham uma política de mobilidade à votação, punham regulamentos à votação! -----

----- Disse, depois, que o respeito e consideração que tinha pelo Deputado Municipal Silva Dias, levava-a a questionar-se relativamente à análise que ali fazia destes regulamentos. Se o Deputado Municipal Silva Dias pretendia que ela ali definisse qual era o seu entendimento relativamente à construção de parques de estacionamento fazê-lo-ia com todo o gosto, mas não era essa a matéria que hoje veio apresentar, o que veio apresentar foi regulamentos sobre tarifário. -----

----- Mas sobre parques de estacionamento também podia dizer, muito brevemente, o que entendia. Entendia que faziam falta parques de estacionamento na Cidade de Lisboa, faziam falta para muitos e muitos residentes da cidade, nomeadamente nos bairros históricos, porque eram pessoas que tinham tanto direito à mobilidade e ao transporte individual como os que moravam fora do concelho de Lisboa e não tinham onde pôr os seus automóveis, e, portanto, ficavam a degradar as condições de vida à superfície nos bairros históricos. Nesses casos entendia que se deviam continuar a construir parques de estacionamento, sempre que possível em altura e não em profundidade. Entendia que essa era a política certa e que deveria prosseguir. -----

----- Por outro lado, entendia também que no interior da cidade, sempre que possível os parques de estacionamento deveriam ter lotação limitada, não se deveriam construir mega-parques de estacionamento como já se construíram no passado, que só potenciavam a entrada dos automóveis e não resolviam o problema do trânsito local e dos utilizadores locais. E entendia também que esses espaços que fossem ganhos para a cidade deveriam ser utilizados na melhoria do espaço público. -----

----- Isso era o que entendia relativamente aos parques nas zonas centrais da cidade. Evidentemente que também faziam falta parques noutros sítios, mas teve oportunidade de dizer em entrevistas – e pensava que daí o Deputado Municipal Sobreda Antunes

ter-se lembrado dessa matéria – que no início deste mandato, em articulação com operadores da Cidade de Lisboa, propuseram a criação de um título de transporte que permitisse a utilização de estruturas já existentes na cidade, porque quando o dinheiro era pouco no País e pouco na cidade não lhe parecia de boa política, de boa gestão de dinheiros públicos, desperdiçar o que já estava construído, e propuseram isso, mas como o Deputado Municipal Sobreda sabia não era uma competência da Câmara criar títulos de transporte. Se a Câmara pudesse fazer isso sozinha certamente já o teria feito porque era essa a linha de apresentações que ali têm vindo a fazer. -----

----- Disse, ainda, que sabia que havia ali uma questão ideológica de fundo que tinha a ver com a maneira como se dissuadia a utilização do automóvel individual. Ainda há pouco tempo, na SIC-Notícias viu uma apresentação nos Estados Unidos sobre essa matéria. Não podiam obrigar ninguém a andar de transporte público, e pessoalmente não se sentia com capacidade nem com mandato dos eleitores para obrigar ninguém a andar de transporte público. Seria bom que os operadores de transporte público, em articulação com o Governo e com a Direcção-Geral de Transportes Terrestres, percebessem que havia um problema de transporte público em Lisboa. O Executivo percebera, por unanimidade, que havia um problema de transporte público na Cidade de Lisboa! Agora, que houvesse entidades que entendiam que deviam continuar a mandar e desmandar na Cidade de Lisboa não dando sequer ouvidos àquilo que era o entendimento unânime do Executivo municipal, não fazia parte da matéria agora em debate mas teria todo o gosto em debater isso noutra sede.-----

----- Terminou dizendo que esta proposta era sólida, equilibrada, consequente e principalmente, insistia, era muito favorável aos utilizadores dos parques da EMEL na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que julgava não estar a abusar da paciência da Sra. Vereadora se lhe fizesse dois pedidos de esclarecimento, o primeiro dos quais era como classificava o parque de estacionamento das Portas do Sol. Pensava que a Sra. Vereadora o classificava como parque de estacionamento residencial, mas desejava que informasse a Assembleia quantos residentes tinham lá estacionamento e quanto lugares continuavam disponíveis nesse parque. -----

----- O segundo pedido de esclarecimento era se a Câmara já aprovara uma posição de retirada de confiança política à pessoa que foi nomeada para a Administração da Carris, pela Vereação do anterior mandato, da qual fazia parte o actual Presidente da Câmara. --

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que por respeito à disciplina parlamentar os pedidos de esclarecimento teriam que ser formulados sobre a forma de pergunta, pelo que fazia duas perguntas. -----

----- A Sra. Vereadora com certeza entendia que os regulamentos eram instrumentos do exercício de uma política, não eram decisões avulsas. E o que tinha posto na sua intervenção foi que sem conhecer a política lhes custava aprovar os instrumentos. A Sra. Vereadora, no entanto, na sua última intervenção prestara um esclarecimento onde

dizia que era pela proliferação dos parques de estacionamento, incluindo as zonas históricas, sem garantir, contudo, o seu uso exclusivo para residentes. -----

----- Comentando essa posição da Sra. Vereadora, disse que tanto quanto tem estudado, por dever de ofício, as cidades europeias históricas, via que havia dois critérios: um, que consistia na proliferação dos parques de estacionamento; e outro, o mais dominante, era pôr os habitantes das zonas históricas perante o problema: “se queres viver numa zona histórica tens que ter alguma contrapartida, e essa contrapartida é não haver carros nas ruas, é viveres numa zona tranquila, portanto terás que deixar o carro noutros sítios”. Chamou a especial atenção para os casos do Bairro Gótico, em Barcelona, e de uma cidade extraordinária que era Verona, em Itália, onde realmente as pessoas tinham gosto em viver no centro mas não levavam para lá os seus carros. Isso era uma vantagem que as pessoas ponderavam: se queriam ter o carro na cave iam para uma zona nova, se queriam ter o carro distante e os filhos poderem andarem de bicicleta à vontade e andar às compras tranquilamente, iam para uma zona histórica. ----

----- Portanto, era a clarificação dessa política que solicitavam ao Executivo. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, aludiu à questão colocada pelo Deputado Municipal Silva Dias dizendo que achava que dependia tudo muito do significado da palavra proliferação. Era uma palavra não quantificada e, portanto, difícil de rebater. Defendia, sim, que nas zonas históricas era importante construir parques de estacionamento, e comprometia-se a trazer ao Deputado Municipal Silva Dias o número de parques que existiam para apoio aos residentes no Bairro Gótico para que a pudesse apoiar quando ela dizia que a revitalização das zonas históricas implicava também a construção de parques de estacionamento para residentes. -----

----- Relativamente ao parque de estacionamento das Portas do Sol, disse que o Deputado Municipal Heitor de Sousa sabia que esse parque tinha o compromisso de acolher os residentes que o necessitassem, na sequência do encerramento do Bairro da Encosta do Castelo que, como o Deputado Municipal Heitor de Sousa sabia, ocorrera na Semana da Mobilidade, apesar da Assembleia Municipal, numa das últimas reuniões, ali ter entendido que não tinha acontecido nada. Mas aconteceu! Aconteceu o fecho, o condicionamento definitivo daquela zona, projecto no qual se empenharam e que, felizmente, correrá muito bem e com grande satisfação para os moradores. -----

----- E, na sequência desse condicionamento, foram reservados lugares no parque das Portas do Sol, que estavam, em articulação com as Juntas de Freguesia da encosta do Castelo, a ser trabalhados para residentes e para comerciantes. Mais: não sabia quantas vezes o Deputado Municipal Heitor de Sousa ia à zona do Castelo, ela sempre foi muito e ultimamente ia cada vez mais, e no sábado passado não havia praticamente nenhum lugar disponível no parque das Portas do Sol, o que significava que quando se regulava o estacionamento, que quando se era cosmopolita na gestão do estacionamento, ou seja, quando se condicionava à legalidade a utilização do estacionamento, os parques eram úteis e contribuía para a vitalidade e dinamismo de uma cidade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 312/2006, tendo a

Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e votos contra do PS, PCP, BE e PEV. -----

**PONTO 5 – PROPOSTA 335/2006 – APROVAR A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO URGENTE, COM AUTORIZAÇÃO DE INVESTIDURA NA POSSE ADMINISTRATIVA, DAS PARCELAS 1 E 2 SITAS NA FREGUESIA DA CHARNECA, (P.º. Nº 127/DPI/2005), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 2 DO ART.º 14.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES, APROVADO PELA LEI N.º 168/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 335/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- A implementação do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), aprovado pela Assembleia Municipal em 18 de Julho de 1996 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros nº 126/98, publicada no Diário da República nº. 248 Iª. S-B de 27.10.98, importa urgência em dispor dos terrenos necessários às acções nele previstas;-

----- Que o PUAL prevê a construção de um espaço verde na denominada Parcela 1 para requalificação ambiental da zona, bem como a construção da nova escola e jardim de infância na denominada Parcela 2, para substituição da antiga Escola nº 66 e acorrer às necessidades da população da zona; -----

----- Não é possível a aquisição destas parcelas por via amigável devido a irregularidades no registo predial; -----

----- O procedimento expropriativo desencadeado pela Deliberação nº. 399/AM/2001, renovada pela Deliberação nº 80/AM/2003, entretanto caducada, abrangia indevidamente várias construções e indicava, também indevidamente, como interessados, ocupantes ilegítimos da propriedade, pelo que é necessário iniciar novo procedimento; -----

----- É urgente libertar este espaços que constituem parcelas sobrantes da expropriação aprovada pelo Despacho de S. Exa. o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território publicado no Nº. 277- IIª. S de 27.11.1999, que incidiu sobre a denominada Parcela F1 da Quinta Grande, onde está implantado um armazém, abrangido parcialmente por ambas as expropriações; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do nº 7 do artigo 64.º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, e do nº 2 do artigo 14.º. do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99 de 18 de Setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa: -----

----- - A declaração de utilidade publica de expropriação urgente, com autorização de investidura na posse administrativa, da Parcela 1 com a área de 3.907,00 m2 e da Parcela 2 com a área de 6.290,00 m2, delimitadas a orla amarela na cópia da Planta nº 01/116/02 do então Departamento de Gestão Imobiliária, que fazem parte integrante do

prédio misto inscrito na matriz predial rústica da freguesia da Charneca sob o artigo 25 e descrito na 2ª. Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 332 da mesma freguesia, onde está inscrito a favor da herança de Manuel dos Santos Reis, representada pelo seu cabeça-de-casal, Maria Josefina de Matos Reis Nolasco, residente em 341 Manely Heights, Orange, CT, 064776 Connecticut USA. -----

----- Confrontações: -----

----- Parcela 1 - Norte: Manuel dos Santos Reis e Av. Eng.º Santos e Castro -----

----- Sul e Nascente : C.M.L. -----

----- Poente: Manuel dos Santos Reis -----

----- Parcela 2- Norte, Sul, Nascente e Poente: C.M.L. -----

----- A despesa está cabimentada na rubrica 07.01.01.01 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção 02/01/A101/01 do Plano de Actividades. -----

----- (Processo E nº 81/03, Processo Privativo nº 127/DPI/05) -----

----- Previsão dos encargos -----

----- Nos termos do disposto no nº. 4 do art.º 10º. do Código das Expropriações, e de acordo com o relatório de avaliação elaborado pelo perito da lista oficial, o valor total atribuído é de 1.139.016,00 € (um milhão, cento e trinta e nove mil e dezasseis euros), que se apresenta abaixo dos valores fixados na peritagem da Parcela F1 (180€/m2) que integra a mesma propriedade, nos seguintes termos: -----

	ÁREA	VALOR / M2	VALOR FINAL
Parcela 1	3.907 m2	108 €	421.956,00 €
Parcela 2	6.290 m2	114 €	717.060,00 €

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que esta proposta apresentava uma situação que se vinha arrastando há vários anos. No Plano de Urbanização do Alto do Lumiar estava prevista a construção de um espaço verde urbano e um jardim-de-infância e escola básica de 1º ciclo, e, para tal, seria necessário proceder à expropriação de duas parcelas de terreno localizadas na Quinta Grande, Freguesia da Charneca, mas havia suspeitas de irregularidade no registo predial, sendo a posse atribuída à família Matos Reis e ao arrendatário António José Moreira, que detinha no terreno um armazém de venda de materiais de construção civil, cuja construção não se encontrava licenciada. -----

----- O total da área indicada pela antiga COPRAD ascendia a 13.120 m2, em medição de planta, no local, a área atingia 10.650 m2, em desenho de planta as duas parcelas totalizavam uma área de cerca de 10.200 m2, e o terreno previsto para as escolas e área circundante de construção somava 7.300 m2. -----

----- Portanto, a primeira questão era quais os valores correctos sobre os quais se iriam hoje pronunciar? Tendo em consideração o valor total de medição mais baixo, o que iria ser construído então no diferencial de cerca 2.900 m2? Espaços verdes como estava previsto no PUAL? -----

----- Para a construção do edifício escolar existia um programa de organização e ocupação dos espaços. A parcela um, destinada a espaços verdes, não tinha, aparentemente, um projecto de urbanização. -----



----- Segunda questão: onde estava a planta ou o projecto de arranjo dessa área? Estaria garantido que se destinava a espaços verdes e uso público? -----

----- No relatório de avaliação conducente à expropriação de duas parcelas, era feita uma avaliação dos bens e benfeitorias construídas no terreno pelo arrendatário, tendo em conta o Código de Expropriações para construções não licenciadas, mas não se encontrava uma avaliação, em separado, do prédio na posse do primeiro proprietário. ---

----- Por outro lado, também o valor do terreno de construção era calculado no relatório de avaliação sob uma metragem máxima de 13.120 m<sup>2</sup> em mais de 608.000 euros, e na proposta a área considerada era de 10.197 m<sup>2</sup> e a indemnização era feita apenas ao proprietário pelo valor total de cerca de 1.139.000 euros. -----

----- Terceira questão: não pondo em causa a previsão dos encargos, como se explicava a diferença entre os cálculos iniciais em metros quadrados e a área a ser de facto expropriada? A indemnização era feita apenas à família Matos Reis, sendo excluído o arrendatário? -----

----- A empresa que geria o armazém de materiais de construção teria feito um uso indevido do terreno, pelo que, parecia, teria de transferir o armazém e os materiais a suas expensas, paralisando durante alguns meses. Aliás, ainda segundo o relatório, empregava cerca de três dezenas de pessoas. -----

----- Quarta e última questão: para que terreno seria feita essa mudança? Não havia cedência de terreno camarários, pois não! Estava prevista, ou não, a temporária salvaguarda dos actuais postos de trabalho? -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que havia algum tipo de argumentação com o qual não concordavam, que era o facto da democracia ser reduzida aos actos eleitorais e, supostamente, quando se levantava a cabeça para se dizer qualquer coisa tinham que se calar porque já tinha sido sufragado. De facto, a democracia era uma democracia participativa pelo que não só ali tinham o direito de falar como lá fora os cidadãos tinham o direito de se organizar, de responder, estavam num Estado de Direito. Já no passado o fizeram e continuariam a fazer sempre que tal fosse necessário. -----

----- Em relação a esta proposta, disse que se partia exactamente da situação da proposta anterior, porque, de facto, eram colocados ali regulamentos para os quais tinham que olhar, a chamada asa da mosca, não levantar a cabeça sobre o que ali estava e perceber quais eram as políticas que estavam por detrás dessas situações. -----

----- O que acontecia, neste caso concreto, era que estavam perante um plano de urbanização de grande densidade, que não respeitara a estrutura ecológica da cidade e cujo resultado final era a necessidade de expropriar dois quadrados para espaço verde, os chamados “jardins da celeste”, que seriam regados com água de Castelo de Bode e que nada tinham de vantajoso à escala da cidade. -----

----- Evidentemente que se se focassem só no regulamento eram a favor dessa passagem, mas não se podiam focar só naquilo que lhes punham à frente, tinham que olhar por cima do ombro e perceber um pouco qual era a engrenagem que ali estava. E, de facto, consideravam que este plano de urbanização era um plano que não respondera

às necessidades da cidade e, portanto, chegando ao fim da linha não aceitavam votar a favor de coisas muito pontuais sobre parcelas para espaço verde. -----  
----- Lamentavam essa posição, mas compreenderiam que não o podiam fazer. -----  
----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que nesta fase de concretização do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, a propósito desta proposta vir contestar todo o plano por causa da transferência destes dois jardins não lhe parecia muito oportuno quando esse mesmo plano já foi devidamente aprovado, já foi autorizado e já estava em fase final de concretização. -----  
----- Portanto, era um bocadinho desajustado vir agora com esse tipo de argumentação, ainda mais quando o PUAL era de todos os planos de urbanização aquele que, provavelmente, tinha o maior índice de zonas verdes! Tinha um parque urbano que era uma coisa enorme dentro da Cidade de Lisboa, tinha as quintas das Conchas e dos Lilases que constituíam um dos maiores espaços verdes da cidade. Por isso, pensava que essas razões não eram argumento para dizer que se votava contra a proposta, quando efectivamente era apenas a transferência de dois pequeninos espaços verdes. ---  
----- Disse, depois, que todo o PUAL necessitava de negociação porque grande parte das parcelas para a sua concretização eram parcelas privadas, e a Câmara tinha que as adquirir para depois dar execução ao próprio plano. Muitas delas foram naturalmente negociadas entre a Câmara e os particulares, algumas delas tinham a negociação ainda a decorrer a propósito de muitas situações, mas era um facto que para esse plano havia necessidade da Câmara fazer aquisições. Havia determinadas alturas em que não era possível chegar a acordo por variadíssimas razões, e a Câmara tendo ao seu dispor esta faculdade da expropriação, aquilo que estava a pedir neste momento era a declaração de utilidade pública. De acordo com o Código das Expropriações as áreas foram identificadas por peritos avaliadores independentes da Câmara, foram identificadas as áreas, foram feitas as avaliações para que se pudesse dar execução a todo esse processo de expropriações. -----  
----- Portanto, não estavam a pedir autorização para comprar de acordo com os preços mencionados, que eram preços de referência determinados de acordo com o Código das Expropriações, e como tal era para dar início a este processo. -----  
----- Havia situações em que existiam proprietários e arrendatários em determinadas instalações, mas a Câmara expropriava os proprietários porque os arrendatários não os podia expropriar, tinha que chegar a eles por acordo através de uma negociação, como, aliás, vinha sendo feito em todas as parcelas privadas que a Câmara tinha vindo a adquirir para dar execução ao PUAL. -----  
----- Disse que não se lembrava de nenhuma expropriação ter chegado ao fim, de ser necessário concretizá-la, mas obviamente havia situações que não era possível chegar ao fim por via negocial e então a Câmara teria que recorrer a esta hipótese no âmbito do Código de Expropriações. -----  
----- Seguidamente, o Deputado Municipal Duarte Mata solicitou a palavra para uma segunda intervenção, não lhe tendo a Mesa concedido a palavra com o argumento que não havia segunda intervenção depois da intervenção da Câmara. -----

----- Entretanto, o **Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em interpelação à Mesa, disse que, com o maior respeito pela sua interpretação, não se lembrava, nos muitos anos que já tinha na Assembleia Municipal de Lisboa, de uma situação em que um Deputado Municipal já não pudesse intervir depois da Câmara ter intervindo. Esteve durante oito anos como Secretário da Mesa e isso nunca foi norma, e nunca viu escrito em sítio nenhum do Regimento que depois da Câmara intervir já mais ninguém podia falar. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que o facto de serem factos consumados não significava que não pudessem ali falar deles. O BE não ia votar contra, estavam a falar de duas parcelas de espaço verde numa zona extremamente densa, parecia que apesar de tudo era das melhores, enfim não sabia qual era a comparação mas era imaginar como seriam as outras, por exemplo a zona da Loja do Cidadão ou Benfica, mas efectivamente era um plano de urbanização fraco que acabava por conseguir apenas a utilização do regime de expropriação que, aliás, há dias dera uma discussão bastante interessante na Comissão Permanente de Habitação, em que o Sr. Presidente da EPUL disse que nos países ocidentais já ninguém fazia expropriações. Pelos vistos, fazia-se a bem do serviço público, e bem, quando era necessário para acautelar o direito público. -----

----- Portanto, sempre que era necessário fazer-se expropriações elas deveriam fazer-se, para isso os planos eram bons. Agora, o facto do plano ser melhor que um loteamento para esta situação, porque permitia o regime da perequação e tudo isso, não significava que aquele plano fosse bom, e não era porque acabavam com dois quadrados verdes rodeados de betão numa zona nova. Se isso fosse feito há alguns anos atrás, em que não se sabia o que se sabe hoje, até poderiam aceitar, mas nesta situação era lamentável. ----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 335/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP, e a abstenção do BE e PEV. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 385/2006 – APROVAR A EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA “ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBONENSES”, DA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NA ESTRADA DE BENFICA, BEM COMO A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO “F” E “G” E APROVAR A CONSTITUIÇÃO A FAVOR DA MENCIONADA ENTIDADE DO NOVO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NO BAIRRO DO REGO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 385/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- De harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, tomada na sua reunião de 1988.08.29, que recaiu sobre a Proposta n.º 286/88, foi outorgada em 1989.07.26 a escritura de constituição do direito de superfície a favor da “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses” sobre uma parcela de terreno municipal, com a área de 3.570,00 m<sup>2</sup>, sita na Estrada de Benfica – Bairro das Furnas, pelo prazo de 70 anos consecutivos, destinada à construção de um quartel-sede; -----

----- Nos termos das condições constantes na escritura referida, designadamente o determinado na alínea g), as construções deveriam ter sido iniciadas no prazo de dois anos e estarem concluídas no prazo de cinco anos, a contar da data da celebração da escritura, sob pena de reversão do terreno cedido; -----

----- A obra foi iniciada, mas acabou por não ser concluída, em virtude de várias vicissitudes que determinaram interrupções sucessivas da mesma, como a situação de falência de uma das empresas construtoras e o abandono da obra por uma outra; -----

----- Se encontra em curso a operação de loteamento, de iniciativa municipal, do Bairro das Furnas, cujo limite da área de intervenção abrange a parcela de terreno cedida à superficiária e que importa, pois, desonerar o direito de propriedade do Município de Lisboa, através da reversão do direito de superfície, no sentido de permitir a concretização da referida operação urbanística; -----

----- A superficiária já manifestou a sua anuência quanto à extinção do direito de superfície, com a condição de a Câmara Municipal de Lisboa constituir novo direito de superfície a seu favor sobre uma parcela de terreno municipal com área semelhante àquela que resulta do contrato a extinguir; -----

----- Existe interesse por parte do Município de Lisboa em apoiar este tipo de associações, sendo já tradição proporcionar, sempre que possível, os meios indispensáveis à boa prossecução dos seus fins; -----

----- A “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses” mantém a necessidade de construção de um novo quartel-sede, para fazer face às exigências decorrentes da melhoria da sua acção na cidade de Lisboa, o que a torna credora de público reconhecimento e apoio; -----

----- Para esse efeito se encontra disponível, para ceder em direito de superfície, uma outra parcela de terreno municipal, sita no Bairro do Rego, com uma área de 4.521,00 m<sup>2</sup>; -----

----- Parte dessa área a ceder em direito de superfície faz parte de uma parcela de terreno com a área de 7.474,85 m<sup>2</sup>, anteriormente cedida ao Município de Lisboa, através de escritura celebrada em 2005.01.17, destinada a integrar o domínio público municipal; -----

----- Para a instalação do novo quartel se torna necessário desafectar a área a ceder do seu domínio público para o domínio privado municipal; -----

----- Por esse facto, e para obviar ao exercício do direito de reversão da anterior proprietária, esta assinou uma Declaração, datada de 2005.09.09, autorizando a desafecção em causa, desde que o destino da área a ceder seja exclusivamente para equipamentos de interesse público, especificadamente para deslocação da “...13ª

Esquadra e instalações dum quartel de bombeiros...”, mantendo-se a propriedade de raiz no Município; -----

É possível, dar seguimento à cedência em direito de superfície à “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses” da supra citada parcela, sita no Bairro do Rego, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e do 53º, n.º 2, alínea i), e n.º 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere: -----

----- 1. A extinção do direito de superfície constituído a favor da “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses” pela escritura pública de 1989.07.26, sobre a parcela de terreno municipal, com a área de 3.570,00 m<sup>2</sup>, sita na Estrada de Benfica – Bairro das Furnas, delimitado a vermelho na cópia do desenho de Arquivo nº 19.901 de 20.07.1988, do Departamento do Património Imobiliário; -----

----- 2. A desafecção do domínio público para o domínio privado do Município de duas parcelas de terreno designadas na cópia da Planta n.º 06/057/02 do Departamento do Património Imobiliário, pelas letras “f” e “g”, com as áreas, respectivamente, de 187,37m<sup>2</sup> e 2.564,95 m<sup>2</sup>; -----

----- 3. A constituição, a favor da mencionada entidade “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses”, de novo direito de superfície, pelo prazo de 70 anos, sobre uma parcela de terreno municipal, sita no Bairro do Rego, com a área de 4.521,00 m<sup>2</sup>, tracejada a azul na cópia da Planta nº 06/057/02 do Departamento de Património Imobiliário, mediante o pagamento da importância de € 451.185,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e cinco Euros), no acto da escritura, ou através do pagamento de uma renda mensal, a calcular de acordo com o disposto no ponto 3 da Proposta nº 96/92, alterada pela Proposta n.º 543/94 aprovadas pela Câmara respectivamente em 18.03.1992 e 28.12.1994. -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Parcelas a desafectar do domínio público para o domínio privado do Município: -----

----- Parcela “f” -----

----- Norte e Sul – Domínio público. -----

----- Nascente e Poente – CML -----

----- Parcela “g” -----

----- Norte – CML e Domínio Público; -----

----- Sul e Poente – Domínio Público; -----

----- Nascente – CML -----

----- Parcela a ceder em direito de superfície: -----

----- Norte e Sul - CML e domínio público -----

----- Nascente – CML -----

----- Poente – domínio público -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. A parcela de terreno municipal é entregue no estado em que se encontra; -----

- 2. O direito de superfície será constituído pelo prazo de setenta anos, mediante o pagamento, a título de preço, de uma prestação mensal, a qual será calculada conforme o disposto no ponto 3 da Proposta n.º 96/92, alterada pela Proposta n.º 543/94 aprovadas pela Câmara respectivamente em 18.03.1992 e 28.12.1994 e actualizada de acordo com a taxa aplicável aos direitos de superfície; -----
- 3. O prazo estipulado no número anterior poderá ser prorrogado por períodos de trinta e cinco anos, desde que o Município de Lisboa não necessite do terreno para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público; -----
- 4. No caso de a superficiária pretender exercer a faculdade acima prevista deverá apresentar o pedido à Câmara Municipal até um ano antes do termo do prazo que estiver em curso, devendo a oposição à prorrogação ser comunicada à superficiária no prazo de três meses contados a partir da data da recepção do pedido; -----
- 5. Após o decurso do prazo de constituição do direito de superfície, o terreno, com todas as instalações existentes, reverterá para o Município de Lisboa, não tendo o superficiário direito a qualquer indemnização; -----
- 6. A construção da edificação será objecto dos competentes estudos e projectos, que devem ser apresentados à Câmara no prazo de 1 ano, a contar da data da escritura, sob pena de reversão do terreno ora cedido, podendo o prazo ser prorrogado, havendo motivo justificado e aceite pela Câmara; -----
- 7. A superficiária obriga-se, também, a cumprir os prazos de início e conclusão da edificação a erigir que vierem a ser estabelecidos pelo departamento municipal competente em sede de alvará de licença de construção, sob pena de reversão do terreno cedido; -----
- 8. A construção das infra-estruturas públicas necessárias à viabilização dos acessos à parcela a ceder, nomeadamente, a reformulação da via confinante, a Norte, e o futuro arruamento, confinante a Nascente, são da responsabilidade da superficiária, nos termos da informação n.º 32/DMPU/DPU/2006, datada de 03.02.2006, podendo, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara, ser acordado de forma diferente; -----
- 9. A superficiária obriga-se a manter o terreno, bem como as edificações a construir nele, em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias; -----
- 10. Na eventualidade de a edificação ser totalmente destruída o superficiário obriga-se a reconstruí-la no prazo de 3 anos a partir da data da destruição ou, sendo a destruição parcial nos prazos razoáveis fixados pela Câmara; -----
- 11. A afectação da parcela de terreno a fim diferente do estabelecido no título constitutivo do direito de superfície constitui fundamento para o exercício do direito de reversão por parte da Câmara Municipal; -----
- 12. A alienação do direito de superfície carece de autorização expressa do Município de Lisboa, que gozará do direito de preferência, em primeiro grau, na alienação do direito por qualquer causa. -----
- EM ANEXO: -----
- Cópia da Informação n.º 234/DMPU/DPU/06 de 19.06; -----
- Cópia da Proposta n.º 286/88; -----

----- Cópia da Informação n.º 32/DMPU/DPU/2006 – 03/02/2006; -----  
----- Cópia de Declaração; -----  
----- Cópia das Propostas nº 96/92 e 543/94; -----  
----- 6 Cópias do desenho de Arquivo nº 19.901 de 20.07.1988; -----  
----- 6 Cópias da Planta de localização n.º 06/057/02. -----  
----- (Processo Privativo n.º 66/DPI/06).” -----  
----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE ia votar favoravelmente a presente proposta, até porque estavam em causa as instalações e o funcionamento de uma associação sem fins lucrativos, mas não podiam deixar de chamar a atenção para alguns aspectos. -----  
----- Em primeiro lugar, nas condições de acordo para a constituição do direito de superfície, referia-se que a parcela de terreno era entregue no estado em que se encontrava, mas não se sabia que estado era esse. Não foi redigido nenhum documento por parte dos serviços nem constava em anexo qualquer documento em suporte fotográfico. Enfim, não era dado a conhecer à Assembleia o que efectivamente existia no local. A verdade era que nada foi construído, era um terreno expectante. -----  
----- Em segundo lugar, no final da proposta era referido, como documento em anexo, uma cópia de declaração, e essa declaração, assinada por Maria Ferreira, dizia: “na sequência da aprovação do processo 296-EDI/2004, foi cedida ao Município de Lisboa uma parcela de terreno com 7.474 m2 e que nada tem a opor a que parte da área cedida seja afectada interesse público no regime de direito de superfície”. No entanto, nos documentos disponibilizados para consulta da proposta, não constava qualquer documento que comprovasse a legitimidade da signatária. É essa senhora a proprietária actual da parcela de terreno para onde iria a Associação Humanitária do Bombeiros Voluntários Lisbonenses? -----  
----- Era de notar, ainda, que no processo 296-EDI, que tinha como antecedente um pedido de informação prévia, havia uma informação de 28 de Abril que referia, entre outras coisas, que se ultrapassara a cêrcea de 25 metros e que não se cumpriam disposições do RGEU, propondo-se o indeferimento do processo. Apesar de não se ter disponibilizado este processo para consulta, parecia, desde logo, que no mínimo se deveria questionar a instalação de equipamentos nesse local. -----  
----- Em terceiro lugar, também não sabiam se os bombeiros faziam mais falta na Av. da Venezuela, em Benfica, próximo a Monsanto, ou se no Bairro do Rego. Foi feito algum estudo ou algum levantamento sobre essas necessidades? Sabia-se qual era o equipamento de interesse público que fazia mais falta no Bairro do Rego? -----  
----- Por fim, disse que importava sublinhar que estava em curso a operação de loteamento, de iniciativa municipal, na Av. da Venezuela, cujo limite de área de intervenção abrangia a parcela de terreno cedida à superficiária, sendo necessário desonerar o direito de superfície do Município de Lisboa para se permitir a concretização da operação urbanística de loteamento. Então, porque era que a Câmara iniciava uma operação de loteamento com uma área de intervenção de 4.700 m2, quando 3.570 m2 estavam onerados precisamente com o direito de superfície, já

caducado, a favor dessa Associação de Bombeiros que agora se pretendia transferir para o Bairro do Rego? -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que a posição do Grupo Municipal do PCP era de acordo com a viabilização do terreno para a Associação dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, dado o interesse público de que se revestia. Era muito importante que essa instituição tivesse condições dignas para o desempenho meritório do seu trabalho, isto é, um novo quartel de que necessitavam. ---

----- Contudo, pretendia referir algumas questões sobre as quais importava ponderar e clarificar. -----

----- Tratava-se de uma área de reconversão urbanística mista, portanto exigia plano de pormenor, ou de urbanização, de acordo com o PDM. -----

----- Por outro lado, a proposta de reversão do direito de superfície, no Bairro das Furnas, e de uma nova cedência para construção do quartel de bombeiros, no Bairro do Rego, não constituía qualquer aval expresso, ou tácito, às operações urbanísticas que conduziram à reversão do direito de superfície, cujas cedências trouxeram à posse municipal os terrenos do Bairro do Rego que agora se pretendiam ceder. -----

----- Disse, ainda, que o Grupo Municipal do PCP discordava da aprovação de loteamentos de iniciativa privada ou municipal, em áreas classificadas no PDM de reconversão urbanística, sem que antes se procedesse à elaboração de planos de urbanização ou de pormenor, como já referira. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, como mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 385/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 386/2006 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E A AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO CORRESPONDENTE AO ANTIGO LEITO DE VIA DO CAMINHO DA FEITEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 386/2006 -----

----- “Considerando que através do Processo n.º 2394/DPELE/DIV/2004, o Departamento de Planeamento Urbano da Direcção Municipal de Planeamento Urbanístico, elaborou um projecto de Loteamento, por reparcelamento, que envolve terrenos municipais e de particulares e que visa a colmatação da frente urbana do extremo poente da Rua da Venezuela em Benfica; -----

----- Considerando que, através da Proposta n.º 852/2004, aprovada em 10 de Novembro de 2004 pela Câmara Municipal de Lisboa e em 07 de Dezembro de 2004 pela Assembleia Municipal de Lisboa, foi autorizada uma permuta, cuja Escritura Notarial foi outorgada em 28 de Dezembro de 2005, e segundo a qual este Município recebeu, para o que ora importa, os referidos terrenos particulares, tendo transmitido, em troca, aos respectivos proprietários, os futuros lotes designados por n.º 2 e n.º 3 a constituir e provenientes da operação urbanística em apreço; -----



----- Considerando que esse projecto de Loteamento se encontra em fase final de aprovação, e tem associado o Acordo de Perequação igualmente aprovado nos termos da Proposta n.º 852/2004, onde os direitos e encargos das partes – CML e particulares – inerentes a esta operação urbanística, assentam numa resolução patrimonial em estrita obediência às regras da perequação; -----

----- Considerando que para a consecução da operação se torna necessário a desafecção do leito de via pública para o domínio privado municipal da área que corresponde ao antigo Caminho da Feiteira que se encontra incluída nos limites de intervenção da referida operação urbanística; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a) e 53.º, n.º 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

----- Aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal a desafecção do domínio público e a afectação ao domínio privado municipal de uma parcela de terreno, correspondente ao antigo leito de via do Caminho da Feiteira que se encontra dentro dos limites da área de intervenção do Loteamento referido supra, assinalado a cor castanha na Planta DPI/DEVPI n.º 06/058/04, a qual tem uma área de 1.059,70 m<sup>2</sup>, e se atribui, unicamente para efeitos registrais, o valor de 5 €/m<sup>2</sup>. -----

#### ----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Norte – Rua da Venezuela -----

----- Sul – REFER (caminho de ferro) -----

----- Nascente – Domínio Privado Municipal -----

----- Poente – Domínio Privado Municipal -----

----- (Processo “E” n.º 197/04) -----

----- (Processo Privativo n.º 68/DPI/06). “ -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)**, no uso da palavra, disse que dos considerandos da proposta parecia resultar que o antigo leito de via do caminho da Feiteira era um caminho antigo, mas a verdade era que actualmente o caminho existia, estava alcatroado, por ele podiam circular viaturas nos dois sentidos e ainda havia espaço para parquear nas bermas. -----

----- Por outro lado, resultava do loteamento proposto para o Bairro das Furnas, que o actual caminho público seria transformado num caminho particular de acesso aos lotes dois e três, e a verdade é que era preciso a desafecção de um caminho público para se poder construir um lote por cima do caminho actualmente existente. -----

----- Portanto, esta proposta surgia com uma simplicidade aparente, mas relacionava-se com a viabilização de um loteamento, e isso não poderia ser omitido perante a Assembleia Municipal. -----

----- Por outro, a edificabilidade proposta era de 22.039 m<sup>2</sup>, com construções de sete e oito pisos, duas caves para estacionamento, e isso numa zona já muito massificada e em que na área circundante a construção típica era de moradias. -----

----- Depois, tal como referira a propósito da proposta anterior, a área de intervenção era de 4.400 m<sup>2</sup> mas 3.570 estavam onerados com o direito de superfície a favor da

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e por isso se tornara necessário libertar esse terreno para viabilizar a operação de loteamento. -----

----- A terminar disse que o BE considerava que o Município de Lisboa não perdia só o caminho da Feiteira, perdia também um eventual equipamento colectivo que já estava previsto para o local e ainda ficava onerado com mais construção para habitação. Portanto, o BE não podia votar favoravelmente uma proposta que pretendia viabilizar operações urbanísticas negligenciando os munícipes de Benfica, que não necessitavam de mais habitação mas sim de espaços públicos e equipamentos colectivos. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, disse que não foi colocada nenhuma questão mas pretendia fazer uma pequena correcção. No próprio texto da proposta, terceiro considerando, dizia-se: “Considerando que um projecto de loteamento se encontra em fase final de aprovação ...”, portanto a Câmara não estava a omitir nada à Assembleia Municipal, já que estava expressamente dito que estava para aprovação um loteamento municipal. -----

----- Por outro lado, o terreno que estava previsto para um equipamento não era na Rua da Venezuela mas sim no Bairro das Furnas. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 386/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e votos contra do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 403/2006 – APROVAR O “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A SRU ORIENTAL – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, RELATIVA À TRANSMISSÃO DE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 403/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- A) A reabilitação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística foi considerada um imperativo nacional que impõe uma intervenção do Estado, no sentido de acabar com a degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança; -----

----- B) O Decreto-Lei n.º 104/2004, de 07 de Maio, criou um regime jurídico excepcional, com a finalidade de reabilitar as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística, nos termos do qual foi concedida aos municípios a possibilidade de constituírem sociedades de reabilitação urbana; -----

----- C) O Município através das Deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa, de 27/10/2004 e 14/12/2004, respectivamente, aprovou a proposta n.º 772/CML/2004, criando a SRU Oriental, na qual detém 51 % do seu capital social e a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), os restantes 49%; -----

----- D) A SRU Oriental tem como objecto social promover a reabilitação urbana das zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 104/2004, de 07 de Maio; -----

----- E) O Decreto-Lei em referência define reabilitação urbana como “... o processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objectivo de melhorar as suas condições de uso, conservando o seu carácter fundamental, bem como o conjunto de operações urbanísticas e de loteamento e obras de urbanização que visem a recuperação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.”;-----

----- F) Na Zona de Intervenção da SRU Oriental existem terrenos, edifícios e fracções, em diversos estados de conservação, que são propriedade do Município; -----

----- G) A reabilitação destes imóveis é importante para a operação de reabilitação da Zona de Intervenção da SRU Oriental, não apenas pela reabilitação dos imóveis em si, mas também pelo efeito catalizador e dinamizador da requalificação das áreas envolventes; -----

----- H) Existindo uma empresa municipal com o objecto social da reabilitação urbana desta Zona, faz todo o sentido, e é do interesse do Município, que a reabilitação destes imóveis municipais seja efectuada pela SRU Oriental, sendo necessário, para este efeito, definir e aprovar as regras de transmissão desses activos imobiliários; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º e da disposição da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o “Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Lisboa e a SRU Oriental relativo à transmissão de imóveis do Município de Lisboa para a SRU Oriental – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta.” -----

----- (O protocolo de colaboração entre a Câmara e a SRU, anexo à presente proposta, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** deu conhecimento que o Deputado Municipal Rosa do Egipto, do PS, não tomaria parte na discussão e votação desta proposta, por exercer funções executivas na SRU Oriental. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que esta proposta remetia à Assembleia Municipal, para aprovação, um novo protocolo de colaboração entre o Município e uma Sociedade de Reabilitação Urbana, desta vez a Oriental. -----

----- Em sentido lato, pedia permissão para se dirigir com todo o respeito ao Deputado Municipal Saldanha Serra para lhe dizer o PCP, em coerência, mais uma vez ia votar contra, porque, na verdade, continuavam convictos que o figurino encontrado para proceder à necessária reabilitação das zonas dela carecida, não era o mais ajustado. -----

----- Contudo, para além dessa questão de princípio, algumas novas situações inscritas na proposta suscitavam algumas dúvidas, designadamente a possibilidade de constituição de um fundo de investimento imobiliário para promover o financiamento requerido, dúvidas essas que pessoalmente viu reforçadas pela explicação dada na

Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, que disse, citou: “estas transmissões de imóveis continuam a manter-se dentro do universo da Câmara Municipal de Lisboa”, e mais adiante, “os imóveis permanecem dentro da esfera do Município, portanto eles são transferidos do património da Câmara para o património da SRU, mas continuam dentro da esfera municipal”. Mas logo de seguida o Sr. Vice-Presidente afirmava, citou: “é muito mais fácil poder desenhar uma operação de financiamento desta reabilitação, se o património destes imóveis estiver no universo da própria SRU e não no universo da Câmara”. Em que ficavam? -----

----- No entanto, pensava que o Sr. Vice-Presidente teria razão ao diferenciar os universos SRU e Município. Provavelmente as engenharias financeiras seriam facilitadas por essa dualidade, só não se referiam as contrapartidas, no entender do PCP negativas, que essa mesma dualidade certamente iria gerar. -----

----- Congratulavam-se com a alteração resultante da interpelação feita pela Vereação do PCP relativa à formulação da Cláusula III do protocolo, porque recolocara o cumprimento das competências da Assembleia Municipal sobre a matéria. -----

----- Fosse como fosse, o PCP mais uma vez reafirmava o seu entendimento de que a reabilitação do património municipal poderia e deveria ser conseguida sem a necessidade de transferência desses activos para as SRUs. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que o BE tem criticado a constituição de Sociedades de Reabilitação Urbana para assumirem uma função estratégica dos poderes municipais, a reabilitação urbana, que deveria ser prosseguida por um órgão eleito directamente pelos cidadãos e não por um conselho de administração cujo objectivo primeiro era gerar o lucro. -----

----- Disse, depois, que a constituição das SRUs, para além de ter uma lógica de desresponsabilização relativamente a uma competência estratégica do Município, incluindo competências específicas como o licenciamento, a realização de expropriações, embargos, despejos e fiscalização, implicava uma duplicação e sobreposição de competências entre serviços municipais e empresas municipais, que não trazia eficácia à reabilitação mas apenas aumentava a confusão organizativa, promovia o despesismo, dificultava uma gestão transparente e não enfrentava o problema da burocratização dos serviços. Tratava-se de varrer os problemas para debaixo do tapete. -----

----- Mas a filosofia da criação das SRUs não era apenas desresponsabilizadora dos poderes públicos, era também contrária ao interesse público, e o protocolo que estava em discussão previa a injeção de capitais para a SRU Oriental através da alienação de património camarário, pela transmissão de activos imobiliários para essa empresa municipal. -----

----- Era verdade, como foi referido anteriormente, que se considerava que esses activos imobiliários continuavam no domínio da esfera municipal, mas ao dar a possibilidade que esses activos fossem transmitidos para fundos de investimento imobiliário com vista à sua rentabilização no mercado especulativo, o poder autárquico, que deveria constituir-se como agente de regulação do mercado imobiliário, optava por jogar na roleta russa. Isto é, em vez de optar pelo planeamento urbano estratégico que

necessitava de um poder público regulador dos apetites especulativos, optava por constituir-se ele próprio como agente de especulação imobiliária. -----

----- Terminou dizendo que porque não conheciam qualquer prestação de contas da SRU Oriental, condição fundamental para uma gestão transparente, votariam contra a proposta em apreciação. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que era comum a todos a necessidade de reabilitação do parque edificado da cidade, um objectivo que todos perseguiram e que todos falavam. Mais do que betão era preciso reabilitar, reabilitar, reabilitar. -----

----- Entendera-se, e a seu ver bem, criar as SRUs para agilizar a forma de reabilitar, tendo o legislador criado enquadramento para que as sociedades pudessem funcionar. Essas sociedades foram constituídas em vários pontos do País, nomeadamente em Lisboa foram constituídas três em áreas que eram de grande necessidade em termos de reabilitação. Foi definida a área de actuação de cada uma delas e definidos também alguns princípios com que essa actuação se iria verificar. Entretanto, era preciso actuar no terreno, a Câmara tinha prédios que era preciso reabilitar e cedia às SRUs a capacidade de o fazer na medida em que elas tinham mais agilidade, mais capacidade para dialogar com os privados, etc., e criar as sinergias necessárias não só para reabilitar aquilo que eram os edifícios municipais mas também para reabilitar tudo aquilo que envolvia esses edifícios e as zonas onde elas actuavam. Portanto, para dar mais capacidade às SRUs para actuarem. -----

----- E não sabia onde estava o mal! Por que era que não queriam todos isso? O que era que os levava a não querer isso? Seria o passado de doze anos em que os responsáveis pela reabilitação urbana praticamente não fizeram nada? Era isso que queriam de novo? Queriam voltar de novo a esse período de 12 anos em que quem foi responsável – e quem foi sabia – pela reabilitação urbana praticamente não fizera nada na cidade? Se era isso que queriam, então votassem contra. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que esta proposta tinha por objectivo estabelecer um protocolo de transmissão de activos imobiliários municipais, entre o Município e a SRU Oriental, SRU que era comparticipada, a meias, entre o Município e a EPUL e, para já, tinham um conjunto de dúvidas que gostariam de ver esclarecidas. -----

----- Primeiro: por que ia a reserva escolar, existente na unidade, ser transferida para a Escola de Manutenção Militar. -----

----- Segundo: por que precisava a Câmara, que já integrava, por inerência, a SRU, transferir parte da titularidade do seu património, mesmo que, eventualmente, ele viesse a ser recuperado *a posteriori*? -----

----- Terceiro: se os imóveis já estavam na posse do universo camarário, por que passava a estar prevista a sua cedência, com transmissão em regime de propriedade plena ou em regime de direito de superfície? É que depois de transferidos os imóveis podiam ou não voltar ao Município, pois entretanto poderiam ter sido comercializados ou alienados em fundos imobiliários. -----

----- Quarto: se estava prevista a venda de prédios ou terrenos pela SRU, como salvaguardava a Câmara o seu património? É que se eles se mantivessem na posse do Município, provavelmente tal não iria acontecer. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 403/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, e votos contra do PCP, BE e PEV. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 411/2006 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS ÀS EMPRESAS RADIOMÓVEL COMUNICAÇÕES S.A. (ZAPP), BROADNET PORTUGAL S.A. E PT ACESSOS INTERNET WI-FI, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 411/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa pretende assegurar condições para que todos os que residem, estudam, trabalham ou visitam o Município, bem como as empresas, possam vir a beneficiar de banda larga nomeadamente em soluções wireless, de forma a facilitar o acesso à informação e a aumentar as suas oportunidades económicas, sociais e educativas; -----

----- 2. A competitividade das Cidades numa Sociedade e numa Economia cada vez mais baseadas no Conhecimento pressupõe a criação de condições de acesso massificado à Internet; -----

----- 3. Se assume uma visão para Lisboa enquanto capital europeia moderna, eficiente e infra-estruturada para o futuro, que privilegia o investimento na modernização das infra-estruturas de mobilidade, transportes e logística, nas infra-estruturas de telecomunicações e de transferência de dados em banda larga; -----

----- 4. A estratégia passa por dotar a cidade de uma infra-estrutura moderna que garanta altos níveis de qualidade de serviço, capazes de cativar as empresas mais inovadoras, a mão-de-obra qualificada de que necessitam, e, conseqüentemente, verter esses níveis para a restante cidade e população; -----

----- 5. A Câmara Municipal de Lisboa pretende contribuir activamente na Inovação em Lisboa, nomeadamente lançando iniciativas que demonstrem as vantagens das novas tecnologias aplicadas às áreas de relacionamento com os cidadãos, segurança, gestão de tráfego, combate à info-exclusão, promoção da utilização das novas tecnologias, etc; ---

----- 6. O incremento do Usufruto dos Espaços Públicos de Lisboa passa, hoje, por uma aposta na criação de novas valências que se oferecem como resposta às necessidades actuais dos cidadãos; -----

----- 7. O aumento e a requalificação da área verde de cidade, seus jardins e parques, com novos conceitos na oferta de apoios funcionais que visam a reconquista do direito dos cidadãos em utilizá-los para o seu ócio como componente fundamental para uma melhor qualidade de vida numa cidade sustentável; -----

----- 8. Nesse sentido, as Empresas Radiomóvel Comunicações S.A. (ZAPP), Broadnet Portugal S.A. e PT Acessos Internet Wi-Fi disponibilizaram-se para desenvolver esforços, em conjunto com o Município de Lisboa, para a implementação de um Projecto que visa disponibilizar, em diversos espaços públicos da cidade de Lisboa, acesso público e profissional à Internet com recurso a tecnologias “Wireless” (sem fios); -----

----- 9. Os espaços envolvidos no Projecto-Piloto Jardins Digitais, para teste ao acesso público e profissional à Internet com recurso a tecnologias “Sem fio”, são os discriminados no Anexo A à presente proposta (que serão os referidos no Anexo 1 de cada um dos protocolos a celebrar com cada uma das entidades mencionadas no ponto anterior), sem prejuízo de, por motivo de força maior, poderem ser substituídos, por acordo entre as partes, por outros que se configurem igualmente como jardins ou miradouros da cidade de Lisboa. -----

----- Temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Nos termos da alínea b) do n.º 4, do art.º 64º e do art.º 67º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a minuta de protocolo e respectivos Anexos 1 e 2, a celebrar com cada uma das entidades referidas no considerando n.º 8 da presente proposta; -----

----- 2. Ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, conjugada com a alínea e) do n.º 2 do art.º 53º do referido diploma legal, submeter a deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa a isenção do pagamento das taxas resultantes das licenças requeridas pelas Segundas Outorgantes no âmbito dos Protocolos em apreço.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que não poderiam deixar de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos porque, em primeiro lugar, se bem se lembravam o BE foi a única força política que propôs uma ideia de rede sem fios para a Cidade de Lisboa nas últimas eleições. -----

----- A um aparte respondeu que era verdade sim senhor, que nas últimas eleições nenhuma força política, nos seus programas eleitorais, falara disso a não ser o BE, e por essa razão não podiam deixar de estar de acordo com esta proposta. -----

----- Mas ia pôr uma dúvida relativamente ao critério que presidira à escolha destes e não de outros espaços públicos. E a dúvida tinha simplesmente a ver com uma constatação quase óbvia. Era sabido que, em regra, a juventude era o sector da qualquer sociedade que usava mais intensamente e mais amigavelmente a rede global da Internet, pelo que deveria ser, no quadro de um projecto-piloto normal, tal como este era entendido, que os espaços públicos de rede sem fios que a Câmara ia proporcionar aos cidadãos de Lisboa, atendessem a essa maior utilização que os jovens davam à Internet. Não estava a pretender excluir quem quer que fosse dessa utilização, mas sim que lhe parecia que não existia nenhum critério consistente para a escolha destes lugares e não de outros. -----

----- Por isso, perguntava à Câmara se seria possível acrescentar à lista proposta, pelo menos a Cidade Universitária, o espaço do Centro Desportivo da Cidade Universitária e a zona ribeirinha, próxima dos jardins de Belém, zonas que tinham uma presença e uma

concentração de jovens que poderiam tirar maior partido, do ponto de vista da utilização da Internet, se pudessem também utilizar o acesso sem fios. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que era lamentável que perante uma proposta perfeitamente pacífica, uma proposta em que não se ouviu sequer a Câmara arrogar-se ali de qualquer vitória pelo facto de ter concretizado aquilo que todas as forças políticas propuseram em campanha, viesse uma força política tentar cavalgar, e mais uma vez *surf*ar uma onda, criando uma divisão que não fazia nenhum sentido ao tentar gritar mais alto: “fui eu o primeiro a falar nisto”. E para justificar isso vinha invocar questões de lana-caprina, como seja saber por que eram estes espaços e não outros. -----

----- E por que era que havia de ser os outros e não estes? Que uma vez por todas o BE fosse capaz de, por unanimidade e convicção, dar a mão à palmatória e visse que havia ali uma proposta em que todos se reviam, que era a favor de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, como mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 411/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **PONTO 10 – PROPOSTA 420/2006 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ALUGUER OPERACIONAL DE 379 VEÍCULOS LIGEIOS” E RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 22º DO DEC-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 420/2006 -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou, por unanimidade, adjudicar à Deloitte & Touche Quality Firm, – Serviços Profissionais de Auditoria e Consultoria, S.A., a prestação de serviços para o desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços; -----

----- Considerando que a implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços do Município de Lisboa, se encontra em curso, nomeadamente em relação à primeira vaga do projecto, abrangendo, assim, a contratação relativa a viaturas; -----

----- Considerando que no âmbito do desenvolvimento do modelo de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços do Município de Lisboa, mostrou-se de toda a conveniência para a concretização eficaz da primeira vaga do projecto, a reavaliação dos termos e condições do concurso público subjacente; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa na reunião de 28 de Junho de 2006, aprovou, através da Deliberação n.º 276/CM/2006, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a abertura do procedimento para adjudicação do Concurso Público Internacional da prestação de serviços de “aluguer operacional de 379 veículos ligeiros”; -----



----- Considerando que a melhoria da qualidade do ar e a redução da poluição atmosférica na cidade de Lisboa constituem uma prioridade deste executivo, que exigem a tomada de medidas tendentes à redução das emissões de gases poluentes, e aumento da eficiência energética da cidade, nomeadamente através da optimização do desempenho ambiental da frota municipal; -----

----- Considerando que a revogação é uma decisão administrativa dirigida à cessação dos efeitos de outra decisão administrativa prévia, por se entender que os efeitos desta não são convenientes; -----

----- Considerando que nos termos do artigo 140º, n.º1 do Código do Procedimento Administrativo, os actos administrativos válidos são livremente revogáveis; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1. Revogar a Deliberação n.º 276/CM/2006 28 de Junho de 2006; -----

----- 2. Submeter à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e dos n.ºs 4.1. e 4.2. do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, a autorização para: -----

----- a) Abertura do procedimento para adjudicação, por Concurso Público Internacional – ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.78º e alínea b) do art.190º. do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho e Directiva publicada no JOCE nº.379, de 31-12-1999 –, da prestação de serviços de “aluguer operacional de 379 veículos ligeiros pelo período de 48 meses”, composto por cinco partes: -----

----- Parte I – 18 a 23 veículos automóveis ligeiros de passageiros com motor a gasóleo e cilindrada compreendida entre 1.800 e 2.000 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.1 do Caderno de Encargos; -----

----- Retoma das viaturas discriminadas na Parte I do Anexo V. -----

----- Parte II – 45 a 60 veículos automóveis ligeiros passageiros com motor a gasóleo e cilindrada compreendida entre 1.500 e 1.800 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.2 do Caderno de Encargos; -----

----- Retoma das viaturas discriminadas na Parte II do Anexo V. -----

----- Parte III – 200 a 230 veículos automóveis ligeiros passageiros com motor a gasóleo e cilindrada compreendida entre 1.300 e 1.500 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.3 do Caderno de Encargos; -----

----- Retoma das viaturas discriminadas na Parte III do Anexo V. -----

----- Parte IV – 65 a 85 veículos do tipo pequeno furgão com motor a gasóleo e cilindrada compreendida entre 1.250 e 1.600 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.4 do Caderno de Encargos; -----

----- Retoma das viaturas discriminadas na Parte IV do Anexo V. -----

----- Parte V – 7 a 15 veículos do tipo pequeno com motor a gasolina e cilindrada na ordem dos 700 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.5 do Caderno de Encargos; -----

----- Retoma das viaturas discriminadas na Parte V do Anexo V. -----

----- b) Repartição de encargos a seguir discriminada, tendo em conta o encargo total estimado de €5.500.000,00 (IVA incluído à taxa legal em vigor) que se inscreve na

rubrica 09.03/02.02.06 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção “Aluguer Operacional de Viaturas Ligeiras”, código 08/02/A401/03 do Plano de Actividades: ----

Ano	Valor C/IVA
2007	€1.375.000,00
2008	€1.375.000,00
2009	€1.375.000,00
2010	€1.375.000,00

---- 2. Aprovar o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos e respectivos anexos que acompanham a presente proposta; -----

---- 3. Nomear, nos termos do artigo 90.º Do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o Júri ao qual competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

---- A Técnica Superior Jurista Dr.ª Maria da Glória Sarmento, como presidente -----

---- O Chefe da Divisão de Gestão de Frota Dr. Ricardo Bandeirinha, como 1.º vogal efectivo; -----

---- A Técnica Superior Jurista Dr.ª Filomena Pedro, como 2.º vogal efectiva; -----

---- O Técnico Superior Jurista Dr. Armando Pereira da Silva, como 1.º vogal suplente;

---- A Técnica Superior Dr.ª Carla Pinho – como 2.º vogal suplente. -----

---- O primeiro vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas falhas e impedimentos. -

---- 4. Delegar, ainda, nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no Júri do concurso, designado no número anterior, a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes.” -----

---- (O programa de concurso e o caderno de encargos, anexos à proposta, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

---- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta 420/2006 substituía a proposta 276/2006 que foi retirada pela Câmara e que era francamente pior que esta que agora vinha à Assembleia. -----

---- Disse que o quinto parágrafo da proposta era interessante, mas o texto contrariava o que nele era dito. Não era ainda considerada, como devia ser, a proposta do PCP apresentada na Câmara em 2002, que foi aprovada por unanimidade, para a aquisição de veículos a gás natural e energia eléctrica. A proposta em discussão era tímida no avanço para veículos movidos a energias alternativas. -----

---- Havia referência a propostas variantes no caderno de encargos, mas pouco se explicitava o que era urgente levar a cabo. Havia um estudo agora encomendado à “Lisboa é Nova”, que só seria apresentado dentro de 12 meses, o que atrasaria o processo. Portanto, tarde veriam o resultado eficaz desse estudo. -----

---- Mas no caso de virem a vencer essas propostas alternativas, como se procederia ao fornecimento de combustíveis alternativos? A Câmara iria implantar postos de abastecimento? Existindo uma recusa da Carris no sentido desse abastecimento, como era que se iria trabalhar no concreto? Todos deviam pensar e ponderar em relação a essa questão, porquanto se tratava da alteração da frota e ao Estado e ao Município cabia dar o exemplo. -----

----- Como era que se iria trabalhar no concreto para mudar esta situação? Havia necessidade de postos de abastecimento alternativos em Lisboa para que os munícipes também pudessem optar por energias alternativas! -----

----- Era sobre todas questões que gostariam de ver a Câmara pronunciar-se quanto às medidas que tencionava tomar. Tiveram agora notícia que havia disponibilidade da parte de Vereadores para utilizarem veículos com essas características, mas o PCP entendia que realmente era preciso dar o exemplo e, sobretudo, fazer pedagogia para que a Cidade de Lisboa passasse também a utilizar outro tipo de veículos. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta 420/2006 vinha substituir uma outra proposta da Câmara, com o n.º 276/2006, retirada da Ordem de Trabalhos da Assembleia no passado dia 11 de Julho. -----

----- Mas antes da análise à proposta precisava de um esclarecimento. Na reunião de Câmara, de 13 de Setembro, foi aprovado o encargo total de cinco milhões de euros e, se assim era, como se explicava que a repartição de encargos de 2007 a 2010 discriminasse quatro parcelas de 1.375.000 euros, que totalizavam 5,5 milhões de euros. Ora, se essas contas estiverem certas, tal significava que a proposta, depois de corrigida, necessitava de uma nova aprovação camarária. E, se assim fosse, sugeriam desde já que se tivesse em consideração a Moção do PEV, recentemente aprovada pela Assembleia Municipal sobre mobilidade sustentável, onde recomendavam que desta vez fosse efectivamente incluída no programa de concurso a aquisição progressiva de veículos amigos do ambiente, movidos a energias alternativas. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, começou por avisar que ia ser um bocadinho bruto na análise desta proposta porque entendia que ela era um insulto à inteligência dos Deputados Municipais. Uma proposta que tinha um considerando onde se lia: “Considerando que a melhoria da qualidade do ar e a redução da poluição atmosférica na cidade de Lisboa constituem uma prioridade deste Executivo ...” e depois tinha o desplante de propor que fosse feito o lançamento de um concurso de aluguer de longa duração para 379 veículos ligeiros, todos eles movidos a gasolina ou a gasóleo, isso era um insulto à inteligência de todos. -----

----- E de novo a questão aqui era uma questão de tempo político. Era completamente inaceitável, no tempo presente, neste tipo de aquisição de frota, e não discutia o facto de serem 379 veículos ligeiros embora lhe parecesse muito, aprovar uma proposta em que a maior parte dos veículos não eram veículos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Portanto, a maior parte não eram veículos amigos do ambiente, e a verdade era que estavam num tempo em que todos os dias ouviam falar do Protocolo de Quioto, de emissões de poluição, da necessidade de Portugal cumprir os limites impostos até 2012, e todos as decisões que iam sendo tomadas, apesar deste discurso ser um discurso extensível a muitos responsáveis políticos, todas as pequenas decisões que iam sendo tomadas iam sempre contra essa filosofia. -----

----- No entanto, na altura das campanhas eleitorais, o que ouviam por parte dos responsáveis políticos era justamente o contrário daquilo que estava expresso na proposta. Muita gente clamava e reclamava com razão que uma coisa era o que se dizia nas campanhas eleitorais e outra era aquilo que se fazia, que era completamente

diferente, quando se tinha a possibilidade de se decidir em conformidade com o que se prometera. -----

----- A actual maioria municipal usara e abusara do discurso pseudo-ambientalista na campanha eleitoral, e agora, perante um facto concreto, vinha apresentar à Assembleia uma proposta que nos seus termos e na sua configuração na tinha a ver com esse discurso. Daí a razão de alguma bruteza na parte inicial da sua intervenção, da qual pedia, evidentemente, desculpa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas intervinha porque era preciso que poupassem à Câmara aquilo que era suposto ser o trabalho da Assembleia, ou seja, confessava que enquanto membro da Assembleia Municipal se sentia de alguma maneira posto em causa por afirmações que outros Deputados Municipais – e eram todos pares uns dos outros – ali faziam que revelavam uma falta de trabalho de casa assustadora. -----

----- Portanto tinha que ir ali dizer que havia quem fizesse o trabalho de casa, e tinha que eximir a Câmara de dar explicações e gastar o tempo que tinha para depois dar outras explicações com questões que estavam claras nos documentos agregados à proposta. -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Heitor de Sousa acabara de referir que a proposta só previa a aquisição de veículos a gasolina ou gasóleo e sem qualquer perspectiva de veículos movidos a energia alternativa, quando logo na página três do documento “Concurso público para aluguer operacional de veículos automóveis”, que era o primeiro imediatamente a seguir à proposta, no ponto 1.3 se referia o seguinte: “Em alternativa, e para cada uma das Partes, poderão ser apresentadas propostas para veículos híbridos, eléctricos, bi-fuel (gasolina-gás natural) ou exclusivamente gás natural.” -----

----- Depois, no caderno de encargos, referia-se qual era o objecto do concurso e aí estava “veículos de motor a gasóleo ou como proposta variante o equivalente a energia alternativa”, isto na Parte I; na Parte II, “gasóleo, proposta variante o equivalente a energia alternativa”; na Parte III “gasóleo, proposta variante o equivalente a energia alternativa”; na Parte IV “gasóleo, proposta variante o equivalente a energia alternativa”; na Parte V, “proposta variante o equivalente a energia alternativa”. -----

----- Mas continuava, por exemplo, se lesse a página 17 do caderno de encargos veria que tinha também uma indicação sobre aquilo que era a alternativa que podia ser apresentada a concurso. Depois, na página 18, tinha as propostas variantes de todas as partes que compunham o concurso e o caderno de encargos. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Heitor de Sousa, talvez por cansaço, tinha vindo a ter umas intervenções que não se coadunavam com a sua postura na Assembleia Municipal, pelo que lhe pedia que lesse bem as propostas antes de formular a sua opinião, e depois que a formulasse com toda a liberdade. Mas que lesse primeiro as propostas porque veria que muitas das respostas para as suas questões estavam constantes dos documentos, porque, se calhar, se lesse os documentos não teria dúvidas e teria todas as condições para aprovar um conjunto de propostas que ali tem desprezado e votado contra. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que fizeram todo o trabalho de casa e sabiam tudo o que estava escrito na proposta. Mas pedia ao Deputado Municipal Saldanha Serra que ao fazer o trabalho de casa não confundisse o que o BE votava ou não votava, e o que era ou não era deliberação da Assembleia. -----

----- O que iam votar era a proposta 420/2006, que tinha três folhas e um anexo, e a parte deliberativa dizia: “Submeter à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 ... -----

----- a) Abertura do procedimento para adjudicação ... da prestação de serviços de aluguer operacional de 379 veículos ligeiros pelo período de 48 meses, composto por cinco partes: -----

----- Parte I – 18 a 23 veículos automóveis ligeiros de passageiros com motor a gasóleo e cilindrada compreendida ... -----

----- Parte II – 45 a 60 veículos automóveis ligeiros passageiros com motor a gasóleo ...

----- Parte III – 200 a 230 veículos automóveis ligeiros passageiros com motor a gasóleo ... -----

----- Parte IV – 65 a 85 veículos do tipo pequeno furgão com motor a gasóleo ... -----

----- Parte V – 7 a 15 veículos do tipo pequeno com motor a gasolina ...” -----

----- Ora, o que iam votar era isto! Era evidente que no concurso se abria uma porta para que os concorrentes pudessem apresentar alternativas, mas esse seria um segundo aspecto porque o que iam votar era aquilo que efectivamente constava da parte deliberativa da proposta! -----

----- E se havia essa hipótese de apresentar alternativas, então desde já solicitava à Câmara, formalmente, que pusesse a proposta deliberativa de acordo com o caderno de encargos. Ou seja, que escrevesse na Parte I “18 a 23 veículos automóveis ligeiros de passageiros com motor a gasóleo ou de outro sistema alternativo que seja ecológico” e nas partes II, III, IV e V a mesma coisa com a alusão aos veículos de outros sistema alternativo à gasolina e ao gasóleo. -----

----- O que votavam era o que constava da parte deliberativa, não podia acontecer neste caso como no da Feira Popular, em que havia uma coisa que votavam e depois havia papéis que andavam por aí e dizer outras coisas. Isso não valia! O que valia era aquilo que efectivamente era aprovado que era o que constava da parte deliberativa da proposta. -----

----- Portanto, no concurso abria-se a hipótese dos concorrentes virem a apresentar alternativas, mas não se tratava só disso, tratava-se também de uma acção pró-activa que era necessária para se pagar menos, porque efectivamente estavam a pagar em termos de CO2. Neste concurso tinham que dizer que era preciso pelo menos uma parte para começar, nem sequer estavam a propor tudo, e a Câmara tinha poder para isso, para obrigar que uma parte da frota fosse mesmo ecológica. -----

----- Não estavam a falar de uma coisa que fosse de um radicalismo atroz. Era, no mínimo, da modernidade a Câmara ter a atitude pró-activa de dizer que queria que pelo menos “x” carros da frota passassem a ser ecológicos. Não diziam que fossem todos porque isso tinha alguns custos e ainda não tinham infra-estruturas suficientes para isso,

mas não eram os concorrentes a proporem se quisessem, teria que ser a Câmara a dizer “nós queremos”. -----

----- Para além disso, o que iam votar, repetiu, não era o caderno de encargos mas sim o que constava da parte deliberativa da proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que o tema do trabalho de casa era controverso, havia quem defendesse que se devia fazer muito, havia quem defendesse que se devia fazer pouco, não tinha teoria sobre isso, mas entendia que muito ou pouco se deveria fazer bem. ---

----- Uma questão base: aquilo que o BE queria estava contemplado na proposta, aquilo que o BE defendia a Câmara defendia na proposta. Esta proposta, no limite, podia significar que todos os veículos a adquirir seriam a energia alternativa. -----

----- Mas pedia ao Deputado Municipal Carlos Marques que fizesse a leitura completa das partes que leu, concretamente da alínea a) do n.º 2, que dizia: “Parte I – 18 a 23 veículos automóveis ligeiros de passageiros com motor a gasóleo e cilindrada compreendida entre 1.800 e 2.000 cc e as restantes características especificadas no ponto 9.1 do Caderno de Encargos.” E o ponto 9.1 do caderno de encargos dizia: “A-Proposta Base” e “B-Proposta Variante”. Portanto, ao votar a parte deliberativa estavam também a votar isso, estavam a votar para todas as partes que compunham o caderno de encargos! Que não houvesse a mínima dúvida sobre isso. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que fazia uma segunda intervenção porque o BE achava que esta questão não devia passar em silêncio. E não era o facto do Deputado Municipal Saldanha Serra lhes pretender colocar o anátema de, eventualmente, não terem tido a possibilidade ou a capacidade de analisar esta proposta, que os impedia ali de exprimir as suas opiniões. --

----- O BE entendia que nesta questão não podia haver ambiguidades. O Deputado Municipal Saldanha Serra não podia querer ao mesmo tempo sol na eira e chuva no naval, isto é, não podia querer ao mesmo tempo dizer, publicamente, que a Câmara ia adquirir veículos a gasóleo e que esses veículos iam ser amigos do ambiente, porque não eram. Veículos amigos do ambiente eram veículos híbridos, tinham um nome, existiam no mercado. Não se designavam por veículos a gasóleo, designavam-se por veículos híbridos. E se o Deputado Municipal Saldanha Serra queria ser sério tinha de o parecer, e ter de parecer sério, neste caso, era chamar os bois pelos nomes! -----

----- A Câmara estava disposta a adquirir dos 379 veículos 100 veículos híbridos? Sim ou não? Se estava disposta a adquirir, por exemplo, 100 veículos híbridos fazia uma proposta à Assembleia dizendo assim: “A Câmara vai lançar um concurso para 379 veículos para renovação de frota, 100 dos quais serão veículos híbridos”. Isto porque achavam que seria o contributo que a Câmara fazia, no imediato, para reequipar a sua frota ligeira de acordo com os custos que esta operação poderia vir a ter com o objectivo de ajudar à construção de um melhor ambiente, uma melhor qualidade de vida, o que o Deputado Municipal Saldanha Serra quisesse, aí tinha carta branca para a sua imaginação, mas tinha que fazer as coisas direitas não era trambiqueirice! E isto era trambiqueirice! Era dizer que aprovavam uma coisa mas se houvesse a hipótese de adquirir veículos amigos do ambiente adquiriam-se. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Saldanha Serra sabia tão bem quanto ele que os cadernos de encargos, de acordo com as propostas que eram apresentadas, definiam-se por determinado número de ponderações relativamente aos critérios. Qual era o critério que iria servir de base de decisão por parte da Câmara Municipal? Imaginassem que havia duas propostas, uma de um veículo híbrido que custaria 100 contos por mês e outra de um veículo a gasóleo que custaria à Câmara 50 contos por mês, e não sendo bruxo para adivinhar apostava singelo contra dobrado em como a decisão da Câmara era a favor do veículo a gasóleo, com o argumento de que era muito mais barato e a Câmara não tinha disponibilidades financeiras. -----

----- Isso era resignação, não era vontade política. A vontade política era a Câmara dizer que queria que uma parte da frota fosse de veículos amigos do ambiente e estava disposta a pagar, se fosse preciso, para que essa opção fosse concretizada. Isso eram escolhas políticas, e não escolhas economicistas. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu a intervenção do orador anterior e havia algo que o deixava preocupado. É que o BE, nas suas intervenções na Assembleia Municipal, sempre mostrara preocupação com o endividamento da Câmara. Era um facto que a Câmara tinha 200 milhões de euros de endividamento de curto prazo e 1.000 milhões de longo prazo, e o orador anterior acabara de referir que era uma questão de opções políticas. Estavam a falar de mais de 300 veículos! Era sabido que no mercado, neste momento, só havia quatro modelos distintos de carros híbridos, dos quais o preço, comparativamente com o gasóleo, era perfeitamente distinto assim como a manutenção, mas o orador anterior apresentara a questão como sendo uma simples operação política. Isto é, se queriam ser amigos do ambiente ou não. -----

----- Isso não era ter uma posição séria tendo em atenção as contas que a Câmara tinha. A questão não era comprar 300 ou comprar 100, o orador anterior sabia tão bem quanto ele que havia um custo de tecnologia, e quando havia um produto novo no mercado, isso tinha a ver com as cadeias de valor, o preço inicial era substancialmente mais caro que ao fim de três ou quatro anos. -----

----- Por isso, a pergunta que fazia era se sabia que hoje em dia os motores a gasóleo também eram extremamente eficientes, não se comparavam com a noção que tinham dos motores a gasóleo de há 10 ou 15 anos atrás. -----

----- Portanto, querer fazer disto uma questão política no momento em que tinham as contas que tinham, e falar em 100 carros híbridos – pessoalmente até gostaria que fossem todos – não lhe parecia que fosse muito sério da parte do orador anterior. -----

----- Em suma, pedia que lhe respondesse qual o custo de cada automóvel híbrido, o custo de manutenção, o facto de só haver quatro modelos, quem usufruiria desses carros, em que condições, e se era oportuno neste momento mediante as contas que a Câmara tinha. É que ser amigos do ambiente, hoje, todos queriam ser, a questão era que tudo tinha um custo, e a sua pergunta final era se achava que estavam disponíveis neste momento para pagar esse custo. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que tanto quanto sabia o preço dos veículos híbridos era

relativamente mais caro que os veículos a gasóleo, e o relativamente mais caro significava cerca de 20% a 25% em termos das quatro marcas que existiam no mercado. Só que isso, de novo, não era um problema de mercearia, era um problema de escolha política. -----

----- Referiu que disse na sua intervenção, há pouco, que tinha sinceras dúvidas que a Câmara precisasse de ter 379 veículos neste concurso, mas se ela chegasse à conclusão que por razões que tinham a ver com a sua própria capacidade para solver compromissos financeiros, não poderia comprar 379 veículos ligeiros, no seu entender era um problema de escola política saber se a compra em vez de 379 ser de 250 veículos e metade deles, mais ou menos, serem veículos híbridos, ou então se mantinha a opção inicial de compra dos 379 veículos com o perfil apresentado na proposta. -----

----- Pessoalmente, se estivesse no lugar da Câmara, escolheria a primeira hipótese, porque com o mesmo dinheiro compraria provavelmente menos veículos mas tinha a certeza que os veículos da Câmara iriam poluir muito menos a cidade do que até essa altura. -----

----- A um aparte respondeu: “haveria dinheiro certamente, Sr. Vereador! -----

----- Depois, prosseguindo, disse que como os Deputados Municipais do PSD gostavam de dizer, e julgava que neste caso era apropriado, essa variação de preços de que falara aplicava-se ao caso português, porque, por exemplo, se fossem a Badajoz viam veículos híbridos com um preço muito inferior ao que se encontrava em Portugal. E viu campanhas eleitorais serem cobertas por veículos com matrícula espanhola. Que perguntassem aos partidos que fizeram essas campanhas por que foi que o fizeram. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que o que estava em causa era o termo do contrato de aluguer operacional que cessava em Janeiro e a substituição das viaturas que constavam desse contrato, viaturas de serviço municipal diário que não se compadeciam com tentativas de se aguardar mais um ano até que houvesse *stocks* de determinados tipos de viaturas, porque era preciso tratar do funcionamento normal dos serviços com a reposição da frota, não no todo mas em parte, visto que ainda teria que apresentar a segunda tranche das viaturas municipais, cerca de 170, antes do termo dos seus contratos. -----

----- Disse que esta proposta tinha imensa importância, já foi aprovada em Sessão de Câmara, anteriormente uma outra veio à Assembleia Municipal, contrataram-se os serviços da Deloitte para fazer a análise quanto à questão das eventuais poupanças, isso foi objecto de análise profunda e algumas sugestões foram introduzidas, de modo que traziam uma nova proposta que mostrava uma poupança em relação à inicial de 588.000 euros, aproximadamente, nos cinco anos. Estava também previsto o alargamento do prazo, etc., mas estavam a falar de um aluguer operacional de viaturas e não de aquisição. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que a proposta do ano de 2002, que citara, foi de facto acolhida por unanimidade, ele próprio participara nela e a subscrevia como subscrevera na altura. Mas esta proposta não era tímida, era aquela que era possível fazer neste momento. -----



----- Quanto aos combustíveis alternativos, disse que a Carris recusara o pedido de abastecimento de gás, e neste momento aguardavam que a VALORSUL terminasse a bomba que ia montar para que lá pudessem fazer o abastecimento, e também estava neste momento em final de projecto a construção de uma oficina, no final da Av. Infante D. Henrique, onde seria instalada uma bomba de gás. -----

----- Mas continuava a insistir com a Carris porque teve indicação que a Carris estaria nesta altura mais permeável e que seria possível que viesse a autorizar a Câmara a abastecer-se nas suas bombas, o que faria com que fosse ultrapassada esta preocupação.

----- Disse, depois, que pouco os separava a não ser as questões práticas, porque não havia ninguém ali que não estivesse interessado no ambiente! Aliás, se reparassem ao sair viam que estavam dois veículos híbridos parados à porta da Assembleia, veículos esses que neste momento estavam a testar. Neste momento estavam a verificar o mercado, já adquiriram duas viaturas híbridas, mas desejava explicar que, por exemplo, para substituir a muito propalada viatura do ex-Presidente da Câmara a trocaram por duas viaturas híbridas que estavam ao serviço de dois Directores Municipais. Portanto, já podiam ver que derem um exemplo importante de funcionar com as viaturas híbridas. -----

----- Mas a questão de fundo era esta: o mercado não lhes respondia ainda. Há pouco o seu colega, Vereador António Prôa, e ele próprio fizeram declarações sobre essa matéria, o Vereador António Prôa sobre a parte que com certeza ainda teria tempo para dar uma explicação, e ele próprio fez um apelo aos importadores de automóveis no sentido de dotarem o mercado português de mais veículos híbridos porque certamente encontrariam mercado, e a Câmara Municipal de Lisboa pretendia, de facto, ser mobilizadora desse desiderato. Mas neste momento tinham que pensar, com grande rigor, que a Câmara não podia parar e a partir de Janeiro não tinham viaturas. Pura e simplesmente tinham que as trocar e alugar outras. E até Janeiro não conseguiam mobilizar 379 viaturas ou as 100 viaturas que foram faladas, porque materialmente não existia possibilidade. -----

----- Na sequência da proposta do Vereador Manuel Figueiredo estavam empenhados em seguir esse caminho, mas neste momento não tinham ainda possibilidade. Iam avançar com passos largos para isso, mas ainda não tinham possibilidade até porque em Janeiro tinham que entregar os carros de volta. -----

----- Portanto, nada os separava em termos de ambiente, mas neste momento era preciso observar os factores materiais e as disponibilidades, porque, de outra maneira, não conseguiam fazer a reposição atempada das viaturas, que tanta falta faziam ao Município. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, novamente no uso da palavra, disse que sabiam que o sector dos transportes tem sido aquele que mais aumentara nos últimos anos as suas emissões, podendo ser considerado o principal responsável pela situação do não cumprimento em que Portugal se encontrava, e provavelmente se iria ainda encontrar em 2012, face aos compromissos assumidos no âmbito do acordo de partilha de responsabilidades a nível da União Europeia, relativamente a Quioto. -----

----- Portugal sofria de níveis de dependência energética do exterior que colocavam o País a nível das flutuações e subidas crescentes do mercado do petróleo, com volatilidade das instabilidades da cena internacional. Era significativo que de acordo com dados do Eurostat de 2004, o número de carros a circular em Portugal tivesse aumentado exponencialmente nos últimos 15 anos, passando a ser o terceiro País da Europa, entre os 25, com mais carros particulares por mil habitantes, e onde todos os dias entravam em Lisboa mais de 400.000 carros que ajudavam a aumentar as emissões de dióxido de carbono. -----

----- Era nesse contexto que o Executivo vinha solicitar autorização para a abertura de um concurso público, que da proposta 276/2006 para a 420/2006 deixara de ser internacional, para adjudicação da prestação de serviços de aluguer operacional de 379 veículos ligeiros e respectiva repartição de encargos, programa de concurso, caderno de encargos, bem como a designação do respectivo júri. -----

----- Recordou que em Setembro de 2003, na proposta 569/2003, a Câmara havia pedido o aluguer operacional de apenas 195 veículos de passageiros, e nessa altura, 28 de Outubro de 2003, na sequência de uma recomendação do PEV, aprovada por unanimidade, para que se incluísse a introdução progressiva de energias renováveis nas viaturas da Câmara, o seu colega, Deputado Municipal José Luís Ferreira, interpelara o Executivo perguntando se estava sendo feito algum esforço no sentido de encontrar viaturas que se movessem a energias alternativas para serem incluídas em futuros concursos, tendo o Sr. Vereador Pedro Feist então respondido que a sugestão seria contemplada nos concursos seguintes, tendo inclusivamente afirmado que estava em estudo a instalação de um mecanismo que iria alimentar as viaturas a gás comprimido nas próprias instalações da Câmara. -----

----- Agora, em 2006, a Câmara afirmava ter em consideração um conjunto de preocupações que, citou: “a melhoria da qualidade do ar e a redução da poluição atmosférica na Cidade de Lisboa a redução das emissões de gases poluentes, o aumento da eficiência energética da cidade e a optimização do desempenho ambiental da frota municipal”. O que valem? -----

----- Primeiro: na proposta inicial argumentava-se com a necessidade de afastamento de 178 viaturas, das quais cerca de 64% tinham idade igual ou superior a oito anos, e a substituição ou devolução, no início de 2007, de 201 viaturas em regime de aluguer operacional. Mas na nova proposta deixaram de saber do total de 379 veículos de aluguer, quantos seriam afastados da frota e quantos seriam substituídos ou devolvidos.-

----- Por exemplo, na proposta anterior, existia no anexo cinco, uma Parte VI com nove veículos *smart*, mas na nova proposta eram apenas submetidos à Assembleia as Partes I a V, mas o anexo continuava a contemplar uma Parte VI. Mais: como era possível solicitar-se no caderno de encargos, citou: “a retoma das viaturas discriminadas na Parte V do anexo”, que, afinal era apenas um Volkswagen por entre 7 a 15 veículos. Porquê todas essas discrepâncias? -----

----- Segundo: quando tomaram conhecimento da proposta da Câmara a desilusão foi completa. Os veículos propostos não eram amigos do ambiente já que eram a gasóleo ou a gasolina porque o critério da oferta ficava à escolha dos proponentes. E se eles

argumentarem que o preço das viaturas a gasóleo era mais vantajoso que o gás natural, como resolvia o júri esse imbróglio? Porquê então as considerações energéticas e ambientais da proposta da Câmara? -----

----- Terceiro: por que era que não estava contemplado no critério de adjudicação, ponto 16 de programa de concurso, uma ponderação específica para as energias alternativas que estimulasse os concorrentes à apresentação dessas propostas? -----

----- Quarto: no ponto 12 do caderno de encargos dizia-se que o Município asseguraria o abastecimento de combustível, pelo que a pergunta era como, sem parcerias pois se o combustível fosse alternativo a Câmara não possuía um posto de abastecimento e nem mesmo conseguira chegar a acordo com a Carris, como essa empresa já fez com os taxistas. -----

----- Quinto: também não convenciam os argumentos sobre se o mercado tinha ou não tinha oferta de veículos com energias alternativas, nem afirmar que os importadores só tinham para oferta si tivessem clientes, porque então não se entendia a razão por que o concurso passara de internacional a meramente nacional. Quase parecia uma pescadinha de rabo na boca, mas a Câmara era um cliente para 379 viaturas, portanto era um concurso apetecível para os fornecedores. -----

----- Não deveria a Câmara dar o exemplo de uma real política de eficácia energética na cidade? Também da promessa feita ao Deputado Municipal José Luís Ferreira, em 2003, o Sr. Vereador esquecera-se do posto de abastecimento, por que não promovia a sua construção em instalações próprias da Câmara? Ou chegava a acordo com qualquer outra empresa, VALORSUL ou não, para fornecimento do combustível? -----

----- Disse, ainda, que foi por tudo isso que indagara há pouco sobre esta proposta estar ou não juridicamente correcta, mas não ouvira nenhuma resposta do Sr. Vereador sobre esse assunto, mas repetia caso fosse necessário, porque o que o POCAL referia era exequibilidade e homogeneidade entre as verbas propostas, e neste caso dos cinco milhões de euros que iam ser consignados não havia de facto homogeneidade porque as verbas a ser inseridas no plano plurianual ultrapassavam em 500.000 euros a verba dos cinco milhões. -----

----- Por isso, o que sugeria, em consciência, era que a proposta fosse retirada, que fosse refeita inserindo-se nela, como várias bancadas referiram, as viaturas movidas a energias alternativas, de uma forma ponderada, porque na sequência da Semana da Mobilidade não seria com certeza o melhor exemplo esta questão da indecisão energética e ambiental. -----

----- Concluiu dizendo que caso a proposta fosse para a frente, o PEV iria votar contra porque, insistiu, ela não era correcta nos termos em que estava apresentada. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 420/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, BE e PEV, e a abstenção do PCP. -----

----- **PONTO 11- PROPOSTA 418/2006 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA O “FORNECIMENTO DE SACOS DE POLIETILENO (PEBD) DE 30 E 50 LITROS DE COR PRETA AZUL E AMARELA”, NOS**

**TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 22 DO DEC.-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 418/2006 -----

----- “Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, através de Deliberação datada de 24 de Janeiro de 2006 e expressa na Proposta n.º 848/2005, autorizou o lançamento do Concurso Público para o “Fornecimento de sacos em polietileno de baixa densidade (PEBD) de 30 e 50 litros de cor preta, azul e amarela” (Processo n.º 38/DMSC-DA/2005); -----

----- Considerando o relatório final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; ---

----- Considerando que a despesa resultante do presente fornecimento, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que através da Deliberação atrás referida foi fixado o encargo máximo correspondente exclusivamente ao ano económico de 2006. -----

----- Considerando que importa adequar a real calendarização financeira do fornecimento em causa a uma correcta repartição dos encargos por diferentes anos económicos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

----- 1. Adjudicar o “Fornecimento de sacos em polietileno de baixa densidade (PEBD) de 30 e 50 litros de cor preta, azul e amarela”, à empresa Silvex – Transformadora de Plásticos e Papéis, L.da pelo valor de € 736.472,42 (setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos), ao qual acresce IVA, à taxa de 21%, no valor de € 154.659,21 (cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos), o que totaliza €891.131,63 (oitocentos e noventa e um mil, cento e trinta e um euros e sessenta e três cêntimos); -----

----- 2. Aprovar, nos termos e para os efeitos dos nºs 1 e 2 do artigo 64.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário, a qual faz parte integrante da presente proposta; -----

----- 3. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, atento o disposto no n.º 4.1 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, a repartição de encargos relativa ao fornecimento indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 e 2007, conforme abaixo se indica: -----

Ano	Valor C/IVA
2006	€179.944,75
2007	€711.186,88

----- O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na rubrica 09.02/02.01.21 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção “RECOLHAS SELECTIVAS/Equipamento e Material Diverso” código 04/04/A102/02 do Plano Anual de Actividades.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 418/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP, e a abstenção do BE e PEV. -----

----- **PONTO 12- PROPOSTA 419/2006 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA O “FORNECIMENTO DE 300.000 CONJUNTOS DE FITAS EM PEAD”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 22 DO DEC.-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 419/2006 -----

----- “Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, através de Deliberação datada de 24 de Janeiro de 2006 e expressa na Proposta n.º 847/2005, autorizou o lançamento do Concurso Público para o “Fornecimento de 300.000 conjuntos de fitas em PEAD” (Processo n.º 09/DMSC-DA/2006); -----

----- Considerando o relatório final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; ---

----- Considerando que a despesa resultante do presente fornecimento, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que através da Deliberação atrás referida foi fixado o encargo máximo correspondente exclusivamente ao ano económico de 2006. -----

----- Considerando que importa adequar a real calendarização financeira do fornecimento em causa a uma correcta repartição dos encargos por diferentes anos económicos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

----- 1. Adjudicar o “Fornecimento de 300.000 conjuntos de fitas em PEAD” à empresa Rocha & Lobo, L.da pelo valor de €95.000,00 (noventa e cinco mil euros), ao qual acresce IVA, à taxa de 21%, no valor de € 19.950,00 (dezanove mil, novecentos e cinquenta euros), o que totaliza € 114.950,00 (cento e catorze mil, novecentos e cinquenta euros); -----

----- 2. Aprovar, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 64.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário, a qual faz parte integrante da presente proposta; -----

----- 3. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, atento o disposto no n.º 4.1 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento

em vigor, a repartição de encargos relativa ao fornecimento indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 e 2007, conforme abaixo se indica: -----

Ano	Valor C/IVA
2006	€ 4.598,00
2007	€110.352,00

----- O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na rubrica 09.02/02.01.21 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção “RECOLHAS SELECTIVAS/Equipamento e Material Diverso” código 04/04/A102/02 do Plano Anual de Actividades.” -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)**, no uso da palavra, disse que iam votar favoravelmente a proposta, mas desejava notar que na documentação, quer no caderno de encargos, quer no programa de concurso, era exigida a indicação do pessoal efectivo médio anual nos últimos três anos. Só se apresentou um concorrente e esse concorrente só apresentara os anos de 2002, 2003 e 2004, pelo que como só faltava o ano de 2005, sob pena de ser excluído propunha que fosse suprida essa falta, eventualmente notificando o concorrente para o fazer, cumprindo-se, assim, a documentação exigida no caderno de encargos e programa de concurso. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 419/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, esgotada a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 26 de Setembro. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_ . -----

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----